



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 139

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 13 de junho de 2012

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado António Pedro Costa)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, prosseguiu-se à apresentação e votação dos seguintes votos:

- Voto de Congratulação pelos “50 anos de Sacerdócio do Padre Fernando Cabral Teixeira”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça, proferiu uma intervenção o Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação pela “conquista do título de Campeão Nacional de Gestão de Redes de Informática, alcançado pelo jovem mariense, Jorge Monteiro, no Campeonato Nacional das Profissões”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

A apresentação do voto coube à Sra. Deputada Aida Amaral, tendo ainda participado o Sr. Deputado Duarte Moreira (*PS*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação “ao Clube Kickboxing dos Arrifes, pela conquista do Campeonato de Portugal 2012 de Kickboxing - Light Contact”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Ricardo Cabral, procedeu-se à votação a qual registou a aprovação do voto por unanimidade.

Após a apresentação dos votos, passou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos – Declarações Políticas.

Assim sendo, apresentaram Declarações Políticas os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS/PP*) e José Cascalho (*BE*).

Após a Declaração Política do Sr. Deputado José Cascalho (*BE*), usaram da palavra os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

No seguimento de uma das intervenções do Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*), pediu a palavra para um protesto o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

De seguida, passou-se para a **Agenda da Reunião**:

1. Continuação da discussão do Projeto de Resolução n.º 52/2011 – “Recomenda ao Governo Regional que garanta a abertura do 3.º ciclo do ensino básico no estabelecimento educativo das Lajes da Escola Básica e Secundária das Flores”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP. Participaram no debate os Srs. Deputados Paulo Rosa (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), José Gabriel Eduardo (*PS*) e ainda a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*).

No seguimento de uma das intervenções do Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), pediu a palavra para um protesto o Sr. Deputado Paulo Rosa (*CDS/PP*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

2. Projeto de Resolução n.º 8/2012 – “Tempo de serviço prestado em creche e ateliers de tempos livres (ATL), para efeitos de cálculo da graduação profissional em processo de concurso do pessoal docente”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação do diploma pela Sra. Deputada Zuraida Soares, procedeu-se à votação que registou a aprovação por unanimidade.

3. Projeto de Resolução n.º 44/2011 – “Recomenda ao Governo Regional a ampliação, modernização e diversificação das valências do Porto da Casa, na ilha do Corvo”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, tendo posteriormente usado da palavra os Srs. Deputados Joe Rego (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS/PP*), Lizuarte Machado (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), Jorge Macedo (*PSD*) e ainda a Sra. Secretária Regional da Economia (*Luísa Schanderl*), bem como o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

4. Projeto de Resolução n.º 7/2012 – “Fundo de Reestruturação Empresarial dos Açores (FREA)”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado António Marinho, participaram no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Zuraida Soares (*BE*), Francisco César (*PS*), José Cascalho (*BE*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 38 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito bom dia. Vamos iniciar os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares. Vamos começar com a chamada.

(Eram 10 horas e 08 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão **Vaz**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

Joe Valadão **Rego**

José Gabriel **Eduardo**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nélia Maria Brito **Nunes**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Francisco** Salvador **Fernandes**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Paulo Jorge Silva **Ribeiro**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos entrar no PTAP. Chegaram à Mesa 3 votos. Vou pô-los à consideração por ordem cronológica.

Temos em primeiro lugar um voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, relativo aos “**50 anos de sacerdócio do Padre Fernando Cabral Teixeira**”.

Sr. Deputado Carlos Mendonça, tem a palavra.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

50 Anos de Sacerdócio do Padre Fernando Cabral Teixeira

Nascido a 13 de janeiro de 1936, em São Pedro Nordestinho, concelho de Nordeste, em setembro do ano 1950 ingressou no Seminário Episcopal de

Angra, terminando o curso teológico em 1962, sendo ordenado Sacerdote no dia 3 de junho de 1962.

Após o estágio de um ano, o Bispo de então, D. Manuel Afonso de Carvalho, nomeou-o pároco da Prainha do Norte, Concelho de São Roque do Pico.

Em 1966 foi transferido para a Pedreira do Nordeste onde, nessa altura, o analfabetismo era elevado. Perante tal situação, juntamente com outros colaboradores, começou a dar aulas noturnas a adultos.

No ano 1970, foi convidado para lecionar História, Estudos Sociais e Música na Escola Preparatória do Nordeste.

Em 1976 recebe a provisão para ir paroquiar em São Roque de Ponta Delgada, onde desenvolveu importante trabalho no campo humano e social. Nesse sentido, destacam-se os cursos que organizou de formação doméstica, culinária, vimes, corte e costura, rendas, teatro, etc. que visavam a aquisição de competências, pessoais e até profissionais que beneficiaram muitos paroquianos daquela comunidade.

São Roque pode ser classificado de comunidade dormitório da cidade de Ponta Delgada, e talvez por isso são vários os problemas socio económicos que marcam aquela comunidade. Nesse sentido, o Padre Fernando sempre procurou colaborar na criação de respostas, nomeadamente instalando na paróquia diversas infraestruturas de apoio social, tais como: Cáritas, Pastoral da Saúde, Banco Alimentar, etc.

Em 1990 nasce a ideia da criação de um Centro Social que iniciou a sua atividade em 1991, através do programa luta contra a pobreza da Comunidade Europeia em parceria com a Segurança Social. Neste Centro Social e paroquial, foi instalada a ludoteca, uma creche, um jardim-de-infância, e ainda hoje serve os idosos, no apoio ao domicílio com apoio terapêutico, como centro de dia, possuindo ainda 12 camas para “Sem-abrigo”.

Sempre disponível para servir os seus conterrâneos, onde quer que estivessem, em 2002 o Padre Fernando Teixeira foi prestar assistência humana e religiosa aos emigrantes nas Bermudas. Passado um ano, regressa a São Miguel e é convidado a paroquiar nos Fenais da Luz e depois no Corvo.

Em 2006 foi nomeado responsável pela “Obra do Padre Américo” (Casa do Gaiato). Atualmente, paralelamente a este serviço à “Casa do Gaiato”, presta voluntariado no Hospital do Divino Espírito Santo e, desde 2010, é Pároco na Fajã de Cima.

Assim sendo, o Partido Socialista nesta Assembleia, não quer deixar passar este momento sem congratular o Reverendíssimo Padre Fernando Cabral Teixeira pelo seu Jubileu Sacerdotal, aproveitando para o felicitar pelo reconhecimento que esta Assembleia recentemente manifestou ao lhe atribuir, no dia da Região, a Insígnia autonómica de mérito cívico.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária em 13 de junho de 2012, aprove um voto de congratulação pelos 50 anos de Sacerdócio do Padre Fernando Cabral Teixeira, prestigiando o papel social, educativo e pela sua atividade prestada ao serviço da Igreja e da sociedade açoriana, particularmente em prol dos mais carenciados.

Com a aprovação deste voto, propomos que este seja dado a conhecer à mesa da assembleia-geral e mesa administrativa da “Casa do Gaiato”, ao próprio Padre Fernando Cabral Teixeira, bem como à Diocese de Angra do Heroísmo.

Tenho dito.

Horta, sala das sessões, 13 de junho de 2012

Os Deputados e as Deputadas do Partido Socialista, Berto Messias, Carlos Mendonça, Piedade Lalanda, Nélia Amaral e Francisco César.

Presidente: Sr. Deputado António Pedro Costa tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao voto de congratulação apresentado pelos 50 anos de sacerdócio do Padre Fernando Teixeira, uma homenagem de um homem bom que a comunidade respeita.

Para o Padre Fernando Teixeira vai a nossa homenagem e nela queremos incluir todos aqueles sacerdotes que ao longo destes anos têm celebrado o seu jubileu na Diocese de Angra.

O seu desempenho ao serviço da igreja, designadamente na ilha do Pico (em São Roque), na ilha de São Miguel, na diáspora, na obra do Padre Américo ou até na nossa pequenina ilha do Corvo, marcou bem o seu *múnus* sacerdotal.

No Dia da Região, que acabámos de celebrar, o Padre Fernando Teixeira foi agraciado com a insígnia autonómica de mérito cívico numa demonstração pública do preito da comunidade pela sua dedicação e entrega no campo social e religioso.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD associa-se e vai votar a favor.

Presidente: Creio não haver mais intervenções.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos de seguida a um voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, relativo ao jovem Jorge Monteiro.

Sra. Deputada Aida Amaral, tem a palavra.

Deputada Aida Amaral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Numa sociedade cada vez mais voltada para a aldeia global, foi com grande satisfação, que um jovem, nascido numa pequena ilha, Santa Maria, perdida no meio do Atlântico, foi Campeão Nacional de Gestão de Redes Informáticas, tendo a sua brilhante prestação levado o nome da ilha e dos Açores a um lugar de destaque.

A representação açoriana no Campeonato Nacional das Profissões não só conquistou cinco títulos de campeão nacional, como arrecadou cinco medalhas de prata e uma de bronze, acabando premiados todos os concorrentes açorianos, entre 240 jovens de todo o país, representando 43 profissões.

Jorge Monteiro, jovem mariense de 19 anos, consagrou-se campeão Nacional de Gestão de Redes informáticas no Campeonato Nacional das Profissões que decorreu em Faro, de 7 a 10 de maio.

Este Campeonato tem por objetivo a valorização do Ensino Profissional em Portugal.

Organizado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, este campeonato tem por objetivo a valorização do Ensino Profissional em Portugal no qual os jovens têm a oportunidade de competir entre si e são avaliados através de um conjunto de peritos altamente qualificados dando início a um processo que seleciona os jovens que irão concorrer no Campeonato Europeu das Profissões, a realizar na Bélgica, de 4 a 6 de outubro de 2012, e no Campeonato Mundial das Profissões, na Alemanha, de 2 a 7 de julho de 2013.

Prova-se mais uma vez que os jovens marienses quando bem orientados são capazes de competir com os melhores do Continente e arrisco-me mesmo a dizer da Europa e do Mundo.

O Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, não podia deixar de passar em claro mais um momento histórico para Santa Maria e para os Açores, e confirmar o que já há muito vimos dizendo, que o futuro também reside nas ilhas pequenas e que há necessidade de o fomentar dando perspectivas de emprego e oportunidades para os jovens com competência e valor vingarem na sua ilha.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD, propõe o presente voto de congratulação pela conquista do título de Campeão Nacional de Gestão de Redes de Informática, alcançado pelo jovem mariense, Jorge Monteiro, no Campeonato Nacional das Profissões, realizado em Faro no passado mês de maio.

Mais, propomos que do mesmo voto seja dado conhecimento ao próprio, Jorge Monteiro, bem como a seus pais, à Escola Básica e Secundária de Santa Maria, à Escola de Novas Tecnologias dos Açores, ao formador Eng.º José Daniel de Medeiros, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional e à Camara Municipal de Vila do Porto.

Disse.

Horta, 13 de junho de 2012

Os Deputados, Duarte Freitas e Aida Amaral.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não tem mais ninguém?!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com todo o gosto a este voto de congratulação.

De facto, a *performance* do jovem Jorge Monteiro, um mariense de 19 anos, que fez o seu percurso escolar na ilha de Santa Maria e que, posteriormente, ingressou na Escola de Novas Tecnologias dos Açores, no INOVA, tirando dois cursos (um de nível IV e um de nível V), é demonstrativo da juventude mariense e ainda recentemente tivemos outros exemplos dessa qualidade dos nossos jovens.

Vem demonstrar também, por outro lado, que temos nas nossas escolas e nos nossos institutos profissionais bons professores que fazem um bom acompanhamento, que formam os nossos jovens e que ficam assim preparados para ingressar posteriormente na vida profissional com toda a competência e com todo o mérito.

Mais uma vez Santa Maria e os Açores estão de parabéns por este brilhante resultado.

Acresce dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem também agendado para amanhã um voto sobre o resultado dos açorianos no Campeonato Nacional das Profissões.

Dito isto, é com muito gosto, como já disse, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar favoravelmente este voto.

Obrigado.

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Finalmente, temos um voto de congratulação do Partido Socialista, relativo ao “**Clube de Kickboxing Arrifes – Campeão Nacional 2012 – Light Contact**”.

Sr. Deputado Ricardo Cabral, tem a palavra.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Clube Kickboxing Arrifes

Campeão Nacional 2012 – Light Contact

O Clube Kickboxing Arrifes é uma agremiação independente, com órgãos sociais próprios, uma equipa técnica de gabarito e um conjunto de atletas com provas dadas, apresentando um excelente nível competitivo, suportado por um palmarés invejável.

O Clube Kickboxing Arrifes sagrou-se campeão de Portugal, na categoria de Light Contact.

O Campeonato Nacional de Kickboxing e Muay Thai disputou-se em Mirandela, contou com mais de quinhentos (500) combates, teve a participação de cento e um (101) clubes, participaram mais de setecentos (700) atletas, orientados por mais de cento e cinquenta (150) treinadores.

O Kickboxing nos Açores remonta há vinte (20) anos. Tudo começou com a

imensa dedicação do Mestre Pedro Cymbron que despertou uma imensa paixão pela modalidade, organizando muitos combates e treinando muitos atletas com brilhantes resultados a nível regional e nacional.

Outra figura importante do Kickboxing nos Açores foi o Mestre Paulo Ribeiro, responsável pela elevação da modalidade ao estatuto de federado, proporcionando aos atletas açorianos a justa competição em provas nacionais.

O atual Presidente da Direção do Clube Kickboxing Arrifes é o Mestre Nilton Silva, grande impulsionador da modalidade, foi Campeão Regional de menos 79 kg, no primeiro Campeonato Regional de Kickboxing, disputado em 1999.

Foi a 17 de julho de 2008 que, Nilton Silva, Antero Paiva e Carlos Medeiros, lavraram as escrituras e colocaram a primeira pedra no que é hoje o Clube Kickboxing Arrifes, um clube de referência regional e nacional.

No seu palmarés foi sempre Campeão Regional desde a sua recente fundação, no ano de 2008. No ano de 2008 alcançou o campeonato na Praia da Vitória, em 2009 na ilha de S. Jorge, em 2010 em Ponta Delgada, em 2011 na ilha Terceira e em 2012, foi campeão regional nos Biscoitos na ilha Terceira.

A par dos importantes títulos coletivos do Clube Kickboxing Arrifes, merecem também referência as prestações a nível individual, com vários campeões nacionais, em todas as idades e o ingresso de atletas na Seleção Nacional.

Estão de parabéns os seus Presidentes, Carlos Alberto de Oliveira Medeiros, da Assembleia Geral, Nilton Maurício Botelho Silva, da Direção e Pedro Filipe Veríssimo Correia, do Conselho Fiscal, assim como, todos os seus prestigiados atletas.

FORÇA - CORAGEM - RESPEITO é o lema do Clube Kickboxing Arrifes, uma agremiação com valores fortes e com atletas de grande qualidade que representam com enorme dignidade a Região Autónoma dos Açores, elevando com relevância o Desporto Açoriano.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um voto de congratulação, ao Clube Kickboxing Arrifes, pela conquista do Campeonato de Portugal 2012 de

Kickboxing - Light Contact.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 13 de junho de 2012

Os Deputados Regionais, Berto Messias, Ricardo Cabral, Carlos Mendonça, Lúcio Rodrigues, Francisco César e Ricardo Ramalho.

Presidente: Creio não haver intervenções.

Assim sendo, passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, passamos agora a outro ponto do nosso PTAP, às Declarações Políticas.

Segundo o acordado em Conferência de Líderes, dou a palavra para uma declaração política ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sou, como sabem, professor de História. A minha função nesta sociedade é transmitir aos alunos o que fomos e o que somos. A História é a soma do conhecimento de todos os tempos, de todas as áreas e de todas as pessoas. Ela é a disciplina total e a síntese possível da aventura da civilização.

Dito isto, reconheço que o conhecimento histórico possui fragilidades e vulnerabilidades. Uma dessas fragilidades é a tentação, que uns poucos têm, de reescrever a História de todos os outros. Muitos de vós, neste hemisfério, recordarão o célebre episódio da alteração das fotografias da Revolução Russa. Chegado ao poder, Estaline mandou retirar os seus adversários das fotografias da Revolução.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Estaline!

O Orador: Confesso-vos, senhores deputados, que, neste assunto da RTP-Açores, sinto que existe gente empenhada em reescrever a História deste processo e em apagar da mesma os que fizeram méritos para lá estar.

Existe gente que deixou cair a velha bandeira e arvorou um novo estandarte com um novo escudo e uma nova crença. Nada de extraordinário! Nada que seja condenável, a

menos que se queira batizar esse oceano, já tantas vezes navegado, com o nome de um descobridor que não descobriu coisa nenhuma e que, pelo contrário, permaneceu indolentemente na Praia do Restelo até ao momento em que a linha de água lhe tapou a boca e o nariz.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é a verdade! Não é essa, no entanto, a História que está a ser contada pelos escribas destes tempos e destes lugares. A começar pelos programas informativos da própria RTP-Açores.

Veja-se esta notícia veiculada, no dia 8 de junho de 2012, no site da RTP-Açores: “Em comunicado, após uma audiência com a nova direção da RTP/Açores, Vasco Cordeiro adianta que essa empresa será financiada pelos 11 milhões de euros que custa a atual RTP/A e pela taxa de televisão cobrada no arquipélago. A administração dessa empresa será proposta pelo governo regional dos Açores e ratificada por uma maioria de dois terços no parlamento regional. **Recorde-se que a ideia de criação de uma empresa regional - com capitais dos Açores, da sociedade civil e da RTP - também já foi avançada pelo PSD**”, fim de citação.

Chegados aqui, pergunto eu: e o PPM?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Quem?

O Orador: Não dissemos nada sobre este assunto antes do PSD e do PS terem chegado a esta brilhante conclusão? Não propusemos nada? Meus senhores, sinto-me vilmente apagado desta História.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Junte-se ao clube!

O Orador: Propusemos esta solução muito antes que aqueles que agora nela figuram sorridentes e com o cabelinho penteadinho, utilizando uma inspirada descrição da ex-deputada Cláudia Cardoso.

Já Churchill tinha deixado um bom conselho nesta matéria: “se queres ter a certeza que és referido numa qualquer História, o melhor é que sejas tu próprio a contá-la”. É precisamente isso que pretendo deixar registado no Diário das Sessões desta casa.

No princípio era o “verbo” e o PS e o PSD articulavam-no com a defesa da responsabilidade, gestão e financiamento exclusivo do Estado no âmbito da RTP-Açores.

Pelo contrário, desde o início da atual legislatura, defendi sempre, nos inúmeros debates que aqui realizámos, uma ideia de dupla tutela – do Estado e da Região – para a RTP-Açores. Estive, durante muito tempo, sozinho nessa posição. Não foi fácil, como faço questão de vos recordar nesta intervenção.

Num determinado debate, a respeito da RTP-Açores, fiz a seguinte referência: “A questão, meus senhores, é a seguinte. A previsão que faço aqui é que, nos próximos dois ou três anos, a situação (da RTP-Açores) irá agravar-se muitíssimo”. Nesse preciso momento, ...

Deputado José San-Bento (PS): O euromilhões sai para a semana!

O Orador: ... o deputado Aníbal Pires fez-me o seguinte aparte: “Zandiga, Sr. Deputado”.

(Risos da Câmara)

Deputado Aníbal Pires (PCP): E não me enganei, Sr. Deputado!

O Orador: Só para ilustrar um pouco mais esses áridos tempos do debate parlamentar, quando eu era uma voz isolada a defender a gestão açoriana da RTP-Açores, vale a pena referenciar mais alguns momentos do debate parlamentar.

A propósito da dupla tutela referia, no dia 22 de Fevereiro de 2011, que “o modelo que defendo contempla a participação da Região (na gestão da RTP-Açores) através de representantes livremente eleitos, [estou a citar] no Parlamento, por uma maioria de dois terços”.

Nesse momento da intervenção fui interrompido pelos apartes do Secretário da Presidência que exclamou: “O senhor está inventando”. Ao que respondi: “Não, eu sempre disse isto, está no meu programa eleitoral. A questão é a seguinte: o modelo é muito simples, é uma coadministração, uma coresponsabilidade entre o Estado e a Região para administrar a RTP-Açores”. Nesse ponto do debate fui novamente interrompido com mais um aparte proveniente da bancada do Governo Regional.

Desta vez é o Secretário Álvaro Menezes que grita: “Não diga disparates, Sr. Deputado”. Devo dizer que desculpei este aparte do Secretário, na medida em que tenho consciência que nunca devia ter escrito um discurso chamado “A Derrota do Álvaro”.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do PCP)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No exercício que aqui faço hoje, para recordar o trabalho político que realizei em prol de uma RTP-Açores administrada por açorianos ao serviço dos interesses dos Açores, aqui deixo mais um excerto do discurso que proferi no debate de urgência que aqui realizámos a propósito da RTP-Açores. “A RTP-Açores é, atualmente, uma espécie de homem doente da autonomia. Um doente a quem o ministro Miguel Relvas não quer dar a menor hipótese de regeneração. Na verdade, não se pode falar, neste contexto, de uma janela, mas antes de uma lápide.

Por que razão nesta área – mas não noutras – nos temos de ajoelhar à tutela de Lisboa? Porquê? Que razão insondável nos predestinou a este destino de eterno criado sempre que se pensa ou decide televisão e rádio nos Açores?

Em que livro sagrado ou profano está escrito que não podemos administrar autonomamente o serviço de rádio e televisão pública nos Açores?”

Nesse mesmo discurso tive o cuidado de referenciar as condições da cotutela da RTP-Açores, isto partindo do princípio que o Estado manterá, neste modelo, o atual esforço de financiamento. As condições referidas foram - e cito - as seguintes:

“1 - Os Açores passariam a assumir a tutela direta da RTP-Açores, nomeando - através do Parlamento e por uma maioria parlamentar de 2/3, integrando pelo menos 50% das forças políticas nele representadas - o diretor-geral e a restante equipa de gestão.

2- O Estado deixaria de impedir o processo de internacionalização da RTP-Açores, permitindo-lhe o acesso, em concorrência direta com a RTP Internacional, a um vasto mercado potencial de mais de 3 milhões de açorianos e

descendentes, sobretudo na América do Norte. As emissões junto da nossa diáspora teriam um carácter bilingue para chegar a todas as gerações e seriam incorporados na programação da RTP-Açores conteúdos produzidos junto da mesma;

3- As receitas das taxas do audiovisual cobradas nos Açores passariam a ficar na Região e seriam utilizadas integralmente como mecanismo de financiamento da RTP-Açores;

4- As receitas publicitárias arrecadadas nos Açores e na emissão internacional passariam a integrar a estrutura de receitas da RTP-Açores.”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O capital político do PPM, nesta matéria, é inegável. Fomos os primeiros a querer alterar o atual sistema e a propor uma alternativa de autonomia real para a RTP-Açores. Um dia ser-nos-á feita justiça nesta matéria.

Ontem, a RTP-Açores promoveu um debate televisivo sobre os modelos propostos pelo PSD e pelo PS. Convidou, para esse debate, representantes do PS e do PSD e pediu aos restantes partidos que comentassem as propostas dos dois primeiros. Imaginam maior humilhação e despropósito?

Em pleno período pré-eleitoral, 4 dos 6 partidos parlamentares foram colocados fora de um debate em que, na realidade, todos têm participado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Tudo isto no âmbito de um serviço público que é pago com o dinheiro de todos os contribuintes e que devia ser um modelo de isenção.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Existe quem chame a isto opção editorial. Eu chamo-lhe, simplesmente, falta de isenção.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: É evidente que ninguém me submete a este tipo de humilhação gratuita. Por que razão me submeteria eu a analisar projetos de outros partidos quando o meu próprio Partido também já apresentou – e com maior antecedência – um modelo alternativo para a RTP-Açores?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Olhe o Conselho de Redação!

O Orador: A linha editorial daqueles que pactuaram com a imposição da janela da RTP-Açores está agora bem patente: significa um ataque ao pluralismo partidário sufragado pelo Povo Açoriano. **Quem de seis escolhe dois está apenas a um pequeno passo para de entre dois escolher apenas um.**

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O pior é que já escolheu!

O Orador: No que diz respeito especificamente à RTP-Açores, sei que fiz tudo o que estava ao meu alcance. Estive na manifestação, provoquei um debate de urgência, fiz várias declarações políticas, avancei com projetos de resolução e tomei, repetidamente, posições a favor da RTP-Açores.

É justo que se diga que os outros partidos parlamentares desenvolveram, também, um trabalho muito intenso em prol da RTP-Açores. Não digo que fiz mais que os outros. Digo apenas que fiz a minha parte. Sei que em política nunca se devem esperar agradecimentos – eu nunca os procuro – apenas exijo respeito e que me poupem a humilhações gratuitas, como a que ontem me tentaram infligir.

Já agora, aproveito esta oportunidade para repudiar as vozes que atribuem, genericamente, aos políticos regionais todas as culpas pelo que tem vindo a suceder à RTP-Açores. Se não fosse a ação dos políticos regionais, há muito que a RTP-Açores teria deixado de existir.

A culpa do sucedido reside, essencialmente, em décadas de gestão calamitosa – por parte de responsáveis de cá e de lá - da RTP-Açores. Quantas vezes fomos chamados, nos últimos anos, para apagar fogos e para interceder pela RTP-Açores?

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

De quem é, em primeiro lugar, a culpa pela execução desta janela?

Na minha perspetiva, a primeira responsabilidade é de quem aceitou executar os planos do Ministro Miguel Relvas. Podiam ter recusado. Podiam ter desobedecido. Podiam ter-se demitido. Mas não foi isso que decidiram fazer e dessa opção não têm culpa os políticos regionais.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford) e Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Um recente estudo de opinião, mandado fazer pelo Governo Regional, demonstrou que a RTP-Açores - que supostamente ninguém via - é, afinal, a mais vista e valorizada pelos açorianos. Todos os órgãos de comunicação social dos Açores noticiaram este estudo de opinião, com exceção da própria RTP-Açores. Chamam a isto liberdade editorial, eu chamo-lhe, simplesmente, traição aos interesses dos Açores e aos colegas de trabalho da empresa.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Isto também é culpa dos políticos?

Existe quem agora aposte tudo na cara ou coroa do poder. Este é sempre o comportamento mais fácil e oportunista. É fácil, mas não deixa de ser errado e condenável.

Viva a RTP-Açores!

Deputado Abel Moreira (*CDS/PP*): Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Sras. e Srs. Deputado, conhecemos todos as regras do debate da declaração política.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Repito: estão abertas as inscrições.

(Pausa)

O difícil é sempre começar, mas vamos ter de começar ou que acabar.

Se não há inscrições, Sras. e Srs. Deputados, passo para a declaração política seguinte.

Assim vou fazer.

Declaração política do PP. Dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima para tal.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este ano, vão realizar-se as eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Os partidos do centrão (PSD e PS)...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado! Estou estupefacto!

O Orador: ... autoproclamaram candidatos a Presidente do Governo Regional e, desde do ano passado, estão em pré-campanha eleitoral.

Neste momento, a cinco meses das eleições, os Açorianos já assistiram à distribuição de fotografias, panfletos, páginas de publicidade na imprensa e foram bombardeados com a colocação de *outdoors* dos candidatos do PS e do PSD em todas as ilhas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E do CDS!

O Orador: As famílias e as empresas, a cada dia que passa, sentem maiores dificuldades. O próprio Governo Regional tem dificuldades em pagar o que deve, por exemplo aos fornecedores do Serviço Regional de Saúde, mas os candidatos do PS e do PSD andam a gastar rios de dinheiro em ações de pré-campanha eleitoral, desprezando ostensivamente os problemas sociais e económicos da Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD deu o pontapé de saída na pré, pré-campanha.

Todos os dias, de manhã e à tarde, aparece a prometer tudo a todos, contrariando até o seu próprio discurso político, dizendo: “*este não é um ano de vale tudo*”.

Depois de 16 anos na oposição, sem apresentar uma única proposta para reduzir os custos das passagens aéreas, o PSD promete um novo programa comunitário, não dizendo que o mesmo pode levar anos a ser negociado e aprovado.

Pelo meio, diz que a situação financeira da Região pode levar à necessidade de pedir um resgate financeiro à República. Porém, insiste, e diz que até conseguir um programa comunitário para baixar passagens aéreas vai aplicar verbas do Orçamento da Região (o tal que há de ser resgatado pela República).

O ainda maior partido da oposição assume, entretanto, que os 36 anos de regime autonómico e de autogoverno (20 dos quais sobre governação do PSD – lembre-se e os açorianos ainda não o esqueceram) foram um falhanço redondo, pelo que importa implementar um novo modelo, criar uma Região Económica. Segue assim as pisadas do discurso político do CDS-PP que vem há muito alertando para a necessidade de se promover o mercado interno, as potencialidades de todas as ilhas, porque a soma das partes têm que resultar no sucesso da Região.

Deputado João Costa (PSD): Estamos em sintonia!

O Orador: A candidata do PSD promete: um governo do PSD vai pagar anos de salários aos empresários empreendedores; um governo do PSD vai pagar estágios nas explorações agrícolas; um governo do PSD vai criar uma rede de ferries...

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso é foguetório!

O Orador: ... para ligarem todos os dias do ano seis ilhas dos Açores (gostava de saber como e a que velocidade; devem ser supersónicos estes ferries). Mas promete mais: vai cortar nos políticos a tempo inteiro; vai aumentar pensões e (pasmese!) até vai aumentar – e agradeço – uma proposta do CDS, o COMPAMID, vai aumentar, aumentar, aumentar...

É esta a proposta do Partido Social Democrata.

Tudo se promete, para tentar aumentar o *score* eleitoral, numa ânsia desmedida de regressar ao poder, mesmo dizendo aos seus adversários que em política “*não vale tudo*”!

Por este caminho, o PSD, se vencer as eleições, ainda antes de chegar ao Governo já esgotou todo o Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Assim se percebe porque há de ser preciso pedir um resgate financeiro ao amigo Passos Coelho e ao amigo Gaspar da República!

Deputado João Costa (PSD): E aos outros ministros todos!

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Perante este arranque precoce da pré-campanha eleitoral, o PS viu-se forçado a tomar decisões e iniciar a sua corrida às eleições. Com o candidato anunciado, cedo ficamos a saber que ao Partido Socialista bastariam 100 dias, apenas 100 dias, depois das eleições, para mudar a Região.

A longevidade de 16 anos de governação é um bom aliado para tomar medidas rápidas... esquecem-se é que faltam meses para as eleições e que estão no Governo há quase 16 anos.

Sob o desígnio da defesa da Autonomia, o candidato socialista apontou a sua artilharia para a República, esquecendo-se que a Autonomia primeiro se defende cá dentro, praticando políticas estruturais e estruturantes que promovam a coesão social e territorial, o crescimento económico e o desenvolvimento harmonioso.

Mas a candidatura do PS tem outro mérito. Enquanto o PSD descobriu que os últimos 36 anos de governação falharam (repito: 36 anos), o PS propõem-se mudar tudo aquilo que o próprio governo PS criou e tanto elogia.

Para os socialistas é preciso mudar as obrigações de serviço público no transporte aéreo para trazer (pasmem-se!) uma *low cost* para os Açores. As obrigações de serviço público - lembre-se -, que foram propostas pelos Açores, negociadas com o Governo socialista da República, por duas vezes, e que sempre negaram e não quiseram as *low cost*.

Mas pergunto: a *low cost* é a solução para o serviço público de transporte aéreo nos Açores, entre os Açores e o continente?

É esta a pergunta que o Partido Socialista e o Governo têm de responder.

Esta é uma perigosa cambalhota política e eleitoral apenas com um intuito: iludir os Açorianos em campanha eleitoral.

Em síntese, com o PS, 100 dias bastam para mudar todas as principais políticas do Partido Socialista!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores são um conjunto de nove oportunidades diferentes essenciais para o desenvolvimento harmonioso do arquipélago. Para isto é preciso mudar radicalmente o paradigma de desenvolvimento seguido nos últimos anos das governações do PSD e nos vários mandatos dos governos PS.

A política perdeu, nas últimas décadas, a sua verdadeira essência. A ânsia desmedida do poder pelo poder levou à adoção de discursos de propaganda onde, cada vez mais, faz falta o sentido dos valores e a assunção da verdade.

Os Açorianos começam a evidenciar um certo desalento pela postura da maioria, mas também não querem, nem têm, que regressar ao pior do passado.

Este é o atual momento, mas este não é o caminho do CDS-PP!

O caminho do CDS-PP, que os Açorianos percebem, passa pela mudança, porque ao escolherem entre PS e PSD promovem apenas uma simples alternância de poder.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Sras. e Srs. Deputado, aguardo inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições, e talvez para que a inspiração venha, vamos fazer um intervalo de meia hora.

Retomamos às 11 horas e meia.

Até já.

(Eram 10 horas e 52 minutos)

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 11 horas e 37 minutos)

E vamos reiniciar os nossos trabalhos com uma declaração política do Bloco de Esquerda. Para tal, dou a palavra ao Sr. Deputado José Cascalho.

Deputado José Cascalho (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Universidade dos Açores é uma instituição pública que, indiscutivelmente, tem sido um dos pilares do desenvolvimento desta região ao longo de todo o percurso da Autonomia. É uma instituição jovem que foi formando os seus quadros de professores ao longo dos últimos anos e reforçando, desta forma, a sua capacidade de intervenção na sociedade, através da formação diversificada de quadros superiores, através da investigação e na prestação de serviços em muitos domínios. É, portanto, uma instituição indispensável à região, que tem contribuído para a reflexão crítica, promovendo uma discussão aberta e alargada dos problemas da Região Autónoma dos Açores.

A sua tripolaridade é indiscutivelmente uma vantagem. A sua localização repartida por três polos em ilhas distintas, permite à instituição representar efetivamente os Açores. Estes três polos contribuem para o dinamismo económico das ilhas onde estão localizados e para a formação de muitos jovens espalhados pelas diferentes ilhas do arquipélago.

A qualidade da investigação reconhecida internacionalmente, como, por exemplo, as desenvolvidas nas áreas de vulcanologia, de biodiversidade e de oceanografia, estabelecem uma estreita ligação com o espaço físico onde são realizadas, tornando os Açores num espaço laboratorial único e de condições excecionais para a prática dessa investigação.

Mas a Universidade dos Açores, tal qual a conhecermos, está em perigo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O corte orçamental perpetrado do pelo Governo da República do

PSD/CDS-PP, que resultou este ano numa redução de 8.5 % do orçamento transferido para as universidades públicas, coloca em perigo o seu funcionamento. Enquanto que as universidades de maior dimensão vão procurando formas de contrabalançar estes cortes penalizando aqui e ali a qualidade e a diversidade da sua oferta, as universidades mais pequenas como a Universidade dos Açores, vêem-se na encruzilhada de não terem meios para suportar os seus custos.

O resultado imediato deste corte é a eliminação de cursos no polo de Angra do Heroísmo, um deles, o de formação de professores, que existe desde praticamente os primeiros anos da Universidade, a falta de materiais para a realização de aulas práticas nos laboratórios, a falta de verba consignada para a investigação, colocando, neste último caso, em perigo a investigação na Universidade dos Açores pela falta de cumprimento de contratos assumidos com a Fundação da Ciência e Tecnologia.

O valor atribuído este ano pelo orçamento do estado às universidades portuguesas é inferior ao valor recebido em 2005. Se adicionarmos a este facto, o valor em encargos comparativamente maiores quando comparados com o ano de 2005, percebemos a gravidade desta asfixia.

Ora, com redução do financiamento do orçamento de estado, o aumento das propinas é inevitável, já que estas se tornam uma fonte de rendimento essencial para o equilíbrio do orçamento das universidades.

Na Universidade dos Açores, e tendo em conta dados recentes, as propinas correspondem já a aproximadamente 20% do financiamento total da Universidade.

O aumento das propinas torna o ensino elitista, apenas aqueles que o podem pagar, o podem frequentar. É o regresso ao passado, um passado “salazarento”, numa reinvenção da responsabilidade do governo PSD/CDS-PP da república.

Com o aumento de desemprego, a redução de salários e a diminuição do orçamento para a ação social – com uma quebra de 18.2% quando comparado com 2011- mais uma medida “inteligente” implementada pelo governo PSD/CDS-PP, a dificuldade em pagar propinas, torna-se uma regra e não uma

exceção.

O resultado será catastrófico. A Universidade perde alunos com o aumento das propinas. E sem alunos fecha cursos, despede professores e perde a sua “massa cinzenta” indispensável à investigação.

Esta situação augura um descalabro para o futuro da Região Autónoma dos Açores.

Somos uma região com menos de 10% de licenciados, um número três vezes menor que a média europeia, com 30% de licenciados.

Sabemos que o nosso futuro passa inevitavelmente por uma geração com mais formação, que consiga enfrentar os desafios do futuro.

Sabemos que a capacidade de gerar riqueza depende da “massa crítica” qualificada de jovens com formação superior.

Sabemos o papel fundamental que a Universidade dos Açores desempenha na formação dessa “massa crítica”, e na avaliação e gestão dos recursos, indispensáveis para a sobrevivência da região.

Mas o Governo da República do PSD/CDS-PP, cego com a Troika e inimigo da autonomia, a cada decisão que toma, sem olhar para as especificidades das regiões, vai destruindo o seu futuro.

É curioso que um Governo da República que diz, e cito, “faz parte da estratégia geral do Governo converter o mar num vetor essencial do desenvolvimento nacional”, se esqueça que a Região Autónoma dos Açores está no meio do mar e que contribuí decisivamente para que o nosso país possa reclamar para si, essa imensa riqueza.

Sras. e Srs. Deputados:

Sabemos que quaisquer transformações que ocorram na Universidade dos Açores não deverão pôr em causa a sua estrutura tripolar. Nem deverá, muito menos, contribuir para a destruição da sua coesão.

Ao invés, apenas o aumento da sua dimensão poderá garantir a sua sobrevivência enquanto instituição de qualidade. Essa deverá ser uma exigência da Região, e para a qual todos nós nos devemos empenhar.

Disse.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não tenho tempo, Sr. Presidente?

Presidente: Não tem tempo, não!

Sr. Secretário Regional da Presidência, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional intervém na sequência da declaração política do Bloco de Esquerda sobre a Universidade dos Açores, desde logo para registar que não pode ser por acaso (não é por acaso de certeza absoluta) que o espaço que nós dedicamos nesta organização deste plenário para o debate da atualidade política, tenha sido quase exclusivamente dominado por matéria e assuntos relacionados com a responsabilidade do Estado na República.

(Risos do Deputado Clélio Meneses)

Não pode ser por acaso. Estamos a falar da atualidade política da Região e as várias forças políticas escolheram temáticas e instituições da autonomia...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Umas mais que outras!

O Orador: ... que resultam de responsabilidades que o Estado tem para com a Região e que não está a cumprir na Região. Esse padrão demonstra claramente que a preocupação dos açorianos, neste momento, é também esta: a desresponsabilização do Estado perante as suas obrigações, os seus deveres para com os açorianos, a Região e as suas instituições mais representativas.

Até o PSD/Açores, armado em partido de protestozinho (não lhe chamaria partido de protesto), achou por bem,...

Deputado Mark Marques (PSD): Está incomodado! Aquela matéria do protesto incomodou! Uma azia!

O Orador: ... na utilização da figura da urgência, trazer (também ele) matéria, a esta casa, relacionada (também ela) com as responsabilidades do Estado na Região. Portanto, é algo que nos liga a todos.

No caso particular da Universidade dos Açores (depois de já termos falado da RTP/Açores, depois de termos falado dos serviços de finanças, dos tribunais) estamos perante, nitidamente, mais um caso grave de negligência do Estado para com os açorianos.

É claro que o papel e a relevância da Universidade dos Açores, desde a sua constituição aos nossos dias, no todo do processo autonómico, nomeadamente numa componente fundamental de desenvolvimento para qualquer região, é a qualificação do seu capital humano.

Sobre isso creio que não existem dúvidas nem divergências entre nós. O problema coloca-se, de algum tempo para cá, naquela tendência deste Governo da República de sempre, perante dificuldades financeiras, começar por negligenciar, por cortar, por fechar, tudo o que diz respeito às autonomias, em particular, no caso açoriano, à Autonomia Regional dos Açores.

Esse padrão é preocupante. Exige da nossa parte união na reivindicação dos nossos direitos, união entre as forças políticas, união entre as instituições de governo próprio, representativas da autonomia regional e têm tido da nossa parte, do Governo Regional, uma ação muito concreta, muito firme, tentando ser o elemento de equilíbrio perante aquilo que é um desrespeito reiterado para com os deveres da República na Região.

Foi por isso que o Governo Regional decidiu intervir na questão da Universidade dos Açores. Fê-lo, numa primeira instância, reconhecendo os custos acrescidos e a necessidade de se manter a lógica da organização tripolar da Universidade. É por isso que concede, para além das suas competências legais e constitucionais, um apoio anual especificamente para esse efeito, mas na presente conjuntura e perante o total desinteresse injustificado, infundado, sem nenhum tipo de argumentação do Governo da República, fê-lo com particular equidade, aumentando o apoio financeiro que concede à Universidade dos Açores, sabendo que o faz de uma forma que ultrapassa claramente o seu

leque de competências e as suas obrigações; sabendo conscientemente que o faz em substituição daquelas que deviam ser as verbas que a República tinha por obrigação de transferir; sabendo que o faz num contexto muito preciso, num contexto transitório, mas fazendo-o porque reconhece a importância da Universidade dos Açores, porque o seu primeiro dever é zelar pela coesão do processo autonómico, pela coesão das instituições autonómicas e para garantir que, mesmo perante o desinteresse do Estado, mesmo perante o desleixo da República, mesmo perante uma reiterada tendência para esquecer os Açores, nós, os órgão de governo próprio da Região e em particular o Governo Regional dos Açores, estaremos sempre firmes na defesa dos interesses dos açorianos, firmes na defesa das instituições da autonomia, daquelas que tornam possível o desenvolvimento que se tem registado nos últimos anos nos Açores.

Portanto, esse elemento, nós teríamos, necessariamente, de adicionar à declaração política do Bloco de Esquerda.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito bem.

Continuam as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o PSD, penso que para todos aqui nesta casa, a Universidade dos Açores é considerada um dos pilares da autonomia. A sua importância ao nível da formação de quadros, ao nível da investigação, ao nível da ligação, inclusivamente, à sociedade e dos préstimos que pode acarretar para o desenvolvimento dos Açores, é algo que certamente é comum a todos nós.

Eu diria que não dizer completamente a verdade é a mesma coisa que estarmos a dizer falsidades.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Está pensando ...

O Orador: Oh Sr. Secretário, ouvi-o todo o tempo, pacientemente.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não posso fazer apartes?

O Orador: O senhor sente-se incomodado. Já viu que vai vir aí alguma coisa que não vai gostar, mas vai ter que ouvir. Peço desculpa, vai ter que ouvir.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas não consegue ouvir!

O Orador: Quando se fala em asfixia, temos de contextualizar aquilo que estamos a falar. Estamos a falar, neste momento, naturalmente na situação por que passa o país. Não estou aqui a querer falar de quem é o responsável pela situação a que o país chegou. Os responsáveis são por demais conhecidos, já se sabe quem é que levou o país à situação de bancarrota, à incapacidade, inclusivamente de pagar ordenados às pessoas. Portanto, já nem digo o nome...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já nem diz o nome! É um progresso!

O Orador: ... dos responsáveis, porque toda a gente sabe a quem é que há de atribuir essas responsabilidades.

No caso concreto da Universidade dos Açores nós temos de dizer a verdade toda.

É verdade que desceram este ano, para as universidades todas do país, que baixaram substancialmente ou de uma forma importante, significativa, as verbas.

É verdade, sim senhor. Baixaram para as universidades como teve que haver um *downgrade* generalizado.

Porquê?

Porque houve alguém que deixou o país – deixem-me passar a expressão – sem “cheta” e obviamente tem que se racionalizar muitas das instituições.

Agora, vamos dizer a verdade.

A última injeção financeira razoável, importante que foi dada, foi por uma Sra. Ministra da Ciência e do Ensino Superior, no ano de 2004 e em 2005, chamada Maria da Graça Carvalho, por sinal Ministra da Ciência e do Ensino Superior de um governo do PSD e do CDS/PP e que estabeleceu, na altura, um contrato programa que tinha 3 objetivos fundamentais: relativamente à questão da

tripolaridade, que foi aqui falada pelo Sr. Deputado José Cascalho; a questão da insularidade, a questão dos custos da insularidade desta universidade; e a questão também de alguma racionalização e também de algum reforço que houve na altura pela integração das escolas de enfermagem na Universidade dos Açores, houve um acréscimo substancial dos orçamentos.

A partir daí e durante 6 anos, em tempo de vacas gordas, houve, pura e simplesmente, uma asfixia total da universidade que criou uma situação de défice que conhecemos hoje, criado ao longo dos últimos 6 anos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade!

O Orador: Portanto, em tempo de vacas gordas houve um Governo da República, liderado pelo Partido Socialista, que secou financeiramente a universidade.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste momento, estamos em tempo de vacas magras e naturalmente há que ajustar também a universidade ao contexto atual como generalizar para toda a administração pública.

Portanto, é esta a verdade toda.

Quem é o responsável pela asfixia, pela forma como a universidade se encontra hoje é o Partido Socialista. Esta é a verdade.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É mais uma coisa que o Eng. José Sócrates se calhar fez!

O Orador: Por isso, aquilo que o Sr. Secretário acabou por dizer – deixe-me classificar desta forma – é ridículo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É o que o senhor está a fazer. Sobre ridículo o senhor está muito mais há vontade.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas é mais!

Traduz da parte do Partido Socialista o alijar das responsabilidades que tem e – tenho pena de dizer isso – aquilo que o senhor acabou de dizer ajusta-se

perfeitamente à situação de partido de protesto a que o Partido Socialista se remeteu atualmente.

É esta a triste realidade.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria felicitar o Sr. Deputado Cascalho pela sua intervenção oportuna e pela forma sensata, que nem sempre assistimos (mas isso é um detalhe), com que trouxe aqui a sua declaração política sobre um tema da maior importância...

Deputado Mark Marques (PSD): Um elogio acatado!

O Orador: ... e que se insere naquilo que nós, ao longo destes dias, aqui na Horta, temos falado, que é duma desresponsabilização e de um desinvestimento do Governo da República naquilo que é a sua responsabilidade, o que, de facto, nos preocupa imenso.

O exemplo que o senhor aqui traz é, de facto, um dos mais exemplificativos e significativos dessa realidade.

Nós achamos há muito tempo que a Universidade dos Açores é injustamente tratada pela República. Nós já dissemos isso várias vezes. É uma injustiça que a nossa universidade não seja financiada pela qualidade da sua investigação ou seja pouco financiada por isso,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ... que seja sobretudo financiada pelo número de alunos e que também não tenha em conta as questões da tripolaridade.

O PS/Açores disse isso no passado, defendeu isso no passado, continua a dizer e continuará a afirmar isso, porque, de facto, para nós, independentemente de quem governa o país, a Universidade dos Açores é um património da

autonomia, tem uma função importantíssima e tem um papel insubstituível a desempenhar na nossa Região.

Por isso, Sr. Deputado António Marinho, uma coisa são cortes e austeridade; outra coisa completamente diferente é ultrapassar os limites e entrar no inaceitável que é aquilo que o Governo da República está a fazer.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É a questão da dose!

Deputado António Marinho (PSD): O senhor diga a verdade! Tente dizer a verdade! Não resvale para a mentira!

O Orador: A situação ultrapassou os limites.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: E mais, Sr. Deputado!

Aquilo que o senhor disse, aquilo que o senhor contestou da declaração do Sr. Secretário da Presidência é falso e é absolutamente injusto.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Queria dizer-lhe uma coisa Sr. Deputado só para o senhor ter conhecimento daquilo que é sua obrigação conhecer.

Só naquilo que tem a ver com investimentos no campus de Angra de Heroísmo e no Departamento de Oceanografia e Pescas na Horta, o Governo Regional, através de fundos comunitários adstritos à Região, despendeu mais de 10 milhões de euros.

Deputado António Marinho (PSD): Mas quem é que tirou o dinheiro? Foi o Governo de José Sócrates! E o Governo Regional teve que avançar!

O Orador: Assegurou esses investimentos e hoje se nós temos uma Universidade dos Açores tripolar, com qualidade de investigação e com um papel muito relevante no panorama nacional e europeu que nos tem permitido, por exemplo, assegurar a defesa da nossa política de pescas, é porque o Governo Regional dos Açores reconhece essa importância, investe de uma forma muito significativa.

Deputado António Marinho (PSD): O Governo de José Sócrates é que limpou a universidade e o Governo Regional teve que avançar!

O Orador: De facto, nós estamos a falar de cortes, Sr. Deputado.

Estamos a falar do abandono da Universidade dos Açores por parte do vosso Governo da República e isso é que é a verdade.

Deputado António Marinho (PSD): Não resvale para a mentira, diga a verdade!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Deixe José Sócrates e preocupe-se com a realidade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado José San-Bento, faça favor de continuar.

O Orador: A situação é de tal forma grave, de tal forma injusta e de tal forma inaceitável, que eu queria aqui denunciar uma situação que é a prova dessa extrema gravidade.

Queria dizer aqui, ao parlamento dos Açores e a todos os partidos aqui representados, que há dezenas de colaboradores da Universidade dos Açores, sobretudo no corpo académico, contratados a recibo verde, que desempenham um papel central no funcionamento letivo da universidade, que asseguram a qualidade da formação e do ensino dessa instituição, que não recebem há mais de 3 meses por culpa do Governo da República, por culpa da insensibilidade do Governo da República e por culpa da lei de compromissos que asfixiou por completo a Universidade dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Essa é que é a verdade, Sr. Deputado.

Portanto, nós estamos perante uma situação que nos pode levar para outro domínio e isso é muito importante quando nós nos aproximamos de eleições. É porque se em clima de prosperidade, se em fases expansionistas com crescimento, investimento e emprego há quem pense e há quem sinta que a diferença entre uns e outros não é assim tão grande, em que votar num partido mais à esquerda ou num partido mais direita não é assim tão significativo...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É, é!

O Orador: ... é bom que se diga que quando nós enfrentamos situações de austeridade, quando é preciso cortar, restringir e retirar apoios, votar no PS ou votar no PSD é muito diferente.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*) e **Deputado Berto Messias** (*PS*): Muito bem!

O Orador: As escolhas políticas que nós vamos fazer em outubro são essenciais para o futuro da Região e é isso que os açorianos têm que ter em conta e é isso que os açorianos vão ter em conta, porque aquilo que nós registamos é que quando chega à hora de cortar o PSD e o CDS são iguais, mas não são como o PS.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O PSD e o CDS cortam no estado social, cortam nos apoios a quem precisa e, sobretudo, cortam no futuro do país.

Deputado João Costa (*PSD*): Não apoiado! É falso!

O Orador: Isso não é governar, isso é governar às cegas, isso é gerir sem sensibilidade, sem assumir as responsabilidades. Isso é um governo de uma tecnocracia cega e da extrema injustiça e a isso o PS diz não.

Deputado João Costa (*PSD*): Os apoios sociais?

O Orador: O PS não abdica da ponderação política e toma as decisões...

Deputado Rui Ramos (*PSD*): As pessoas estão a pagar a vossa gestão!

O Orador: ... e as opções que protejam as famílias, as empresas e os Açores.

Deputado António Marinho (*PSD*): O que o Governo fez durante 6 anos foi apertar a universidade!

O Orador: É isso que temos feito. Temos um património que responde por nós...

Deputado António Marinho (*PSD*): Têm 6 anos a apertar a universidade, a estrangular.

O Orador: ... e é isso que continuaremos a fazer no futuro, conforme aquilo que esperamos, depois dos açorianos renovarem a sua confiança. Nós merecemos essa confiança. Tudo faremos para respeitar esse reforço dessa confiança e com Vasco Cordeiro, no Palácio de Santana, os Açores continuarão

a ter essa governação. Uma governação com sensibilidade, com justiça social e com sentido futuro.

É isso que os açorianos esperam e é essa a garantia que o PS volta a dar aos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Parece-me que já podemos recomeçar. Vamos continuar.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois desta intervenção hilariante do Sr. Deputado José San-Bento...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Faltou as bandeirinhas!

Deputado José San-Bento (PS): Não brinque com coisas sérias!

O Orador: ... gostaria de dizer ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro que caso venha a ser Presidente do Governo...

Deputado José San-Bento (PS): É cada vez mais certo!

O Orador: ... pelo menos (se for essa a sua vontade e espero que não seja) já arranjou um chamado ministro para a propaganda,...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... quer dizer, um secretário para a propaganda, que é o Sr. Secretário José San-Bento, que fará bem esse papel.

Oh Sr. Deputado José San-Bento, então foi só agora a dívida da Universidade dos Açores? Saiu do chão agora?

Deputado José San-Bento (PS): Não é a questão da dívida! É a questão dos cortes! O senhor está a tornar-se especialista. São os cortes do seu Governo!

O Orador: Há quanto tempo vem a dívida da Universidade dos Açores?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é a dívida, é o funcionamento!

O Orador: Há quanto tempo o Governo da República, seja ele qual seja, não apoia a Universidade dos Açores?

Há quanto tempo o Governo da República não apoia a Universidade dos Açores?

Está a esquecer-se porque esqueceu-se propositadamente do Ministro Mariano Gago?

Deputado José San-Bento (*PS*): O senhor é que se esqueceu da verdade!

Deputado António Marinho (*PSD*): Esse queria unir as universidades dos Açores e da Madeira!

O Orador: O primeiro carrasco da Universidade dos Açores?

Está a esquecer-se?

Era isso que o senhor devia ter dito.

(Apartes inaudíveis entre as bancadas)

Deputado José San-Bento (*PS*): Os cortes do seu partido! O líder do seu partido já fugiu e encaminhou para a União Europeia!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Enquanto o Sr. Deputado José San-Bento falou, eu estive (devo-lhe dizer com paciência) a ouvi-lo e não o interrompi. Portanto, o senhor vai fazer-me o favor de me ouvir e de não me interromper.

O senhor esqueceu-se propositadamente de lembrar o maior carrasco, o primeiro, da Universidade dos Açores chamado Mariano Gago.

Deputado José San-Bento (*PS*): Não é verdade!

O Orador: Esqueceu-se disso! O senhor esqueceu-se de dizer que o subfinanciamento da Universidade dos Açores não vem de agora. A Universidade dos Açores não fez essa dívida agora. É uma dívida com alguns anos e isso o senhor devia ter dito.

Deputado José San-Bento (*PS*): Eu referi os investimentos!

O Orador: O senhor esqueceu-se de dizer que esteve bloqueado um programa do PROCONVERGENCIA, prometido pelo Governo Regional, à Universidade dos Açores para equipamento do polo de Angra e que esteve bloqueado, na gaveta. Felizmente, o Sr. Presidente do Governo Regional desbloqueou. Após uma visita à universidade e uma denúncia que o CDS fez, o Sr. Presidente do Governo Regional (e bem!) resolveu ativar esse fundo do PROCONVERGENCIA.

Deputado José San-Bento (PS): 130 mil euros! Não está a ser justo!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso não é verdade!

O Orador: Oh Sr. Vice-Presidente, o senhor não me diz mais uma vez que não é verdade, sob pena do senhor me provar e do senhor desmentir...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não posso falar!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Nós não podemos falar!

O Orador: O senhor não prova agora, prova depois.

... o próprio Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que me comunicou que esse fundo para o equipamento do polo de Angra foi bloqueado pelo Governo Regional...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que agora (do PROCONVERGENCIA) o programa foi desbloqueado (e bem!) pelo Presidente do Governo.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É uma pouca-vergonha!

Deputado José San-Bento (PS): Reprogramado e o senhor sabe isso perfeitamente!

O Orador: Ponto. Essa é a verdade Sr. Vice-Presidente e não vale a pena ir por outro caminho.

Agora, eu lamento profundamente, Sr. Deputado José San-Bento, que o senhor venha aqui anunciar uma coisa e não saiba o que é que está a dizer quando fala nos recibos verdes dos investigadores da Universidade dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Ah, não sei!

O Orador: O senhor não sabe o que é que está a dizer e isso é grave.

Deputado António Marinho (PSD): Projetos!

O Orador: Porque são de projetos, Sr. Deputado,...

Deputado António Marinho (PSD): Exatamente!

O Orador: ... e só podem ser contratados nessa modalidade, porque é assim que podem ser contratados.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Oh Artur, não batas mais porque ele não sabe!

O Orador: O senhor vem aqui fazer uma revelação a este parlamento eivada de um profundo desconhecimento e de uma profunda maldade, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): É verdade ou não o que eu disse?

O Orador: Esses investigadores (ainda bem Sr. Deputado) podem ser contratados por esses fundos europeus. Mal é estarem atrasados nos pagamentos que têm.

Deputado Berto Messias (PS): Então é verdade o que o Sr. Deputado José San-Bento disse!

O Orador: Agora, não é o problema do recibo verde. Eles só podem ser contratados por recibos verdes.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, estou a dizer que o problema são os cortes!

O Orador: E não é, Sr. Deputado José San-Bento, um problema de cortes ou um problema de projetos. É a forma de contrato. Portanto, a sua denúncia aqui... Estão aqui professores universitários que sabem que o que eu estou a dizer é absolutamente verdade e o que o senhor disse é absolutamente falso.

Isso tem de ser denunciado aqui frontalmente para que as pessoas percebam aqui e em casa...

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, há ou não atrasos?

O Orador: ... que o que o senhor disse não tem o mínimo de fundamento.

Agora, lamento uma coisa, Sr. Deputado, (que a isso os senhores não são sensíveis e nós já o denunciámos): que o Governo da República tenha feito cortes cegos (isso sim!) nas bolsas de estudo aos estudantes.

Deputado José San-Bento (PS): Também!

O Orador: Isso sim é de uma gravidade extraordinária! Isso sim está a impedir que alguns estudantes não tenham sequer dinheiro para pagar as suas propinas. Esse é um problema que se sente mais numa pequena universidade, como a Universidade dos Açores. Como diz o Sr. Deputado José Cascalho (e bem!) sem alunos não há professores e sem alunos e professores não há universidade e é uma perca enorme para a Região Autónoma dos Açores.

A Universidade dos Açores é estruturante para o desenvolvimento dos Açores. A Universidade dos Açores é fundamental que exista nos 3 polos. Como eu já disse aqui e volto a repetir, é lamentável que exista uma qualquer vontade centralista de considerarem que a Universidade dos Açores tem uma sede.

Deputado José San-Bento (PS): Mas há ou não atrasos?

O Orador: Digo e repito. A Universidade dos Açores tem 3 polos: um em Ponta Delgada, um na Terceira e um na Horta e 3 bons polos, descentralizados e isso deve ser promovido e incentivado.

Deputado José San-Bento (PS): 10 milhões!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é só isso!

O Orador: Quem for no caminho contrário, no caminho do centralismo como vejo por aí, vai no caminho errado, vai no caminho da destruição e da coesão política, social, económica da Região Autónoma dos Açores. Fazer isso, acabar com a tripolaridade da Universidade dos Açores, é aquilo que se pode chamar verdadeiramente um atentado ao desenvolvimento dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, há ou não atrasos? Disse que eu tinha faltado à verdade!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os recibos verdes!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é desleal e eu devo dizer!

Presidente: Vamos continuar.

Sr. Vice-Presidente, pede a palavra para?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Para fazer um protesto em relação às referências que o Sr. Deputado Artur Lima fez, em relação à atuação do Governo, em matéria da Universidade dos Açores.

Presidente: Em relação ao comportamento do Governo Regional e a tomada de decisão do Governo Regional.

Tem 3 minutos, Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado João Costa (*PSD*): Chamou mentiroso e faz um protesto!

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Ainda vou tentar perceber bem esse protesto!

O Orador: Gostaria de esclarecer o Sr. Deputado Artur Lima em relação à afirmação que fez do Governo dos Açores ter e cito: “bloqueado uma candidatura da Universidade dos Açores, no âmbito dos fundos comunitários regionais.”

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: Isso não é verdade!

A candidatura apresentada pela Universidade dos Açores a que se refere era uma candidatura (aliás, como acabou por referir) destinada à aquisição de equipamentos à Universidade dos Açores.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Bloqueou ou não?

O Orador: Que eu saiba, os equipamentos, a competência para financiamento de equipamentos da Universidade dos Açores é do Governo da República. A quem cabe, no âmbito estatutário, constitucional, a competência de financiamento da atividade da Universidade dos Açores é ao Governo da República.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): O senhor sai pequenino disto!

O Orador: Perante o facto do Governo da República se recusar a financiar os equipamentos do polo de Angra da Universidade dos Açores; perante o facto da Universidade dos Açores já ter adquirido uma parte significativa dos equipamentos (aliás, não podia ter novas instalações sem os correspondentes

equipamentos); e perante o facto daí ter decorrido uma dívida da Universidade dos Açores que punha em causa a sua normal atividade, o Governo dos Açores, com caráter excecional e apesar de não ser da sua competência,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há quanto tempo?

Deputado João Costa (PSD): O senhor critica isso todos os dias! Em que é que ficamos?

O Orador: ... decidiu afetar fundos regionais, em termos comunitários, abdicando em contrapartida de fazer investimentos da sua competência na rede escolar para, não fazendo esses investimentos...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está a dar-me razão!

O Orador: ... que é da competência regional, afetar recursos, que eram para investimentos da Região, no âmbito da competência regional à Universidade dos Açores...

Deputado João Costa (PSD): Afinal os senhores fazem isso?

O Orador: ... para compensar o não financiamento por parte do Governo da República daquilo que era as suas responsabilidades, no financiamento do equipamento da Universidade dos Açores.

Deputado António Marinho (PSD): Qual era esse Governo da República?

O Orador: Esta é a questão concreta e a verdade dos factos e foi por essa razão de caráter excecional, para apoiar de forma excecional a Universidade dos Açores, que aceitámos aprovar essa candidatura que refiro...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quando? Seja sério!

O Orador: Agora.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não. Quando é que foi entregue a candidatura?

O Orador: A candidatura era...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Tenha a coragem de ser sério!

Deputado António Marinho (PSD): Quem era o primeiro-ministro?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do CDS/PP: Quando?

Presidente: Assim o Sr. Vice-Presidente não pode falar.

Faça favor de continuar, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: Volto a repetir.

A candidatura visava que o Governo dos Açores financiasse com os seus fundos algo: a aquisição de equipamento que é competência da República.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quando?

Deputado António Marinho (CDS/PP): Quem era o primeiro-ministro na altura?

O Orador: É nesse contexto que a candidatura, ao ser aprovada agora, só foi aprovada porque o Governo da República objetivamente renunciou-se...

Deputado Clélio Meneses (PSD): A verdade incomoda tanto!

Deputado António Marinho (PSD): Quem era o primeiro- ministro na altura?

O Orador: ... às suas responsabilidades de financiamento de equipamento da Universidade dos Açores.

Aquilo a que assistimos nesta casa mais uma vez é o seguinte:...

Deputado António Marinho (PSD): Quem era o primeiro-ministro da altura?

Deputado Clélio Meneses (PSD): A verdade incomoda tanto!

O Orador: ... os partidos da Região, que suportam o Governo da República, acham mais uma vez bem que o Governo da República deixe de fazer aquilo que é da sua competência para ser o Governo Regional, com os recursos dos açorianos, a financiar aquilo que deveria ter sido pago e financiado pela República.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Clélio Meneses (CDS/PP): Quem era o primeiro-ministro na altura?

O Orador: É isto que tiramos deste debate.

Mais uma vez acham bem que a Região e os recursos dos açorianos sejam postos à disposição...

Deputado António Marinho (PSD): Isso é o que o senhor quer por a debate!

O Orador: ... e em substituição das responsabilidades do Governo da República naquilo que é do âmbito das suas competências.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, tem de terminar.

O Orador: Obrigado.

Deputado António Marinho (PSD): Esqueceu-se de dizer quem era o Governo da República. Quem era o primeiro-ministro?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, para um contraprotesto, tem 3 minutos.

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PS e PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Artur Lima, faça favor.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, não percebi efetivamente que o Sr. Vice-Presidente ia fazer um protesto e acabou por fazer uma intervenção.

Deputado Mark Marques (PSD): Um protesto “intervencional”!

O Orador: Foi o que o Sr. Vice-Presidente arranjou de expediente para fazer uma intervenção.

Agora vamos lá ver se nos entendemos, Sr. Vice-Presidente.

Eu nunca disse que o financiamento da Universidade dos Açores não era responsabilidade do Governo da República. Eu sempre disse isso. O Governo da República falhou no financiamento à Universidade dos Açores.

O Governo Regional dos Açores avocou a si essa responsabilidade e substituiu-se ao Governo da República nesse financiamento. Nunca disse o contrário.

O Governo Regional dos Açores comprometeu-se há tempos atrás, não foi agora, num programa do PROCONVERGENCIA, do qual resultava o reequipamento...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não inclui o equipamento!

O Orador: ... do polo de Angra.

O senhor acabou de dizer que era para ir equipar o polo de Angra.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Esse financiamento não inclui o equipamento! Era construção dos edifícios. É diferente.

O Orador: O senhor acabou de dizer que foi para equipar o polo de Angra. O senhor acabou de dizer, Sr. Vice-Presidente.

Bom, vamos lá ver se nos entendemos. Com estas duas premissas, vamos lá ver se nos entendemos.

A universidade contraiu uma dívida para equipar o polo de Angra do Heroísmo e o Governo Regional aceitou um programa do PROCONVERGENCIA para financiar essa dívida.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não senhor, não é verdade!

O Orador: Essa candidatura ao programa do PROCONVERGENCIA foi feita há muito tempo e só agora...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso é para o edifício.

O Orador: ... o Presidente do Governo Regional veio (e bem!) desbloquear 1 milhão e meio de euros exatamente para esse fim.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não!

O Orador: O fim foi esse, porque o objetivo do empréstimo era esse. O objetivo do PROCONVERGENCIA era esse. A candidatura era essa. O acordo que a universidade tinha com o Governo era esse e o Governo substituiu-se ao Governo da República.

Essa parte é verdade e é verdade que foi um programa do PROCONVERGENCIA que demorou a ser implementado e como não chegava o dinheiro, a universidade, para pagar, teve que recorrer à banca, Sr. Vice-Presidente.

Esta é que é a realidade dos factos e o senhor, ao fim e ao cabo, levantou-se para reconhecer que eu tinha razão. Foi o que o senhor disse aí: que o Governo Regional se substituiu ao Governo da República; que era dinheiro para reequipamento do polo de Angra;...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Que era competência da República!

O Orador: ... que era competência da República; e que o Governo Regional se substituiu e arranjou financiamento.

O senhor disse tudo isto.

O problema é que esse financiamento deveria ter sido dado há muito tempo atrás...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Pela República!

O Orador: ... e os senhores estiveram há espera e só agora, porque foram denunciados, é que os senhores desbloquearam a verba para pagar esse reequipamento.

Deputado José Lima (*PS*): Isso são manobras!

O Orador: Portanto,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): E acha que o Governo Regional é que devia pagar?

O Orador: Oh Sr. Vice-Presidente, o senhor é que achou e é que pagou.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): E ficaram, na altura, calados!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Se paga é porque paga, se não paga é porque não paga!

O Orador: Mas ninguém disse isso.

O Sr. Vice-Presidente sai deste debate, e com este seu protesto, muito mal. Fica muito mal na figura, Sr. Vice-Presidente. O senhor sabe fazer muito melhor do que isso. Tem capacidade para fazer melhor do que isso e quis fazer um numerozinho para justificar o atraso do desbloqueamento do PROCONVERGENCIA e devo dizer que, pela minha parte, este assunto não morre aqui. Este assunto vai ser esclarecido, escalpelizado até ao último pormenor e o que o senhor se recusou aqui a responder...

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

... foi quando eu lhe perguntei qual a data da candidatura. O Sr. Vice-Presidente não quis esclarecer esta câmara de quando é que entrou o projeto, de

quando a data inicial. Quando entrou o projeto, o Sr. Vice-Presidente negou-se a esclarecer o parlamento dos Açores.

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O Sr. Deputado António Marinho fala na Maria da Graça!

Deputado António Marinho (PSD): Trouxe muito dinheirinho para a Região!

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Vamos continuar.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, a desresponsabilização do Estado relativamente às competências e às obrigações que tem para com a Região está a tornar-se não só centro do debate político, mas, mais do que isso – julgo eu – numa situação dramática para quem vive as consequências da desresponsabilização do Estado, relativamente às obrigações que tem na Região Autónoma dos Açores e que tem para com o país.

A questão da universidade é uma delas, a questão do atraso ao pagamento dos bolsiros de investigação científica é, certamente, muito grave, assim como é muito grave o facto de estarem uma quantidade apreciável de alunos a abandonar a universidade nos Açores, a universidade no país, porque não têm condições para continuar a sua formação.

A universidade (como todos nós temos conhecimento) tem vindo a receber a meio de anos passados reforços para obviar o subfinanciamento a que tem sido votada. Agora importa aqui dizer o seguinte (há aqui uma questão que não foi ainda objeto de discussão e de reflexão por parte de nenhum dos intervenientes anteriores): a verdade é que o problema que a Universidade dos Açores está a atravessar é um problema que é transversal à universidade portuguesa, à universidade pública portuguesa.

É evidente que as características e as particularidades da Universidade dos Açores tornam, nesta universidade, a nossa universidade, os problemas muito mais complexos.

A verdade é que - e isto é importante que se diga, se formos por aí talvez se possa verificar que as diferenças entre o CDS/PP, o PSD e até o PS não são assim tão substantivas - o problema...

Deputado José San-Bento (PS): Não diga isso, Sr. Deputado!

O Orador: Deixe-me só dizer isto, Sr. Deputado, e perceberá certamente aquilo que quero dizer.

... e a génese do problema têm a ver com as alterações que foram feitas ao quadro jurídico, quer da gestão das universidades, quer ao regime de financiamento do ensino superior público em Portugal e isso, de facto, é o que está na génese do problema de subfinanciamento da universidade pública portuguesa e que na Região Autónoma dos Açores está a atingir, de facto, contornos dramáticos. É importante que esse dado seja também introduzido no debate, porque o problema é uma certa visão de ensino superior para o país e, portanto, é bom que não nos esqueçamos. É bom que se veja e que se apure de quem são essas responsabilidades, quem é que introduziu este modelo que atualmente temos e que está a criar um conjunto de dificuldades quer às universidades, quer aos alunos, mas sobretudo ao nível do trabalho científico que se produz na universidade, que não é apenas e só a formação de quadros, é também um papel muito importante ao nível da investigação (e a nossa universidade é, com certeza, um bom exemplo disso). A verdade é que fazer depender a investigação científica de financiamentos privados, fazer depender o ensino superior de financiamentos privados deixa-me, de facto, algumas dúvidas.

A questão que se vive na universidade é, de facto, muito complexa uma vez que, para além de não ter havido um reforço, sofreu, este ano, um corte de 8% no orçamento inicial.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente.

O duodécimo que é recebido mensalmente pela Universidade dos Açores está muito aquém do necessário para as suas despesas correntes e acresce ainda aqui um fator importante que tem a ver com a aplicação da chamada lei dos compromissos, que tem consequências desastrosas na Universidade dos Açores, ao impedir a sua gestão em termos normais pela aplicação estrita de regras completamente absurdas.

É evidente que a Universidade dos Açores tem tentado obviar esta situação, designadamente pela receita através das propinas, mas tem um outro problema, tem de encontrar soluções flexíveis para conseguir manter os estudantes na universidade e soluções flexíveis no pagamento das propinas, porque a universidade procura encontrar receitas por essa via e encontra soluções flexíveis para o pagamento, só que não consegue segurar todos os estudantes do ensino superior.

Portanto, esta situação da Universidade dos Açores, no caso particular, é, de facto, de grande gravidade, mas há uma questão que é fundamental: é que o Estado tem obrigações para com todo o território nacional. Tem aqui competências que não pode demitir-se delas e não pode ser o orçamento da Região a pagar tudo aquilo que compete ao Estado.

O Estado é um Estado unitário. O Estado tem aqui responsabilidades e não pode demitir-se, não pode eximir-se de cumprir aqui as suas obrigações. Portanto, não pode também o Governo Regional fazer um papel que não lhe cabe. Não podemos deixar de exigir ao Estado que cumpra as suas obrigações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Neste momento, não tenho inscrições. Creio que não há mais inscrições, até pelo número das que já foram feitas.

Portanto, para encerrar o debate, vou dar naturalmente a palavra ao Sr. Deputado José Cascalho.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na verdade, e não podemos escamotear esta questão, tem havido um subfinanciamento crónico das universidades portuguesas ao longo dos anos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é verdade!

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o que é o CDS/PP diz sobre isso?

O Orador: Mas também não podemos aligeirar a responsabilidade do Governo da República do PSD e do CDS/PP na situação atual que as universidades vivem no país.

Para responder diretamente ao Deputado António Marinho, lembrar que, quer queiramos, quer não, existiu um contrato de confiança, iniciado em 2010, que implicou, entre muitas outras coisas, o aumento do número de licenciados, a criação dos polémicos cursos de especialização tecnológica nas universidades, mas que deu um contributo de 100 milhões às universidades e que previa um aumento nos sucessivos anos de mais 100 milhões.

O que aconteceu foi que este Governo quebrou...

Deputada Zuraída Soares (BE): Quebrou a confiança!

O Orador: ... este contrato de confiança e retirou mais de 100 milhões às universidades e elas veem-se numa situação aflitiva, sobretudo aquelas que são as universidades mais pequenas, como é o caso da Universidade dos Açores.

A par de tudo isto há um corte efetivo de mais de 18% no pagamento de bolsas e também no apoio social escolar. Portanto, esta é que é a situação catastrófica que nós vivemos hoje aqui na Região e também no resto do país.

É preciso também lembrar este aspeto que também é importante. Nós temos dos valores mais altos de propinas quando comparados com outros países, nomeadamente com a Suíça e com a Áustria, por exemplo. São dos mais altos dos países desenvolvidos e são o dobro do ordenado mínimo.

A média de diplomados, como já aqui referi, em Portugal são 14.7%, quando são 30% na OCDE, mesmo dos mais novos (entre os 25 e 34 anos) são 23%, quando na OCDE são 37%.

Portanto, há aqui um esforço que tem de ser feito no país, para o desenvolvimento do país, para aumentar o número de licenciados.

Se nós quisermos saber outros dados, como por exemplo, o diploma superior continua a ser a melhor forma de garantir esse emprego, isto em 2008, com 86%; que a despesa pública versus despesa privada, isto é, a despesa privada corresponde àquela que é feita pelos privados com propinas, empréstimos bancários, enquanto que em Portugal a despesa pública é 62%, na média da OCDE é 68%, portanto, a despesa pública das universidades portuguesas é menor que a média da OCDE; nós estamos em 22.º lugar em 34 países no que respeita à despesa por estudante no ensino superior (a nossa despesa por estudante não é superior na OCDE); a percentagem do PIB gasto no ensino superior é abaixo da média da OCDE; etc., etc.

Qual é a resposta que o Governo da República faz a estes números?

São cortes e mais cortes.

Deputada Zuraída Soares (BE): Corta o futuro desta Região!

O Orador: 60% no apoio público aos estudantes portugueses que pretendem fazer doutoramento ou pós doutoramento nas universidades estrangeiras com contratos já realizados atualmente, isto é, há uma quebra das regras a meio do jogo e, por exemplo, agora recebemos uma informação da parte do Governo da República de que vão haver vagas congeladas no ensino superior e que as próprias instituições têm que conseguir provar a empregabilidade de um curso. Isto é extraordinário! É um recuo naquilo que é o sentido e os objetivos do ensino superior num país.

Muito obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos este ponto da nossa ordem de trabalhos.

Sr. Deputado Artur Lima, faça favor.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Para um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado. É regimental, embora isso signifique, em termos práticos, que terminamos os nossos trabalhos da manhã por aqui. Vamos, portanto, ficar por aqui.

Retomamos os nossos trabalhos às 15 horas com a Agenda.

Bom almoço a todos e até lá.

(Eram 12 horas e 31 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito boa tarde. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

(Eram 15 horas e 08 minutos)

Vamos naturalmente começar ou continuar os nossos trabalhos com a Agenda e continuar exatamente o ponto que estávamos debatendo ontem, ou seja, continuar a **discussão do Projeto de Resolução n.º 52/2011**, do PCP.

Tenho aqui um inscrito, a quem passo de imediato a palavra, que é o Sr. Deputado Paulo Rosa.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que resulta da anterior intervenção do Sr. Deputado da Representação Parlamentar do PCP, eleito nas listas da CDU, é que não conseguiu rebater nenhum dos argumentos, quer os utilizados por mim próprio, quer os utilizados pelo Sr. Deputado José Gabriel Eduardo, preferindo, ao invés disso, o ataque pessoal, a insinuação, a adjetivação deselegante e para responder a intervenções que foram sérias, ...

Deputado Berto Messias (PS): O almoço caiu-lhe mal, Sr. Deputado!

O Orador: ... centradas na iniciativa, centradas naquilo que o PCP pretende com a sua iniciativa e que, obviamente, com a sua segunda intervenção só visou descentrar o debate daquilo que é essencial.

Vamos então por partes.

Afirma o Sr. Deputado Aníbal Pires que o PCP não faz agendamentos. Obviamente que não os faz, mas é corresponsável na Conferência de Líderes e como sabe é critério habitual da Conferência de Líderes agendar as iniciativas consoante a sua antiguidade. O Sr. Deputado estava perfeitamente ciente que esta iniciativa tinha entrado há muito tempo e não sei se em algum momento terá invocado a sua presença na Conferência de Líderes para chamar a atenção para esse aspeto. Não me parece pelas informações que eu tenho. Portanto, a partir daí todas as leituras são legítimas e esta foi, digamos, a única insinuação de carácter pessoal que lhe fiz. Tudo o resto foi centrado na iniciativa em si.

Diz o Sr. Deputado também, na sua segunda intervenção, que a autonomia das escolas tem limite na Carreira dos Cavalos.

Ora, Sr. Deputado, eu até concordo bastante com esta visão e precisamente por isso, responsabilmente, reuni não só com a câmara municipal, mas com o próprio executivo da Escola Básica e Secundária das Flores.

Ora, Sr. Deputado, era o que faltava querer ter o exclusivo de auscultar o Conselho Executivo de uma qualquer escola. Era o que faltava querer sonegar esse direito e até esse dever a outro deputado regional no sentido de que se possa preparar para o debate de uma iniciativa. Era o que faltava querer ser o detentor exclusivo desse privilégio.

E sabe que mais Sr. Deputado: reuni com o Conselho Executivo da Escola Básica Integrada das Flores sem interferências da Carreira dos Cavalos e mesmo assim não ouvi o tal reconhecimento que o Sr. Deputado fala no corpo da sua iniciativa, o reconhecimento de utilidade da existência de oferta do 3.º ciclo nas Lajes.

Ora, Sr. Deputado, tive uma reunião com o Conselho Executivo da Escola das Flores sem nenhuma interferência externa de nenhum tipo e não ouvi, em momento algum, nenhum *pro*. Só ouvi *contras*.

Acresce a isto, Sr. Deputado, que (não sei se tem conhecimento) o próprio Vice-Presidente do Conselho Executivo da EBS das Flores é autarca do PSD, tem assento no Conselho de Ilha e assumiu-se nesse órgão como sendo contrário a esta iniciativa.

Por razões corporativas, Sr. Deputado? Não, por razões pedagógicas.

Portanto, quanto aos argumentos demagógicos e a quem os usa, estamos conversados.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com esta foste enganado!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Comunistas!

O Orador: Quanto a segmentos do eleitorado, Sr. Deputado, devo dizer que os segmentos do eleitorado que o senhor alega que o CDS/PP quer proteger é um argumento perfeitamente hilariante.

O CDS/PP não tem clientelas e não defende segmentos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: É um partido que decide responsabilmente e não está refém de nenhum interesse instalado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Não me ouviu em momento algum da minha primeira intervenção, nem me ouvirá, invocar os interesses nem da EBS, nem dos professores. Portanto, a sua interpretação permita-me que a considere abusiva.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: O que me ouviu fazer foi invocar as limitações e os entraves à exequibilidade imediata desta proposta e fi-lo com toda a clareza que me foi possível. Ouviu-me afirmar que não consideramos que haja benefício pedagógico para os alunos neste caso, antes pelo contrário. Afirmei-o e tentei sustentar essa convicção.

Ora, é a nossa opinião, é a nossa convicção e quem é democrata aprende a viver com a pluralidade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: E sabe por que é que nós consideramos que não há benefício pedagógico, Sr. Deputado?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Diga lá, Sr. Deputado!

O Orador: Esta parte vou-lhe repetir.

Porque o benefício pedagógico, para nós, não se pesa apenas pela dimensão de uma turma. É todo o enquadramento social, formativo e de condições para a

existência de atividades de complemento educativo que a escola manifestamente não tem condições de oferecer neste momento.

Quanto a não defender a ilha das Flores e particularmente as Lajes, Sr. Deputado, é também uma crítica hilariante vinda de quem vem.

Quem foi nesta casa que se debateu contra o funcionamento do posto de saúde das Lajes das Flores, na defesa dos seus utentes? Foi o PCP?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Não, Sr. Deputado! Foi o CDS/PP.

Onde é que estava o PCP na altura? Manifestou-se?

Disse zero!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Calado, cobardemente calado!

O Orador: Quem é que assumiu desde o início desta legislatura esta preocupação com o meio lajense, com o meio social lajense, com o tecido social lajense, preconizando uma oferta formativa de carácter diverso (e não redundante como o Sr. Deputado aqui advoga) que passaria pelo ensino técnico-profissional, permitindo ter alunos de toda a ilha e não apenas do concelho das Lajes e que permitiria também a fixação de alguns professores ou formadores no concelho das Lajes e, aí sim, teria um impacto local muito mais significativo do que esta via que o senhor preconiza?

Sr. Deputado, nós assumimos essa nossa visão logo no início de 2009. É património nosso.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Quanto aos fretes à tutela Sr. Deputado, devo lembrar que o CDS/PP assumiu a sua posição relativamente a esta iniciativa ainda antes da tutela se pronunciar. Portanto, considero que essa sua afirmação é de uma deslealdade confrangedora e que não esperava vinda de si.

Já que falamos em fretes à tutela, Sr. Deputado Aníbal Pires, quem é que se colou ao PS e aos Governo Regional quando aqui propusemos uma pousada da juventude nas Lajes das Flores...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... para dar continuidade ao esforço de mobilidade juvenil, para permitir que os jovens tenham condições condignas perto do porto onde atracam no Expresso Santorini, para que possam eventualmente gostar e voltar, ao invés de terem de se deslocar 18 quilómetros à meia-noite ou às 2 da manhã à procura de um hotel com quem o Governo tem protocolo?

Sr. Deputado, aqui não fez nenhuma defesa dos interesses das Flores, aqui usou aquele argumento fantástico que demole pela base tudo o que aqui defende, que é proteger os hoteleiros das Flores que estão em Santa Cruz, nos tais 18 quilómetros, seja a ligação pendular, ou de outro qualquer tipo.

Ora, quanto a fretes e a coerência do PCP estamos conversados.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Quanto ao julgamento que os florentinos farão ao trabalho do CDS, do PCP e das demais forças partidárias, esse julgamento Sr. Deputado tem sítio e hora marcados e não nos tira o sono. Sabe porquê, Sr. Deputado?

Porque nós trabalhamos o melhor que podemos e sabemos em prol deles e dos demais açorianos. Fazemo-lo com sentido de responsabilidade e não abdicando das nossas convicções e não por calculismo eleitoralista como algumas forças partidárias fazem.

Deputado José San-Bento (PSD): A seriedade está sempre acima de tudo.

Sr. Deputado Artur Lima, o senhor é mais sério do que os outros!

O Orador: A última palavra é dos eleitores, não é nossa e aceitaremos democraticamente seja qual for a decisão.

Permita uma palavra final do Deputado Paulo Rosa: o Deputado Paulo Rosa não está minimamente preocupado. O Deputado Paulo Rosa faz o seu trabalho o melhor que pode, o melhor que sabe, com convicção, não engole sapos e não está minimamente preocupado com o seu futuro quer seja eleito, quer não seja eleito. Sabe porquê?

Porque isto não é para mim uma carreira. Isto é para mim uma missão.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste assunto deixem-me aqui dar a minha experiência enquanto Presidente do Conselho Executivo que fui de uma microescola durante 8 anos.

Acho que na Região Autónoma dos Açores, tendo em conta o comportamento demográfico das nossas ilhas, mais especificamente das nossas freguesias, nós vamos ter situações que se aproximarão cada vez mais da situação que agora estamos a discutir. Estamos a observar a um despovoamento bastante acentuado do nosso meio rural e de muitas das nossas freguesias e, portanto, vamos começar a ter sucessivamente problemas de microescolas, de escolas com poucos alunos.

A questão aqui que temos de equacionar são dois fatores: garantir a qualidade pedagógica, garantir também a qualidade pedagógica do ensino, obviamente, e depois também garantir que todo este sistema educativo é sustentável e está desenhado de uma forma racional.

Portanto, na minha perspetiva estas são as duas questões fundamentais.

A primeira, do ponto de vista pedagógico.

Estou absolutamente convencido de que há um limite para lá do qual não é muito bom do ponto de vista pedagógico ter um número reduzido de alunos. Ou seja, na escola do Corvo ao longo destes anos todos tivemos, com turmas de 3, 4 alunos, os melhores resultados nacionais e os melhores resultados regionais,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Corvo é uma ilha. É uma ilha.

O Orador: ... mas também tivemos o inverso. Também tivemos muito maus resultados. Portanto, o que isto significa é que os alunos acabam por ser o elemento decisivo.

Até que ponto é que estas microescolas depois têm a capacidade pedagógica de aproveitar o facto daquele professor só ter 4, 5, 6, ou 7 alunos por turma e inverter e conseguir alterar algumas dificuldades que esses alunos possam ter?

Devo dizer-vos que a resposta não é totalmente positiva. Muitas vezes, ao contrário do que se poderia esperar, não se têm alterado os resultados e dificuldades objetivas daqueles alunos, tendo em conta que um professor está a trabalhar e que está a desenvolver o seu trabalho dentro de uma turma tão reduzida. É incrível que não se consiga fazer isso.

Por isso, acho que é necessário desenvolver a formação nesta área e dar uma resposta específica para uma lecionação num ambiente tão específico, ou seja, um professor a lecionar para tão poucos alunos. Há, com certeza, potencialidades a desenvolver e há também dificuldades que são evidentes, nomeadamente os alunos que são muito menos competitivos, por exemplo.

Portanto, há aqui, na minha perspetiva, algumas vantagens e desvantagens do ponto de vista pedagógico.

A vantagem é que os professores, obviamente, têm menos alunos e podem centrar-se muito mais num ensino individualizado; a desvantagem é que os alunos e as turmas, vistas do ponto de vista coletivo, são muito menos competitivas.

Dito isto, que do ponto de vista pedagógico considero que existem vantagens e desvantagens, considero é que a evolução demográfica da nossa Região, como disse há pouco, irá criar a necessidade de darmos respostas objetivas a estas questões. Aqui temos que começar a pensar em termos de afetação dos nossos recursos a este tipo de realidades.

Neste caso específico o que existe é uma instalação que já foi construída. Tive a oportunidade de visitar esta instalação e tem ótimas condições. Portanto, aquele investimento foi ali feito.

Os senhores podem equacionar se foi uma prioridade, se foi o investimento mais prioritário no concelho ou não, mas a verdade é que está feito e está concretizado.

Por isso, considero que talvez a resposta nas Lajes das Flores passe por uma autonomia cada vez maior daquele núcleo escolar.

Penso que é possível, e no âmbito das visitas que fiz a várias zonas da Europa, de facto, nós temos um sistema muito mais descentralizado e mais barato do ponto de vista daqueles que são os custos que nós afetamos para a gestão das escolas e nesse sentido penso que neste caso específico nas Lajes das Flores, as Lajes deveriam desenvolver um sistema de maior autonomia em relação àquele núcleo escolar, do ponto de vista específico.

Esta é a minha opinião.

Esta maior autonomia e a afetação de recursos permanentes nas Lajes das Flores iriam, de facto, obviar as dificuldades do aumento das despesas que são referenciadas.

Podem dizer-me assim: “Bom, mas ninguém quer ir lecionar e residir permanentemente nas Lajes das Flores.”

Já não é essa a nossa realidade. A escola do Corvo não tem nunca dificuldades na colocação dos professores. São logo colocados.

Aliás, até vos dou um testemunho. Para a secretaria da escola abriu-se, muito recentemente, um concurso e as dificuldades no mercado de trabalho são tão grandes que concorreram 3 licenciados para um lugar em que o auxiliar irá ganhar pouco mais de 600€ por mês e as pessoas nem sequer são da ilha. Portanto, deslocam-se licenciados, arquitetos, biólogos, para exercer aquela função e ganhar este vencimento. Isto dá um bom retrato daquelas que são as nossas dificuldades, mas também nos demonstra que é hoje possível colocar nas pequenas escolas, afetar nas pequenas escolas, recursos muito especializados, gente licenciada, gente formada, com formação específica para lecionar nestes locais e que, de certeza absoluta, não é necessário criar nenhum incentivo e não vamos ter nenhuma lista de espera. É possível dar-se uma resposta localizada.

Portanto, aquilo que eu considero é que a resposta aqui, a resposta positiva, passa por uma descentralização da gestão daquele núcleo escolar e uma afetação permanente de recursos para lecionar naquela escola.

Presidente: Sra. Secretária Regional da Formação e Educação, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Educação e Formação** (*Cláudia Cardoso*):

Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também para dar aqui a posição do Governo sobre esta iniciativa do PCP.

Nós consideramos, efetivamente, que o número de alunos existente neste momento na unidade orgânica não justifica a abertura do 3.º ciclo nas Lajes das Flores.

O que nós verificamos é que há um número muito reduzido atualmente (10 alunos a frequentar o 5.º ano e de 16 a frequentar o 6.º). Verificamos também que ao nível do 1.º ciclo e, portanto, da perspetiva de aumento futuro desse número de alunos, ela não existe, ronda sempre a dezena de alunos, em alguns anos os 12, outros anos os 11 e, portanto, a curto e médio não há a garantia que se justifique a abertura do 3.º ciclo nas Lajes.

Isto porquê?

Em primeira instância, como sabem, de acordo com o Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica de Alunos, a iniciativa poderá partir também do próprio Conselho Executivo e da identificação da necessidade de criação de um novo ciclo, coisa que não aconteceu.

Tanto quanto sei, e ao contrário do que o Sr. Deputado do PCP alega no seu projeto de resolução, o próprio Conselho Executivo não defende vantagens nesse alargamento do 3.º ciclo e é nisso também que nos devemos deter.

Porque é que não defende vantagens?

Por um lado, atendendo ao número de alunos que é já de si pequeno e que, por outro lado, faria com que se descapitalizasse as turmas que existem em Santa Cruz se esses alunos ficassem nas Lajes; por outro lado, inviabilizando, por exemplo, do ponto de vista pedagógico, a existência de clubes escolares, de encontros de escolas, de outro tipo de atividades que existem no caso da Maurício de Freitas, mas que no caso de se criar uma turma, porque só seria possível criar, com cerca de 16 alunos, uma única turma nas Lajes, não seria possível garantir a existência desse outro tipo de atividades que interessam aos alunos e, portanto, estaríamos sob um certo ponto de vista a prejudicar aqueles

alunos que permaneceriam nas Lajes e a não beneficiar também a constituição de turmas e a própria organização da escola Maurício de Freitas.

Por outro lado, como sabem, os custos económicos aqui envolvidos, embora me pareça que esta não é, efetivamente, a questão central.

Neste momento, o 2.º ciclo é assegurado através do pagamento das itinerâncias que, como sabem, tem a ver com o número de quilómetros feitos e tem a ver também com ajudas de custo, no que diz respeito à alimentação e outros benefícios, mas que seguramente aumentariam exponencialmente, porque estamos a falar de custo anual na ordem dos 7 mil euros, quando falamos de 2.º ciclo. Acontece porém que o leque de professores necessários para o 2.º ciclo é um leque bem mais reduzido do que aquele que é necessário para assegurar o 3.º ciclo, porque também, como as Sras. e os Srs. Deputados sabem, ao nível do 2.º ciclo há professores que dão cumulativamente mais do que uma disciplina, é o caso das ciências, da matemática, o caso da língua portuguesa e da história. Isto não acontece no 3.º ciclo. O leque de professores teria que ser alargado e, portanto, havia também um custo inegável nisto.

Para além disso, parece-nos também que estaríamos a prejudicar o próprio sistema da ilha todo em si, ou seja, é impossível criar horários completos na escola das Lajes. Portanto, o que estaríamos a falar era de um professor que daria algumas aulas em Santa Cruz, que se deslocaria para a escola das Lajes para dar, efetivamente, ao 7.º ou 8.º anos determinadas disciplinas e que teria que regressar. Estamos aqui a penalizar todo um sistema que tem funcionado bem até agora, cujo Conselho Executivo da escola nunca demonstrou intenção e ainda hoje afirma que não vê vantagens nessa criação e, portanto, parece-me que do ponto de vista geral, para além de uma pretensão partidária e política que há aqui por parte do proponente, não há nem pedagógica, nem economicamente viabilidade, nem interesse na criação do 3.º ciclo nas Lajes.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ontem, na segunda intervenção que fiz, não por qualquer deselegância que não é meu hábito, houve uma questão que o Sr. Deputado José Gabriel colocou à qual não tive o cuidado de responder e que tem a ver com a posição do Conselho de Ilha, pelo facto de não estar incluído no memorando do Conselho de Ilha, que foi apresentado ao Governo Regional a necessidade ou a proposta para a criação do 3.º ciclo. Isso não significa, até porque não foi pedido nenhum parecer ao Conselho de Ilha (nem tinha que ser pedido) sobre esta questão, e isto só pode – o facto de não estar no memorando – ser entendido como uma revisão à hierarquização das reivindicações que o Conselho de Ilha tem para a ilha das Flores e não diretamente com a questão da criação do 3.º ciclo na escola das Lajes.

Relativamente às questões que a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação nos trouxe aqui, elas estão percebidas. Aliás, a posição da Secretaria Regional e do Governo são conhecidas, desde logo aquando da audição e, portanto, pouco aqui trazem de novo. É, de facto, aqui uma questão de opção.

Este projeto de resolução, esta recomendação ao Governo é claramente assumida como uma medida de contraciclo, contraciclo relativamente à centralização de serviços, ao afastamento de serviços que é o que está a acontecer quer a nível dos serviços da República, quer também ao nível do Governo Regional...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não tem nada a ver uma coisa com a outra!

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): Não tem nada a ver!

O Orador: ... e que ontem tivemos oportunidade aqui, de manhã, de tratar convenientemente. Portanto, não há aqui nenhuma novidade.

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): É preciso fazer um esforço para compreender!

O Orador: Quanto às vantagens pedagógicas, ou não, do facto de termos grupos reduzidos de alunos, julgo que o testemunho do Deputado Paulo Estêvão é suficiente para, de alguma maneira, contrapor quer com as afirmações da Sra.

Secretária Regional da Educação e Formação, quer com a posição do Deputado Paulo Rosa, uma vez que as vantagens e desvantagens podem ser enumeradas conforme o olhar que nós temos sobre o problema.

Penso que o exemplo (e é um exemplo prático) da escola do Corvo, que é uma pequena escola, é suficiente para demonstrar que há também vantagens em ter números reduzidos de alunos.

Relativamente às questões que o Deputado Paulo Rosa nos coloca, ou que colocou.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Responda às primeiras, porque ainda não respondeu!

O Orador: Oh Sr. Deputado, eu não percebi muito bem...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já é normal não perceber!

O Orador: ... onde é que estive a minha deselegância e os ataques pessoais.

Se V. Exa. considera que eu fui deselegante e que o ataquei pessoalmente, eu peço desculpa, porque a intenção não era essa.

Quando me dirijo ao Deputado Paulo Rosa estou a dirigir-me à bancada do CDS/PP,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Vou protestar!

O Orador: ... não ao Deputado Paulo Rosa. Portanto, tudo aquilo que eu disse e que utilizei o nome de V. Exa. foi dirigido à bancada do CDS/PP...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então peça desculpa!

O Orador: ... e não tenho que pedir desculpa porque por acaso...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas pede desculpa à bancada ou não?

O Orador: ... há aqui divergências de fundo relativamente à forma como se deve gerir não só a educação, mas sobretudo o território, e já lá vou.

Agora, dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Responda às perguntas de ontem!

O Orador: Relativamente à questão dos fretes.

Pousada da juventude nas Flores, fui claro. Fui contra a pousada da juventude nas Flores, assim como (ainda não estava nesta casa) fui contra a construção do hotel nas Flores, isto porque considero que é necessário que nas Flores,

primeiro, se resolvam alguns problemas das Flores e então, depois, dotá-la dos equipamentos que houver necessidade, designadamente ao nível das camas.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Isso é desconhecimento total!

O Orador: Portanto, Srs. Deputados do CDS/PP, hoje vou tentar não personalizar muito,...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Mas pode!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Pode!

O Orador: ... embora haja aqui uma questão ou outra que será impossível.

Portanto, para o CDS/PP é preciso dizer claramente que relativamente à ilha das Flores, a ilha das Flores não precisa de mais camas.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Isso é descentralização!

O Orador: A ilha das Flores precisa com certeza de melhores acessibilidades, nomeadamente ao nível das passagens aéreas. Isso está bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Responda às perguntas da educação!

O Orador: Primeiro levamos para lá as pessoas ou criamos condições para as levar para lá, e depois, então, façamos a oferta em função dessas condições.

Oh Sr. Secretário, não se venha meter. Isto não vale a pena!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não se meta com o apêndice!

O Orador: Não se venha meter nisto que não vale a pena.

Ainda uma referência às questões que a Sra. Secretária colocou.

A Sra. Secretária, no seu argumento, refugiou-se no regulamento para a criação de escolas. O facto da escola não ter tomado a iniciativa nas questões económicas e pedagógicas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Responda às perguntas!

O Orador: Não me parece, e como lhe disse Sra. Secretária, isto era para ser tomado em contraciclo até para demonstrar que nos Açores se pode fazer diferente, mas V. Exas. (não é V. Exa., é o Governo, é o Partido Socialista) lá entenderão qual é o caminho que têm de seguir.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A Sra. Secretária não tem opinião?!

O Orador: A posição do CDS/PP, transmitida aqui pelo Deputado Paulo Rosa, entendo-a como um princípio político efetivamente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Responda às perguntas!

O Orador: Um princípio político que tem subjacente a centralização.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Não! A descentralização!

O Orador: Não, não Sr. Deputado!

Tem o princípio da centralização, aliás, como ontem ficou aqui claramente demonstrado,...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Quando?

O Orador: ... até porque têm responsabilidades no Governo da República que o vosso posicionamento quer seja relativamente ao mapa autárquico, quer seja ao encerramento dos serviços públicos, V. Exas. estão desse lado, estão do lado da centralização do serviço e do afastamento dos serviços públicos dos cidadãos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Responda às questões pedagógicas!

O Orador: Por outro lado, há de facto aqui uma procura de satisfazer uma determinada clientela político-eleitoral.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Demagogia!

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Repita, repita!

O Orador: Sem dúvida nenhuma!

Depois V. Exas. na Região têm tentado descolar e passar incólumes das políticas de que são responsáveis na República.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E?

O Orador: A verdade é que não têm coragem, quando é chegado o momento, de nos Açores tomar uma posição diferente de coragem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é cobardia!

O Orador: Cobarde é a posição do CDS/PP nos Açores que se esconde das responsabilidades nacionais que tem e que depois, quando é necessário aqui na Região tomar alguma medida que contrarie essas políticas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Cobardia, cobardia!

O Orador: ... V. Exas. não têm coragem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Demagogia! Responda à pedagogia, ou não sabe responder?

O Orador: Oh Sr. Deputado, já que o seu aparte foi audível...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Foi mesmo para ser audível!

O Orador: ... vou dizer-lhe o seguinte.

Sou professor há 37 anos. Tenho uma carreira feita e não preciso...

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: Oh Sr. Deputado, ouça, ouça!

Tenho 37 anos ao serviço da educação e não preciso nem das lições de V. Exa. e muito menos das lições do Deputado Paulo Rosa. Quando eu quiser fazer um debate aqui sobre as questões de ordem pedagógica, sobre os percursos académicos e o processo de ensino e aprendizagem que se faz nesta Região, eu fá-lo-ei.

Agora não vou é perder tempo com questões acessórias, que neste caso aqui é acessório, não é a questão central.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! São assessórias?!

O Orador: Estamos entendidos, Sr. Deputado?

Vamos lá ver se estamos entendidos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não vai bater?!

O Orador: Não bato em ninguém, Sr. Deputado.

Era aí que eu queria que V. Exa. chegasse.

Já percebi que lhe está a faltar a base.

Há aqui uma questão que eu não posso deixar de referir.

Sr. Deputado Paulo Rosa, independentemente de fazer parte ou não do Grupo Parlamentar do CDS/PP sabemos qual é que é o posicionamento que tem acerca disto e que tem a ver com o seguinte.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Pedagogia!

O Orador: É que V. Exa. é eleito por um círculo eleitoral onde a insularidade, o afastamento e as questões da desertificação são mais gravosas, aliás, à semelhança com a vizinha ilha do Corvo, onde o peso é ainda maior.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Vá ao *site* da Assembleia e veja as iniciativas!

O Orador: O que quer dizer que vindo da parte de V. Exa., assumindo V. Exa. a defesa dessa posição, assume contornos de maior gravidade.

Aliás, Sr. Deputado, os florentinos saberão certamente estabelecer as devidas comparações entre o seu posicionamento enquanto deputado eleito pelo círculo eleitoral das Flores e outros deputados que por aqui passaram eleitos pelo círculo eleitoral das Flores e que, esses sim, fizeram a defesa intransigente dos interesses dos florentinos...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Agora é que a gente está a chegar lá!

O Orador: ... e da ilha das Flores, coisa que V. Exa. não tem feito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Paulo, protesta!

O Orador: Sr. Presidente, fico, para já, por aqui.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa, pede a palavra para?

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Para um protesto.

Presidente: E protesta porque?

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Porque fui acusado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires de não fazer a defesa dos interesses do círculo eleitoral que me elegeu.

Presidente: Vou permitir, embora nós todos saibamos, que é preciso dar a estas figuras excepcionais o devido tratamento.

Tem 3 minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É a primeira vez que recorro a esta figura. Normalmente não me deixo indignar com facilidade, mas não admito a nenhum deputado, nem nenhuma deputada desta casa que me diga que eu não faço o melhor possível em prol da comunidade que me elegeu.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu não disse isso! O seu possível é que é fraco!

O Orador: Tenho, como outros Deputados nesta casa têm, o seu historial. O seu historial parlamentar é público. Defendi a minha ilha em tudo aquilo em que a minha convicção pessoal e a convicção do Grupo Parlamentar do CDS/PP me permitiu fazer. Tenciono continuar a fazê-lo pelo menos até ao fim desta legislatura e não admito ao Sr. Deputado Aníbal Pires, nem a ninguém, porque eu não teço esse tipo de considerações em relação a ele e à defesa que ele faz das Flores, nem comparo sequer tudo o que eu tenho proposto, preconizado e debatido nesta casa sobre a ilha das Flores com os debates em que o Sr. Deputado Aníbal Pires tem participado, relativamente à ilha das Flores.

Basta comparar. Esses dados são públicos e não admito a ninguém, muito menos a quem participa muito menos do que eu em questões que têm a ver com a ilha das Flores.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem 3 minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não entendi muito bem o protesto do Deputado Paulo Rosa pelo seguinte.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Então peça a defesa da honra!

O Orador: Não disse que o Sr. Deputado não fazia, ou que não fazia o possível.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Disse, disse!

O Orador: Aquilo que eu disse, Sr. Deputado, é que o seu possível é muito pouco, o que é muito diferente, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): É muito mais que o seu!

O Orador: E mais!

V. Exa. teve outro equívoco. Não comparei o seu trabalho em defesa das Flores, ou nos debates sobre as Flores, comigo; foi com o Deputado do PCP que aqui estive durante 16 anos e que permanentemente defendeu o interesse das Flores e defendeu o interesse da Região.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Faça-se substituir! Se acha que não está bem, saia e dê o lugar a outro!

O Orador: Portanto, V. Exa. equivocou-se duas vezes. Por duas vezes não me referi que não tinha feito o possível, mas o possível é pouco, é muito pouco; e depois não comparei com o meu trabalho.

Portanto, não percebi o seu protesto e equivocou-se. Lamento!

Como talvez se tenha equivocado relativamente à indução que fez sobre o posicionamento que o CDS/PP deveria ter neste projeto de resolução.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Faça-se substituir!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): O posicionamento que o CDS/PP tem, ou deve ter, nós é que decidimos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar.

Neste momento não tenho mais inscrições.

Sr. Deputado José Gabriel Eduardo, tem a palavra.

Só tem 1 minuto e 20 segundos. Só para informar.

Faça favor, Sr. Deputado José Gabriel.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pelos momentos finais vê-se que se anteveem uns meses quentes de verão.

Sr. Deputado Aníbal Pires, ontem, aquando da minha intervenção, fui poupadinho e também talvez (até assumo) um pouco confuso na minha explicação (eu sei). Hoje vou tentar deixar claras algumas considerações que entendia serem suficientes para se perceber o porquê do destempo, da falta de alguma honestidade política (e isso, se calhar, vai dar azo) em aceitar que este assunto chegue só agora à discussão em plenário, mas tentou dizer ontem (e eu aceitei, todos nós) que a responsabilidade da agenda não é só da sua conta.

Digo-lhe e vou tentar então novamente falar dos motivos porque é que esta bancada tem a posição que já ontem afirmei.

Primeiro, um pouco de história, Sr. Deputado,...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Isto já é a segunda aula de história hoje!

O Orador: ... até porque ontem foi aqui dito que era pretensão antiga, a instalação do 3.º ciclo, da autarquia. Errado, Sr. Deputado Francisco Álvares!

Não é uma pretensão antiga da autarquia o 3.º ciclo. Ainda nem havia secundário nas Flores (e eu disse que ia dar um pouco de história), nem o PS era Governo nos Açores e aí sim, o então Presidente da Câmara das Lajes, já falecido, Cristiano Gomes, pretendia a instalação do ensino secundário nas Flores, que nunca chegou a ser concretizado em muito pelo constrangimento, que hoje e ontem já falámos, da itinerância de docentes, em muito devido a esse constrangimento.

Foi sim instalado o secundário em Santa Cruz, ficando as Lajes novamente sem nenhum ciclo de ensino naquela altura.

Anos foram passando e em nenhum manifesto eleitoral se viu (e alguns deles já tinham o atual Presidente da Câmara das Lajes como primeiro candidato) sequer a pretensão da instalação do 2.º ou do 3.º ciclos.

Foi sim, após as eleições de 2004, e sem estar em manifesto eleitoral (também não estava no manifesto do PS, não estava em nenhum)...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Nem do PCP!

O Orador: Nem do PCP. Aliás, nesta altura, o Deputado não foi eleito. Foi em 2004 que não foi eleito, eventualmente pelo grande serviço que prestava (acredito que prestou) e foi um grande deputado nesta Assembleia.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não foi por causa disso, Sr. Deputado!

Estava no manifesto, mas não fui eleito!

O Orador: Dizia eu que com o fecho das escolas de 1.º ciclo, em 2004, se chegou a um acordo com a Câmara Municipal das Lajes do atual presidente em exercício para a instalação do 2.º ciclo e se iniciou os processos para a construção do polo escolar das Lajes.

Resumindo, como dizia ontem, só agora, depois do Partido Socialista ter concretizado essa obra (da qual agradeço os elogios feitos nos primeiros dois parágrafos do seu projeto de resolução, Sr. Deputado, dizendo que a instalação é perfeita)...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, não tem que agradecer!

Deputado João Costa (PSD): Não sabia que era empreiteiro!

O Orador: Agradeço! Assim já me poupa um minuto.

... só depois da instalação dessa obra é que ambiciona essa nova etapa, que é o 3.º ciclo.

Estamos há apenas dois anos a funcionar nesta nova escola com o 2.º ciclo.

Já falámos no número de alunos, mas iremos falar mais à frente.

Pois bem, nós não somos contra a ambição. Aliás, este foi o lema do nosso manifesto: uma nova ambição para as Flores.

No entanto, somos ponderados, responsáveis e recomendamos alguma prudência.

Como já ontem referi, pensamos que o reduzido número de alunos, a renovada rede viária, o novo sistema de transporte escolar, são motivos para que neste momento se pondere bem sobre a abertura desse 3.º ciclo nas Lajes.

Ontem ainda ouvi falar em argumentos falaciosos e demagógicos.

Os que quero agora apresentar estão aqui e nada têm de falaciosos, nem demagógicos.

Primeiro, Conselho de Ilha das Flores que há pouco o Sr. Deputado Aníbal se referiu.

Se existe Conselho de Ilha é para falar e pronunciar-se sobre os assuntos de ilha, como nós sabemos, e nas Flores tenta-se que não tenha qualquer cariz político nesse órgão. Aliás, temos lá representados todos (e aqueles que toda a gente aqui sabe) os diversos setores de atividade que devem compor o Conselho de Ilha. Por acaso, até posso dizer que é um dos Conselhos de Ilha que funciona de uma forma muito esbarrada.

Nesse Conselho de Ilha, pronunciando-se a certa altura sobre esta matéria, foi decidido, por maioria, que atendendo ao contexto atual não deveria ser este um ponto a reivindicar para a ilha.

Portanto, se o Conselho de Ilha não entende ser este um ponto, penso que quando aludi ontem ao Conselho de Ilha fi-lo de forma justa e correta.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Mas também recorro (e também para algumas bancadas que me parecem que andam a reboque não sei de quem) que nesta votação o Vice-Presidente da escola, Secretário do Conselho de Ilha e atual Vice-Presidente da

Comissão Política do PSD, votou contra a instalação do 3.º ciclo nas Lajes das Flores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso quer dizer que o PSD não faz a defesa da sua líder!

O Orador: O Presidente da Assembleia Municipal das Lajes, que foi eleito pelo PS, votou a favor. Portanto, Sr. Deputado, já lhe adiantando a sua resposta ao seu argumento: não há quaisquer motivações partidárias nisso, ou seja, cada pessoa está a avaliar e a ponderar a sua decisão no Conselho de Ilha.

É isso que lhe quero dizer, que aquele Conselho de Ilha funciona assim. Tanto o PSD vota contra, como o PS vota também.

Portanto, nada aqui pode o senhor vir dizer sobre o Conselho de Ilha das Flores. Se calhar o deixaria dizer, mas não concordaria de maneira nenhuma.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah! Está certo! Está certo!

O Orador: Deixar dizer, deixo dizer aquilo que o senhor quer.

Aliás, o senhor canta sempre de voz grossa deste lado, mas deixe-me dizer-lhe que em disposição coral o senhor aí está na posição dos sopranos e eu é que estou na posição dos tenores e dos baixos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Continuando, estava a argumentar, no corpo da resolução já ontem o Sr. Deputado afirmou e mais uma vez hoje o ouvi dizer nesta casa que a escola reconhece e concorda com a instalação do 3.º ciclo.

Meu caro, tenho aqui comigo o parecer da escola onde diz que há falta de docentes para garantir clubes, para atividades desportivas, há o problema do refeitório, da biblioteca, da reprografia.

Mas ainda lhe digo mais uma coisa. Poderia aludir a problemas financeiros. Não!

Tenho aqui e vou ler: “Mais informo que este ano temos 18 alunos a frequentar o 9.º ano em toda a ilha, [18, no 9.º ano em toda a ilha!] o que prova que esta opção não é funcional e muito menos viável do ponto vista económico.” Está assinado pela Presidente do Conselho Executivo.

Portanto, o senhor não reuniu com a escola, nem com o Conselho Executivo na sua visita, visitou sim as novas instalações (no seu *site* é o que tinha), reuniu sim com a Câmara Municipal das Lajes. Daí dizer que a escola é a favor, não pode dizer que a escola, todo o órgão, é a favor dessa instalação.

Em conclusão, (porque daqui a pouco poderei voltar ao debate e porque já ontem muito foi aduzido quer por mim, quer pelo Deputado Paulo Rosa) no que se refere aos transportes, no que se refere à geografia da ilha, nem todos iriam eventualmente para as Lajes, porque reconheço e digo logo que as freguesias da Fajã Grande e da Fajazinha a terem 7.º ano, com o sistema de transporte como está, não iriam para as Lajes, iriam sim por opção para Santa Cruz e não tenho a mínima dúvida da opção dos pais dessas freguesias.

Penso que já muito foi aduzido.

Em conclusão, não será por não se querer assumir encargos com a educação; não será por ser nas Lajes, Sr. Deputado, muito menos por ser nas Lajes (aliás, não houve em legislatura nenhuma, como a de 2004 a 2008, em que eu aqui estava, mais investimentos feitos nas Lajes do que naqueles 4 anos, Sr. Deputado, posso dizer-lhe e há números para comprovar isso), será sim, porque os ganhos pedagógicos dessa medida, no nosso entender, não se verificam.

Ainda no nosso entender, achamos que enquanto se mantiver o reduzido número de alunos essa sua medida não trará contrapartidas reais e apenas se trata de uma manobra demagógica, aqui sim, demagógica e pode até o Sr. Deputado Paulo Rosa, como o senhor disse ontem, estar a fazer um favor ao corporativismo, mas, eu pessoalmente, que nos últimos 3 anos até trabalhei na escola e em particular nas Lajes, já o assumi na Assembleia Municipal das Lajes, no Conselho de Ilha como membro eleito (não por inerência de deputado, estava lá como membro eleito) e assumo agora no contexto atual que este Grupo Parlamentar, eu próprio, recomendo rejeitar o seu projeto de resolução.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*) e **Deputado Berto Messias** (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Gabriel, perdoe-me, mas queria dizer-lhe o seguinte. Ontem não fiz nenhum juízo à sua intervenção, aliás, hoje até pela consideração que V. Exa. me merece, assim como todos os nossos pares, vim falar na questão do Conselho de Ilha, porque ontem quando V. Exa. tinha colocado a questão, eu não lhe tinha respondido.

Portanto, não fiz nenhum juízo sobre a sua intervenção. Vou procurar, enfim, no tempo que me resta, rebater algumas das questões que V. Exa. aqui coloca, mas queria desde já voltar a uma questão, que ontem realmente referi, a questão do destempo, também em resposta ao Deputado Paulo Rosa e que tem a ver com a questão do agendamento.

Parece-me que o Sr. Presidente da Assembleia ontem disse claramente. A responsabilidade não é do PCP relativamente ao agendamento. Portanto, não percebo muito bem qual é...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Por que é que não pediu agendamento potestativo?

O Orador: Talvez seja para o plenário de julho, oh Sr. Deputado Hernâni Jorge. Talvez eu utilize essa figura regimental no plenário de julho, porque realmente tenho alguns diplomas atrasados.

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso é desvendar a tática!

O Orador: Está bem Sr. Deputado? É isso que V. Exa. pretende que o PCP faça? Faço-lhe a vontade.

Sr. Deputado José Gabriel, eu fiz uma visita à escola e certamente que não fiz a visita à escola com o Presidente da Câmara.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso foi depois!

O Orador: Foi.

Não foi com o Presidente da Câmara, nem com o Presidente da Junta. Foi com alguém da direção da escola, Sr. Deputado, como facilmente se pode perceber.

Portanto, aquilo que está afirmado na resolução, mas que não foi afirmado nas minhas intervenções, até porque eu li o relatório e o parecer...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

... da escola (é evidente que conheço o parecer da escola) e sei que o parecer da escola é negativo, por isso mesmo ontem referi que os limites da autonomia das escolas são os limites da Carreira dos Cavalos e ainda bem que o Deputado Paulo Rosa aqui concorda comigo.

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): O senhor tenha juízo! O Conselho Executivo da Escola é que tem que se pronunciar ou não!

O Orador: Posso continuar. É para acabar.

Presidente: Pode terminar, Sr. Deputado.

O Orador: O Sr. Presidente já me pediu para eu acabar.

Portanto, Sr. Deputado José Gabriel, eu percebo a posição do seu Grupo Parlamentar e a posição de V. Exa., mas de facto não posso deixar de referir que algumas das questões que trouxe aqui ao debate não têm nenhum sentido, porque o que afirmou aí, relativamente a algumas questões que eu aqui coloquei, ou que supostamente terei colocado, não corresponde de todo à verdade, mas isso ficará para próximos debates, uma vez que não tenho mais tempo e não quero abusar da paciência do Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Se for preciso pode fazer uma visita às Flores e conversamos!

Presidente: Só, realmente, para reiterar, porque sinto que é minha obrigação, o seguinte: efetivamente o Sr. Deputado Aníbal Pires não tem qualquer tipo de culpa ou fez qualquer pedido no sentido deste diploma ser atrasado.

Nós, por muito boas razões, que creio que os Srs. Deputados conhecerão, que são a intensa produção desta casa, quer ao nível do processo legislativo comum, quer ao nível, também, das urgências e dispensas de exame em comissão, quer ao nível de uma cada vez mais elevada participação dos cidadãos através de

petições, temos, efetivamente, uma quantidade de trabalho muito grande que saudamos e que vamos gerindo da melhor forma, aumentando também, como aumentámos nesta legislatura o nosso espaço de trabalho, o nosso tempo de trabalho, quer em plenário, quer em comissão, e é isso que justifica que alguns diplomas fiquem no processo legislativo comum mais tempo entre a sua entrada e o seu agendamento.

Não sei se há mais alguma inscrição. Creio que não.

Vou passar à votação desta resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O projeto de resolução apresentado foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Muito bem.

Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, Sras. e Srs. Deputados. Trata-se do **Projeto de Resolução n.º 8/2012**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE e que tem a ver “**Tempo de serviço prestado em creche e ateliers de tempos livres (ATL), para efeitos de cálculo da graduação profissional em processo de concurso do pessoal docente**”.

Chamo a atenção de que ainda hoje, há pouco, foi apresentada uma substituição integral para este projeto que foi tempestivamente distribuída e é essa que nós devemos considerar.

Para apresentar o projeto, dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na realidade o Bloco de Esquerda apresenta a esta câmara um projeto de resolução sobre a epígrafe “**Tempo de serviço prestado em creche e ateliers de tempos livres (ATL), para efeitos de cálculo da graduação profissional em processo de concurso do pessoal docente**”.

Este projeto de resolução propõe que esta Assembleia recomende ao Governo Regional que:

- Primeiro: a contabilização do “tempo de serviço para efeitos de cálculo da graduação profissional em processo de concurso de pessoa docente”, prestado pelos educadores e educadoras de infância em creche e sempre que desenvolvam atividades de tempos livres pedagogicamente ricas e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas em ateliers de tempos livres em entidades sejam oficialmente reconhecidas pela administração educativa competente;

- Segundo: a contabilização do tempo de serviço em ATL para efeitos de cálculo de graduação profissional em processo de concurso de pessoal docente a todos os docentes, independentemente do seu ciclo ao nível de ensino, sempre que desenvolvam atividades de tempos livres pedagogicamente ricas e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas.

A alteração relativamente à última versão é o acrescento do ponto 3: que a prova do tempo de serviço a que se referem os números anteriores seja feita por declaração da instituição (onde é que ele foi prestado, evidentemente), devidamente confirmado pelos departamentos do Governo Regional competentes em matéria de educação e solidariedade social.

Este nosso projeto de resolução é apresentado por 3 ordens de razões.

Primeira, e a mais evidente: a abundante legislação regional que enquadra estas situações e que obriga exatamente àquilo que o Bloco de Esquerda agora solicita que este parlamento proponha ao Governo Regional.

Desde logo o Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2001, o Decreto Legislativo Regional n.º 26/2005/A, alterado embora pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2008/A em diversos dos seus artigos, o Estatuto do Pessoal Docente em Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, o Regulamento de Concurso de Pessoal Docente de Educação Pré-escolar, Ensinos Básico e Secundário, todo este aparato legislativo regional enquadra e

afirma o reconhecimento para efeitos de concurso de pessoal docente do tempo prestado por estes profissionais.

Em segundo lugar, porque acolhemos como boa e como justa a recomendação, a que aliás um dos pareceres dos sindicatos faz chamada, n.º 3/2011, de 21 de abril, do Conselho Nacional de Educação que reza assim e passo a ler: “No contexto da revisão da Lei de Bases realizada em 1998 reconheceu-se o grau de licenciatura para todos os professores, incluindo os educadores de infância. No entanto, perdeu-se uma oportunidade histórica de considerar que a educação começava aos zero anos e que, portanto, o Ministério da Educação devia considerar a importância de investir na faixa etária dos zero aos 3 anos.

A não contabilização do exercício profissional em creche como serviço docente com graves repercussões na carreira profissional foi denunciada como lesiva dos direitos básicos dos profissionais.”

Como efeito colateral deste não reconhecimento assistiu-se (e não estou a citar, porque isso é uma realidade não só deste parecer, mas até da nossa realidade regional) e continua-se a assistir ao êxodo de muitos educadores de infância para outras valências e para outras situações profissionais.

Finalmente e em terceiro lugar, apresentamos este projeto de resolução pela incompreensível desconsideração (e desconsideração aqui quer sobretudo dizer desvalorização qualitativa e quantitativa) a que o tempo de serviço prestado por estes e por estas profissionais é vetado em determinadas circunstâncias na nossa Região, ao qual acresce ainda, no caso dos ATL's, a inaceitável discriminação dos docentes nos Açores quando comparados com os seus colegas do continente.

Finalmente, se queremos (e todos e todas queremos seguramente) um corpo docente nas creches e nos ATL's da nossa Região, independentemente do nível, ciclo, grupo ou especialidade onde prestam serviço, motivado, empenhado e credibilizado até em termos de imagem pública, temos que reconhecer o valor social do seu trabalho e tal só é perceptível se o dignificarmos por todas as formas que tivermos ao nosso alcance, sendo que uma delas é exatamente

proporcionando-lhes uma carreira, na qual possam investir individual e coletivamente, recebendo a justa e legal recompensa por esse facto.

Nesta primeira intervenção, Sr. Presidente, ficava por aqui.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão, naturalmente, abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo inscrições passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O projeto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos:

Projeto de Resolução n.º 44/2011 – “Recomenda ao Governo Regional a ampliação, modernização e diversificação das valências do Porto da Casa, na ilha do Corvo”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Para apresentar o diploma tem, naturalmente, a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço desculpa pela razão do meu atraso, porque fiquei absolutamente surpreendido com o resultado da última votação. Uma surpresa total!

De qualquer das formas, a questão...

Deputado João Costa (PSD): Surpreso e sem palavras!

O Orador: ... que nos traz aqui é este projeto de resolução que o PPM apresentou, que data de 30 de junho de 2011, e que pretende dar resposta àquela que é a maior aspiração coletiva da população da ilha do Corvo.

Muitas vezes em diálogo com os populares na ilha do Corvo eles só me dizem: “Sr. Deputado, o senhor não peça mais nada lá na Assembleia, não reivindique

mais nada, peça só para que o Governo nos dê um porto em condições, para que se possa produzir mais riqueza nesta ilha, contribuindo para a produção dos Açores, contribuindo evidentemente para as melhorias das condições de vida na ilha do Corvo.”

É o que eles me dizem.

Neste sentido, tanto me dizem isto as pessoas que são do Partido Socialista, como as que são do Partido Social Democrata, como as que são do PPM, do CDS, do Bloco de Esquerda ou do PCP.

Na ilha do Corvo, esta ideia...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há PCP no Corvo?

O Orador: Há. Teve 3 votos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

O Orador: ... de ampliação das valências do Porto da Casa e de modernização, não é uma ideia do partido *a* ou do partido *b*. Não venho reivindicar e dizer que o PPM teve uma melhor ideia do que os outros todos.

Esta ideia, este projeto, não tem dono partidário. É um projeto de todos, é um projeto e uma aspiração coletiva de todos os corvinos.

Portanto, nesse sentido, não peço, nesta matéria, nenhum protagonismo. Não estou aqui a solicitar nenhum protagonismo especial, nem estou a defender nenhum património político especial, porque este património é de todos, de todas as forças políticas e, fundamentalmente, é um património da população e uma aspiração de todos os corvinos.

Dito isto, também vos quero dizer que considero absolutamente fundamental que a Região se comprometa com o avanço e a concretização desta obra por 3 razões fundamentais.

A primeira, porque é um projeto de soberania, é um projeto ao serviço de Portugal. Vejo tantos discursos do Presidente da República e do Governo da República a apelar a um forte investimento na dimensão marítima deste país e para que se possa aproveitar ao máximo esses recursos que o mar tem, que o mar dos Açores tem, é necessário que essa aposta seja feita pelo Estado.

Lembro que o Grupo Ocidental, as Flores e o Corvo, contribuem com uma parte muito significativa da jurisdição de Portugal no Oceano Atlântico.

Por isso, em primeiro lugar, não é um projeto da ilha do Corvo; é um projeto de afirmação da soberania portuguesa, é um projeto de afirmação da autonomia dos Açores, é verdadeiramente um projeto de afirmação da força, da concretização que nós queremos dar a esta ideia de projetar novamente Portugal, de projetar os Açores, de projetar todo este potencial naquela que é a grande vertente estratégica para o século XXI deste país, que é o investimento nas infraestruturas relacionadas com o aproveitamento dos recursos marítimos. Este é o primeiro grande objetivo deste projeto de resolução.

Também vos quero aqui reafirmar uma segunda condição que considero fundamental.

Como bem dizia o Sr. Secretário da Presidência, hoje levámos grande parte do tempo a discutir o centralismo, o centralismo de Lisboa em relação à Região Autónoma dos Açores, porque tem menor potencial económico, porque tem menor potencial demográfico. Hoje falámos em muitas áreas em que é evidente que esse centralismo, que essa ideia de um país que começa e acaba em Lisboa está errada e tem vindo a prejudicar os Açores.

Pois bem, neste assunto, nesta matéria do Porto da Casa na ilha do Corvo, nós temos aqui uma oportunidade de demonstrar que nós próprios nos Açores não nos comportamos assim, que os centros mais populosos, mais ricos são solidários com as parcelas do território mais pequenas, com as populações de menor dimensão e mais desprotegidas.

Nós temos a oportunidade hoje de demonstrar que a Região Autónoma dos Açores não pede lá fora o que não dá cá dentro, que aqui podemos dar lições de moral a Lisboa, porque aqui se projeta um investimento, que é um investimento vultuoso, mas é um investimento a favor das populações mais pequenas, das populações mais desfavorecidas e que aqui não impera o centralismo, que aqui, às parcelas do território mais vulneráveis, também lhes é dada uma oportunidade de desenvolvimento, também lhes é dada uma oportunidade de afirmação.

Não há melhor argumento, meus senhores, do que dizer a Lisboa: “Meus senhores, olhem para a nossa prática governativa, olhem como decidem os órgãos de governo próprio dos Açores. Nós temos uma ilha com 435 habitantes, mas nem por isso nós a deixámos para trás naquela que é uma área fundamental para o desenvolvimento económico dos Açores e de Portugal, que é a aposta na vertente marítima. Nós não deixámos ninguém para trás, nós não deixámos os mais frágeis para trás.”

Nós temos a oportunidade hoje de fazer aquilo que condenamos em relação ao governo central, quer seja um governo central como é atualmente do Partido Social Democrata e do CDS, como foi também no passado do Partido Socialista.

Nós temos a oportunidade de combater e de dar aqui uma lição de moral aos centralistas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas isso é da responsabilidade do Governo da República!

O Orador: Estas são questões absolutamente fundamentais. São questões de princípio.

Portanto, termino esta primeira intervenção apelando a esta ideia de Açores. Uma ideia de Açores descentralizada, uma ideia em que todos contam, uma ideia em que todos têm as mesmas oportunidades e uma ideia de que este não é um investimento para o lazer. É uma ideia de investimento para o futuro ao serviço da ilha do Corvo (com certeza!), mas também é um serviço da Região Autónoma dos Açores e ao serviço de Portugal.

Este é um investimento fundamental, para quê?

Para produzirmos mais, para nos darem mais capacidade de gerar riqueza, para podermos contribuir para o conjunto da comunidade açoriana.

Estes são os propósitos desta iniciativa que considero absolutamente fundamentais e cruciais.

É uma iniciativa que não é minha. É uma pretensão que não é minha. É um protagonismo que exijo para todos os corvinos, porque esta ideia é de todos, não tem uma paternidade partidária exclusiva.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate.

Sr. Deputado Joe Rego, tem a palavra.

Deputado Joe Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria, em primeiro lugar, de deixar uma palavra ao Sr. Deputado Paulo Estevão por trazer este importante tema para todos os corvinos a esta casa.

Como é do conhecimento público, o Governo Regional dos Açores mandou elaborar um estudo de viabilidade técnica, operacional e orçamental do prolongamento do cais comercial do porto da Casa.

Este estudo deverá ser apresentado aos corvinos nos próximos dias.

Como todas as obras de mar, este é também um processo complexo, tendo em conta as muitas variáveis que são precisas ter em conta para que uma obra resulte realmente em benefícios operacionais.

Se é verdade que esta obra no porto do Corvo é uma necessidade, também é verdadeiro que têm sido efetuados pelo Governo dos Açores melhoramentos que têm permitido as suas condições mais dignas.

Ainda recentemente, a Secretaria Regional da Economia transmitiu orientações à empresa Portos dos Açores para proceder à aquisição de contentores de frio para o transporte de produtos congelados e frescos entre as ilhas das Flores e do Corvo, num investimento de 60 mil euros.

Com esta medida fica também reforçada a capacidade do transporte de carga refrigerada entre as duas ilhas, que é atualmente de 400 quilos, “assegurando-se que o transporte de frescos e congelados passa a ser sempre efetuado com todas as condições de segurança para os consumidores”

Aliás, ao nível das acessibilidades a ilha do Corvo assistiu, nos últimos tempos, a uma evolução notória e de grande importância. Refiro-me à nova frota da SATA Air Açores, nomeadamente, os DASH 200, com muito maior capacidade para passageiros e carga. Nesta matéria, o Corvo deu um passo de gigante em relação ao antigo Dornier.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E os barcos?!

O Orador: Mas o PS/Açores não está satisfeito com estas evoluções.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Quer mais para a Ilha do Corvo apenas por uma razão: porque os corvinos merecem o melhor!

Mas quer mais sem prescindir do seu sentido de responsabilidade e ponderação. Por essa razão sensata nos dias que correm, o PS/Açores considera que, primeiro, é preciso ver o que diz tecnicamente o estudo encomendado pelo Governo. É preciso ver qual a solução apresentada pelos técnicos, assim como o cenário financeiro que melhor serve os interesses dos Açores e dos corvinos nesta matéria.

Seria muito mais fácil, nesta altura pré-eleitoral, ficarmos com o mérito de ter aprovado esta proposta do PPM. Mas o nosso sentido de responsabilidade diz-nos que, em primeiro lugar, é preciso perceber o que nos diz o estudo.

Uma garantia posso deixar a todos os corvinos: têm sido os governos do PS a investir sem paralelo na Ilha do Corvo. Será ainda o Governo do PS a melhorar as acessibilidades e a operacionalidade do porto na ilha do Corvo.

Disse.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Aguardo inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá apoiar esta iniciativa do PPM e julgo que ela é compaginável com aquilo que está anunciado pelo Governo, relativamente ao estudo, até porque do estudo certamente resultará uma obra

que vai ao encontro daquilo que é a pretensão, que é a recomendação que o PPM nos traz aqui.

Daí, até pelo facto delas serem compagináveis, julgo que é importante o estudo, mas aquilo que é a parte resolutiva da proposta do PPM parece-me que pode ter a devida resposta e que aquilo que faria sentido neste momento seria exatamente dar este sinal, o sinal da Assembleia Legislativa da Região Autónoma, designadamente por parte da maioria, de que de facto há aqui uma vontade inequívoca de melhorar as condições do Porto da Casa.

Aliás, daquilo que têm sido as nossas visitas à ilha do Corvo temos vindo também a colocar esta necessidade como uma necessidade absoluta para que as mercadorias possam chegar em melhores condições à ilha do Corvo e que a operação marítima com a ilha do Corvo possa decorrer como decorre nas restantes ilhas do arquipélago.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este projeto de resolução que o PPM traz aqui de facto traduz uma vontade de todos os corvinos e essa vontade de todos os corvinos não é de agora. Ela já vem de há muito tempo e foi dando seguimento à vontade de todos os corvinos que o CDS apresentou, nesta casa, que fosse feito o aumento do Porto da Casa.

Era proposta que o CDS queria mais ambiciosa, mas na altura só foi possível fazer-se a obra que se fez e que trouxe um grande desenvolvimento e uma grande melhoria na acessibilidade marítima ao Corvo.

Deputado José Rego (PS): Com o PS!

O Orador: Foi o CDS que propôs nesta casa quando não havia maioria absoluta,...

Deputado Francisco César (PS): Estava sozinho no Parlamento na altura?

O Orador: ... daí as vantagens que os corvinos já viram, os açorianos já viram, de não haver maioria absoluta nos Açores, porque foi sem a maioria absoluta que se conseguiu aumentar o Porto da Casa na ilha do Corvo...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas também já conseguimos com maioria absoluta no parlamento!

O Orador: ... e ter-se-ia conseguido mais se o partido maioritário do Governo tivesse sido mais ambicioso, coisa que não quis ser na altura.

Sras. e Srs. Deputados, já na altura os corvinos queriam mais, foi o que foi possível fazer-se na altura por proposta do CDS que muito nos orgulha e muito serviu o Corvo e os Açores.

Mas devo dizer que as acessibilidades do Corvo não melhoraram assim tanto, porque continuam a pagar fortunas entre o transporte das Flores e do Corvo, exageradamente caro, sendo mais caro até que transportar de barco um volume de Boston para os Açores. Isso mesmo foi dito pelos corvinos.

As acessibilidades aéreas com o DASH Q200 podiam efetivamente ter melhorado, mas não melhoraram na sua potencialidade porque o Governo Regional se esqueceu de fazer as adaptações do desnivelamento da pista do Corvo e aí sim o avião podia ter aproveitado e podia aproveitar a sua máxima capacidade à descolagem, coisa que não pode aproveitar; como poderia aproveitar a sua máxima capacidade de transporte para a ilha do Corvo, ou seja, é o próprio avião que é penalizado devido à infraestrutura aéreo-portuária da ilha do Corvo. Essa é que é a realidade, essa é que é fatural e essa o Governo Regional nunca quis melhorar, ou seja, temos o aeródromo do Corvo que cumpre o mínimo e temos um porto que cumpre o mínimo. Ou seja, em matéria de infraestruturas daquela ilha, em 16 anos, foi feito pouco. Poderia ter sido feito muito mais.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, é bom que se pratique aqui, nos Açores, a descentralização; que se promova efetivamente potencialidades para existir um mercado interno que muito ajuda as ilhas pequenas; que se promova o escoamento dos seus produtos; que se promova melhores acessibilidades. Por isso mesmo este projeto vem em boa hora e volto a lembrar quando o CDS teve aqui o deputado, Deputado João Greves, eleito pela ilha do Corvo, foi uma sua proposta, na altura, aprovada (e muito bem!) nesta casa.

Muito obrigado.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo relembrar a história deste processo.

O PPM apresentou alterações orçamentais para viabilizar uma ampliação do cais da ilha do Corvo em 2009, 2010 e 2011. Os senhores não fizeram nada durante esses 3 anos. Depois chumbaram a proposta que foi apresentada pelo PPM.

Mais do que isso!

Nós apresentámos esta proposta há quase um ano, 30 de junho de 2011.

Se num ano os senhores não conseguem estudar o assunto, pois não fazem nada no âmbito da governação da Região, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Fala um especialista em portos!

O Orador: ... o que vos quero aqui dizer é que se os senhores levam este tempo de resposta a cada problema, que é um problema fulcral para o desenvolvimento das populações, pois eu digo-vos: o que é que os senhores estão a fazer?

Um ano! Este projeto foi apresentado no dia 30 de junho...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quantos projetos o senhor já fez?

O Orador: ... e os senhores, como nós temos feito ao longo deste período, apresentaram a iniciativa de apresentar um estudo que foi claramente provocado pela apresentação do projeto de resolução do PPM. Dizem os senhores que chumbaram por 3 vezes as propostas de alteração do PPM, no âmbito do orçamento; no dia 13 de julho de 2011 os senhores, o que nos vieram dizer, é que iam fazer um estudo. No dia 13 de julho de 2011!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Está a ser concluído!

O Orador: O estudo foi realizado. Deve ser uma peça extraordinária, porque para realizar a ampliação do porto na ilha do Corvo levam-se 11 meses a realizar o bendito estudo!

Não é que no mês passado se chega ao Conselho de Ilha do Corvo e se diz: “Temos o estudo pronto.”

A Sra. Secretária da Economia comprometeu-se até ao final do mês de maio a apresentar o estudo e transmitiu-se nas notícias obviamente também essa referência: até ao final do mês de maio o dito estudo da ampliação do cais da ilha do Corvo.

Deputado João Costa (PSD): O Sr. Secretário levou para a campanha!

Deputado José Rego (PS): Vai vir em junho!

O Orador: O mês de maio terminou e o dito estudo não foi apresentado.

Apresenta-se este projeto de resolução, nesta casa, e qual é a resposta do Partido Socialista? “Não temos estudo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não é verdade!

O Orador: Nós ainda não temos o estudo para fundamentarmos a nossa posição. Vamos votar. Qual é a nossa posição?

É chumbar o projeto de ampliação porque não temos estudo,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade! Não foi nada disso que eu disse!

O Orador: ...porque não temos estudo para o fundamentar, porque aqui no estudo não diz se é para ter 20 metros, 10 metros, qual é a solução técnica.”

O projeto de resolução não aponta para uma solução técnica concreta.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não aponta é para o seu resultado! Devíamos ter perguntado ao Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, o que os senhores disseram na comunicação social foi: “Nós vamos verificar a viabilidade, vamos fazer um estudo.”

Os senhores, o que agora vêm dizer, um ano depois, é que não têm estudo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade!

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade! O Sr. Deputado Joe Rego disse que ia apresentar o estudo!

O Orador: Ou então têm estudo, mas não nos indicam aqui quais são as suas conclusões e não votam de acordo com aquelas que são as conclusões do estudo.

Portanto, meus senhores, isto é o mais baixo nível de fazer política. O que os senhores estão à espera é que o tempo se esgote, é chumbar o projeto de resolução do PPM para depois dizer que “já temos o estudo, mas não foi uma iniciativa política do PPM, fomos nós que aprovámos esta iniciativa.”

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É a mesma coisa!

O Orador: Portanto, os senhores o que querem é levar a bola para casa. Levem à vontade! Se os senhores em julho decidirem ampliar podem levar a bola, mas isto não é política. Isto é uma criancice!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: É o que os senhores estão aqui a fazer. É uma criancice! Isto não é política. Isto não é governar com sentido de responsabilidade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Isto não é governar respeitando este parlamento, respeitando estas instituições. Isto é repetir aquele argumento que foi utilizado em relação ao ensino secundário na ilha do Corvo. Ou os senhores acham que os corvinos estão esquecidos, que é chumbar aqui o projeto de resolução e depois, no âmbito de uma pré-campanha, vir dizer: “Afinal estamos de acordo com o ensino secundário, mas não foi a proposta do PPM, somos nós que temos o poder total na Região de decidir em relação a estas matérias”?

Oh meus senhores, como têm feito em tantas e tantas outras questões, os senhores vão a reboque de uma proposta que é apresentada por um projeto de resolução do PPM em relação a esta matéria e depois os senhores o que fazem é chumbar a proposta para meses mais tarde então assumirem a sua paternidade, mas já chegam tarde, Srs. Deputados. Chegam tarde Srs. Deputados, fundamentalmente porque já chumbaram em 2009, em 2010, em 2011 e não vale isso. As pessoas obviamente são gente informada e conhecem perfeitamente este comportamento: “Estamos à espera do estudo”. Ou: “Não

queremos, aqui no parlamento, perante um projeto de resolução, uma iniciativa de uma representação parlamentar, apresentar e discutir este assunto”.

Os senhores, em relação a este tipo de comportamento, têm um comportamento sem nome, têm um comportamento indigno em relação àquela que é a responsabilidade institucional de um determinado partido político e de um governo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Devíamos ter pedido o projeto ao senhor. Num mês estava feito!

O Orador: Eu acho sempre que os senhores estão a brincar comigo. Cada vez que apresento um projeto de resolução, acho que os senhores estão a brincar comigo, porque eu apresento com um ano de antecedência um projeto de resolução e o que é que os senhores dizem?

Podiam dizer: “Não, não temos dinheiro. Era uma prioridade, nós temos outras prioridades. Não temos dinheiro.” Podiam dizer isto.

Os senhores também podiam dizer que têm outro tipo de planeamento estratégico para a ilha do Corvo. Podiam dizer isto.

Agora, ao fim de um ano, vêm dizer que não têm um estudo ou não o querem divulgar, quando os senhores já foram ao Conselho de Ilha dizer que já têm esse estudo, para daqui a um mês dizerem: “Afinal, depois de consultado o estudo, nós decidimos que sim, vamos ampliar o Porto da Casa, na ilha do Corvo.”

Isto, meus senhores, não é próprio de quem quer ter a confiança institucional dos outros partidos políticos ou da sociedade açoriana, porque obviamente o que se vê, quando se olha para essa bancada, é o tal menino mimado que leva a bola, que quer levar a bola para casa e só o faz na véspera das eleições, depois de ter chumbado em 2009, 2010, 2011 iniciativas do PPM nesta matéria, para depois vir reivindicar junto da população do Corvo: “Nós até afinal estávamos a favor.”

Isto é uma coisa impressionante que se tem repetido ao longo de toda a legislatura e é uma vergonha, porque os senhores não me estão a afetar a mim. A mim o que me chateia, em relação a esta matéria, é que os senhores estão a

afetar as legítimas aspirações da população da ilha do Corvo por uma leitura egoísta em relação a uma tática qualquer do ponto de vista eleitoral.

É uma vergonha!

Presidente: Sr. Deputado Lizuarte Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, revejo-me em algumas das afirmações que fez, em outras obviamente que não, mas não tenho dúvidas nenhuma de que Portugal se projeta através do porto do Corvo ou da ilha do Corvo, como se projeta através de qualquer parcela do seu território. Não tenho dúvidas nenhuma disso.

Uma obra no Corvo é naturalmente uma obra regional colocada no âmbito e no plano regional como não podia deixar de ser e também não tenho dúvidas nenhuma de que quanto menor o potencial de uma ilha, mais apoiada tem que ser essa ilha e a população que aí vive.

Relativamente a isso julgo que estamos de acordo e o argumento da falta de massa crítica não pode ser utilizado porque em qualquer circunstância têm sempre que ser satisfeitas as necessidades básicas das populações.

Relativamente às necessidades básicas das populações elas têm sido asseguradas através do porto que lá existe e com as obras que foram efetuadas já na vigência dos governos do Partido Socialista e obviamente que a partir daí foi necessário definir prioridades e tomar decisões. É essa uma das missões de quem governa.

O Sr. Deputado nunca irá ter esse problema, mas obviamente quem governa tem que, por vezes, chumbar algumas propostas, porque tem de tomar decisões, definir prioridades, é assim que as coisas se fazem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olhe que não, Sr. Deputado! O mundo dá muitas voltas!

O Orador: Quanto ao estudo de possíveis soluções para a resolução do problema do porto do Corvo.

O estudo, tanto quanto me é possível saber, está feito. Não o conheço na sua totalidade. Só conheço a parte em que contribui para ele, não o conheço no seu todo. Propõe várias soluções. A minha esperança é que uma dessas soluções seja consensualizada no Corvo e que esteja também dentro do âmbito da componente económica e que também seja possível ser concretizada.

Obviamente que esse estudo tem de dar resposta (e dará naturalmente resposta, creio eu) a várias situações. Uma das situações é uma situação muito complicada originada pelos vórtices que se formam na cabeça do molhe, por ser uma cabeça monolítica não protegida, que cria situações de aceleração, de agitação marítima ao longo do cais e que impossibilita muitas vezes a operação. É notória também a falta de terraplenos e, portanto, também é perfeitamente aceite por todos que o espaço acostável tem algumas limitações, bem como a falta de uma pequena rampa ro-ro.

Portanto, espero que o estudo dê resposta a estas situações, que o estudo permita a operação no Corvo em termos futuros de uma embarcação que responda globalmente às necessidades do transporte de cargas e do transporte de passageiros e que se faça isso com a máxima racionalidade na defesa dos interesses dos corvinos,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Deputado João Costa (*PSD*): O Sr. Deputado Joe Rego já tinha dito isso!

O Orador: ... é isso que está aqui em causa. Não estão aqui em causa as propostas que foram ou não foram chumbadas. O que está aqui em causa é a defesa do interesse dos corvinos. O que está aqui em causa é a satisfação das necessidades básicas fundamentais daquela ilha e, por isso, esperemos que o estudo dê resposta a essas situações. É isso que se espera do estudo e é certamente isso que o estudo, nas 5 ou 6 propostas que vai colocar em cima da mesa, através de uma delas, naturalmente irá dar resposta como o Sr. Deputado irá ter oportunidade de ver.

Deputada Benilde Oliveira (*PS*): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente este projeto de resolução do PPM, que recomenda ao Governo Regional que amplie, modernize e diversifique as valências do Porto da Casa na ilha do Corvo, pelas razões que cristalina e objetivamente o Deputado Paulo Estêvão despendeu nesta casa quando apresentou o projeto e algumas delas constam, inclusive, do preâmbulo e dos considerandos do próprio projeto de resolução.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Dele a gente já esperava, agora de si!

A Oradora: Agora, gostaria de fazer apenas dois considerandos sobre esta matéria.

Primeiro, eu, pessoalmente (talvez a culpa seja minha) não fiquei esclarecida sobre se afinal há estudo ou não há estudo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Já vai ficar!

A Oradora: Porque em algumas intervenções parece que foi dito que ainda não há, vai haver, mas noutras intervenções parece que o estudo já existe, até avança com 3, 4 ou 5 propostas alternativas...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Primeiro vai ser apresentado aos corvinos! Eles também têm que participar, não é só o Sr. Deputado Paulo Estêvão!

A Oradora: ... e que agora competirá ao Governo (obviamente!), dentro das contingências técnicas e atrevia-me a dizer até económicas, escolher a melhor.

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ah! O senhor não quer que apresentemos aos corvinos!

A Oradora: Mas Sras. e Srs. Deputados, penso que vale a pena aproveitar a oportunidade para esclarecer esta câmara em definitivo...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: Estava eu a dizer, Sr. Presidente, que penso que vale a pena aproveitar esta oportunidade para esclarecer esta câmara em definitivo se na realidade o estudo existe, se está sendo ponderado e analisado nas alternativas que apresenta (o que é legítimo), ou se o estudo ainda não existe, só para nossa informação.

Agora, “dar uma no cravo e outra na ferradura” ficamos sem nos entender. Esta é a primeira questão que gostaria de ver respondida no contexto da apreciação deste projeto de resolução.

Uma outra, para já, é que o Bloco de Esquerda e penso que todos os deputados e deputadas desta casa ficarão satisfeitos quando/se o Governo Regional der finalmente resposta a uma aspiração antiga e a um direito antigo à população do Corvo.

Portanto, independentemente de onde vem a iniciativa, quem é que propôs, quem é que não propôs, em nome das populações venha a resposta, venha a ampliação, venha a diversificação de valências do porto.

Agora, isso não apagará, não branqueará a metodologia de todo este processo. São coisas diferentes.

Ficarmos satisfeitos porque há uma necessidade e um direito que foi respondido, é uma coisa. Não esquecemos, contudo, que este processo foi tudo menos claro, foi bastante tortuoso, contraditório (aliás, a história remonta a 2009 com o Deputado do PPM nesta casa, como bem lembrou o Sr. Deputado Paulo Estevão) e parece-me que não é bonito.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É a mais antiga reivindicação!

A Oradora: Agora, se a resolução vier e vier rapidamente, melhor para a população do Corvo, melhor para todos nós.

Esclareçam, por favor, se há ou não estudo para nós percebermos em que ponto do processo é que nós estamos para a sua resolução.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Já respondi!

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

(Neste momento, o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado António Pedro Costa)

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O povo diz e com razão que quando não se quer fazer as coisas, encomenda-se um estudo e quanto ...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Duarte Moreira, depois tem oportunidade de se inscrever e também dizer da sua justiça.

... mais demorado for o estudo, quando não se quer fazer, melhor.

Deputado José San-Bento (PS): Uma peça legislativa!

O Orador: É o caso do Porto da Casa, na ilha do Corvo.

O PSD e a Dra. Berta Cabral, já há cerca de um ano, afirmaram o seu compromisso de melhorar as valências do Porto da Casa.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Foi? Quem?

O Orador: Porque em causa está o desenvolvimento dos Açores e de todas as suas parcelas, mesmo a sua parcela mais pequena.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Grande novidade! A Dra. Berta Cabral também prometeu!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Está em causa o desenvolvimento e a coesão de todas as 9 ilhas dos Açores. O Corvo, como a parcela mais pequena dos Açores, tem que ter garantidas acessibilidades adequadas. Temos de garantir, naturalmente, (quando digo temos, julgo que todos nesta casa partilhamos da mesma opinião) ao Corvo e aos corvinos que se sintam parte integrante do desenvolvimento dos Açores.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E eles sentem!

O Orador: Mas podem alguns perguntar: mas isso custa muito dinheiro, é muito caro.

Naturalmente que a autonomia e a coesão dos Açores obrigam todos os açorianos, e naturalmente os decisores políticos, a exercer aquilo que nós todos os dias falamos,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Deve ser com o dinheiro da Troika!

O Orador: ... que é a solidariedade entre todas as parcelas da Região, sendo certo que exigimos esta mesma solidariedade quer do Estado, quer da União Europeia.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Exatamente!

O Orador: Os transportes e as infraestruturas aéreas e portuárias são um desígnio e uma prioridade para a construção nos Açores daquilo que também o PSD tem trazido à agenda política que é a região económica.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Tem trazido?!

O Orador: Só com um sistema de transportes adequado, que ligue os Açores de uma ponta à outra, é que é possível criar oportunidades de negócio, criar riqueza e criar emprego.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Como?

O Orador: Esta é que é a grande prioridade do PSD: criar emprego nos Açores. Para isso é preciso um sistema de transportes, quer marítimos, quer aéreos, que garanta que todas as ilhas dos Açores se liguem umas às outras ...

Deputado José Rego (PS): Diariamente!

O Orador: ... e que o transporte entre todas as ilhas seja eficaz e seja adequado.

Defendemos, por isso, e vamos aprovar, vamos votar favoravelmente uma infraestrutura que sirva os corvinos no abastecimento regular, nas suas exportações, para as produções locais e também para o turismo náutico e de lazer.

Os Açores cumprem-se quando o desenvolvimento dos Açores chegar de Santa Maria ao Corvo.

Disse.

Deputados João Costa e Aida Amaral (PSD): Muito bem!

Presidente: Sra. Secretária Regional da Economia, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Economia (Luísa Schanderl):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Oradora: Relativamente aos esclarecimentos aqui colocados e que merecem resposta, quero dizer-vos o seguinte.

Nós temos o estudo para o reordenamento, ampliação e desenvolvimento de várias valências do Porto da Casa concluído.

O estudo ainda não foi apresentado por falta de oportunidade de agenda, mas já está agendado para o dia 21 de junho, no Corvo.

Deputada Zuraída Soares (BE): Uma resposta clara!

A Oradora: Existem várias alternativas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: Distraio-me facilmente.

Presidente: Faça favor de continuar, Sra. Secretária.

A Oradora: Existem várias soluções, umas mais dispendiosas do que outras; umas que podem comprometer o futuro e ampliação do porto; e outra que pode ser faseada.

Cabe-me a mim ouvir todos os utentes do porto, nomeadamente os pescadores, as atividades marítimo-turísticas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já não ouviram?

A Oradora: Como?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já não ouviram?

A Oradora: Ouvi, mas...

Deputado João Costa (PSD): Mas não escutou!

A Oradora: ... não foi apresentado projeto e acho que o projeto tem de ser apresentado, discutido, e só após desse momento, decidido em termos de custo/benefício para a ilha.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária.

Vamos continuar.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Isto que se está a passar aqui neste parlamento é absolutamente inacreditável.

Deputado José Lima (PS): Foram marcianos que chegaram agora aqui!

Deputado Berto Messias (PS): Relativamente às suas intervenções é!

O Orador: É absolutamente inacreditável!

Isto sinceramente parece o parlamento do Botswana. Vejam bem!

Oh meus senhores!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: A atitude do Partido Socialista e do Governo Regional é absolutamente inqualificável e também me dirijo ao Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Este projeto de resolução é um projeto político. Não avança com nenhuma medida técnica.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Nem sequer falei na resolução!

O Orador: Condeno já que tenha sido só veiculado aos Deputados do Partido Socialista e não aos restantes membros deste parlamento, porque o que eu percebo do nosso Estatuto Político Administrativo é que fazer parte do parlamento nos dá direitos iguais a todos e não apenas aos deputados do Partido Socialista.

Deputado José Rego (PS): Não foi isso que foi dito!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Está a faltar à verdade! Não foi isso que eu disse, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, se foi cortado a alguns deputados e não foi a outros, logo aí isto é uma péssima prática.

Deputado José Rego (PS): O senhor está errado!

O Orador: Em segundo lugar, parece que o estudo afinal tem várias alternativas para a ampliação, todas elas apontam no sentido da ampliação (foi o

que a Sra. Secretária da Economia disse) e o que é que o projeto de resolução diz?

Vou voltar a ler.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Leia, leia!

O Orador: “Modernize e diversifique as valências do Porto da Casa na ilha do Corvo.”

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Tão simples quanto isso!

O Orador: Há aqui uma opção política: é que este parlamento recomende ao Governo Regional que concretize esta obra.

Os senhores dizem: “Nós temos um estudo que vai de acordo com isto [portanto, vai de facto ampliar], mas nós vamos chumbar a vossa proposta e vamos chumbar a vossa proposta porque...”

Deputado João Costa (PSD): Não é nossa!

O Orador: ... queremos falar com a população.

Vamos chumbar uma proposta no parlamento dos Açores porque temos que ir fazer o quê? Temos que ir conversar com *a*, com *b* e *c* e depois então, Srs. Deputados, nós voltamos ao parlamento dos Açores para votar esta proposta.”

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Meus senhores, é uma noção total de ridículo, é uma prática absolutamente lamentável. Os senhores expliquem-me por que é que vão chumbar uma proposta que afinal até o estudo diz: “Sim, sim, queremos ampliar. Há várias, há 3 ou 4 soluções técnicas, mas todas elas apontam no sentido do que o senhor politicamente está a querer recomendar neste projeto de resolução.”

É isto que é o absurdo total e a vossa posição é (tenho que vos dizer isto) absolutamente incompreensível e de uma infantilidade tremenda.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ao que fizeram chegar o parlamento! Isto é o grau menos zero que podia chegar o parlamento!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Está no uso da palavra, ou vai estar, o Sr. Deputado Artur Lima.

Pode começar.

O Orador: Irei estar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Efetivamente dizer que o que se está a passar aqui é verdadeiramente surrealista. É absolutamente surrealista o que se está aqui a passar, porque há um estudo pronto, pelos vistos há muito tempo, não é de agora.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade!

O Orador: Aliás, o Sr. Deputado do Corvo acabou de dizer que o estudo estava já pronto, feito e que irá ser entregue e a Sra. Secretária também o confirmou.

Obviamente, o estudo já está feito.

Qual é o vosso problema em partilharem com o parlamento dos Açores as linhas orientadoras desse estudo? Não percebo!

Os senhores, pura e simplesmente, vão chumbar o projeto de resolução do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Berto Messias (PS): Mas algum dos senhores perguntou?

O Orador: Já sei para que serve o estudo. Serve da mesma maneira que o estudo que os senhores fizeram para o cais de cruzeiros de Angra: propaganda eleitoral.

Deputado Berto Messias (PS): Propaganda eleitoral é a proposta do PPM! Propaganda e oportunismo!

O Orador: É exatamente o mesmo fim. Propaganda!

Aliás, se quisermos ser mais rigorosos...

Ah! A do PPM é que é oportunista?!

Deputado José Rego (PS): Ah, é!

O Orador: A do PPM é que é oportunista?!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, o Sr. Deputado Paulo Estêvão referiu aqui, referenciou o ano de 2009.

Que eu saiba, são 3 anos.

Devo lembrar que na altura, quando foi a primeira ampliação do porto, já havia um estudo. Foi feito um estudo para ampliar aquele porto, em quantos metros, como é que haveria de ser, a orientação do molhe... Portanto, se já há um estudo...

Deputado José Rego (PS): Há época!

O Orador: Há época.

Não sei se o Corvo mudou de latitude, acho que está na mesma.

Deputado José Lima (PS): Caiu um bocadinho para sul!

O Orador: Não sei se houve alguma movimentação de massas ali. Está na mesma. O porto está na mesma, a mesma orientação...

Deputado José Rego (PS): E mais uns calhaus lá!

O Orador: ... mais uns calhaus novos que os senhores lá puseram. Pronto!

Agora, se os senhores querem chumbar, digam frontalmente.

“Nós vamos chumbar o projeto do PPM, porque, pura e simplesmente, não o queremos”.

Deputado Berto Messias (PS): Não dissemos. Não temos a pretensão, já dissemos!

O Orador: Ouça!

Não! Os senhores têm que dizer é o seguinte: “Queremos chumbar o projeto do PPM, porque, pura e simplesmente, nos apetece chumbá-lo. Não temos nenhuma razão objetiva para o chumbar, mas não queremos aprová-lo.” Ponto. Estão no seu direito.

Os senhores chumbam, a maioria dá-vos esse poder. Agora, não podem é vir dizer, falar de acessibilidades e de melhoria de acessibilidades e etc., etc., que é o que propõe o projeto de resolução, que não impõe nada e os senhores apenas têm de dizer: “Sr. Deputado Paulo Estêvão, nós não queremos aprovar o seu projeto de resolução, porque entendemos que a maioria democrática que o povo nos deu, nos dá a força suficiente de votos para dizer nós chumbamos.” Ponto final, parágrafo.

É o que se está a passar aqui, hoje.

Deputado João Costa (PSD): E a seguir protestam!

O Orador: Quanto ao resto, acho que é bom para os corvinos, é bom para os Açores, ...

Deputado Clélio Meneses (PS): Não é bom para o Partido Socialista!

O Orador: ... é bom para a economia dos Açores (como disse o Sr. Deputado Lizuarte Machado), portanto, não vejo sinceramente...

Porque eu já vi outra coisa aqui bem mais desagradável ou desagradável ao mesmo ponto, que foi a questão do ensino secundário na ilha do Corvo.

Deputado Rui Ramos (PSD): Exatamente!

O Orador: Em que os senhores chumbaram um projeto de resolução do PPM e a seguir implementaram ou vão implementar o ensino secundário na ilha do Corvo.

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Não posso deixar de considerar, aliás, como qualquer pessoa de bom senso deixa de considerar, que isso é puro eleitoralismo.

Portanto, aos senhores interessa-vos eleitoralismo puro.

Ao Partido Socialista ainda é admissível, ao Grupo Parlamentar.

Ao Governo Regional vejo como mais difícil ter esse comportamento e essa postura.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na primeira intervenção que fiz e não estava a pensar voltar ao debate, coloquei uma questão que tem a ver com o seguinte e não fui depois, nas intervenções quer do Grupo Parlamentar, quer da Sra. Secretária Regional da Economia, esclarecido.

Mas agora faria a pergunta claramente, quer ao Governo, quer à bancada do Partido Socialista: em que é que esta proposta de resolução contradiz o estudo existente ou que está a ser concluído, ou em que é que este projeto de resolução influencia uma decisão?

Isso não foi respondido.

Não vou tecer comentários, aliás, já foram aqui tecidos sobre a forma como este debate está a decorrer, embora acabei por me lembrar de um episódio que houve aqui a propósito de um projeto de resolução do PCP, em que o Deputado Paulo Estêvão dizia: “Oh Sr. Deputado, não pode propor, porque não está no programa do Partido Socialista, mas se estivesse também não poderia propor, porque era do Partido Socialista.”

Portanto, penso que se resume aqui um bocado a esta questão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É a mesma lógica!

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Não posso, entretanto, deixar de fazer um comentário à intervenção do Deputado Jorge Macedo, uma vez que me parece que todos os momentos estão a ser aproveitados para tentar transportar a campanha eleitoral para a câmara e dizer o seguinte.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não falámos uma única vez na Dra. Berta Cabral.

O Orador: O que é que terá sido que a Dra. Berta Cabral ainda não prometeu, se ela está a prometer o paraíso para lá de outubro?

Deputado José San-Bento (PS): É o total desespero!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu não sei se ela já foi ao Corvo!

Presidente: Sr. Deputado Lizuarte Machado, tem a palavra.

Deputado João Costa (PSD): Já o Sr. Deputado promete o inferno!

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Da parte da Secretaria da Economia este projeto seguiu com toda a clareza e com toda a transparência. Se não vejamos.

O relatório da Comissão de Economia de 8 de fevereiro de 2012, reportando-se a uma audição de 5 de dezembro de 2011 ao responsável por esta matéria no Governo, o Sr. Secretário da Economia, disse que o Governo esclareceu com a comissão referindo que “o organismo responsável pelo estudo e a Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos, estando prevista a sua conclusão

para o final do 1.º semestre do próximo ano”, ou seja, para o final do 1.º semestre deste ano.

Portanto, estamos dentro dos limites. O estudo será apresentado dentro dos limites que foram entendidos, que foram devidamente explicados e devidamente enquadrados.

Deputado João Costa (PSD): Mais ou menos campanha eleitoral!

O Orador: Depois, dando sequência a isso, a 13 de julho de 2011, em comunicado do Conselho do Governo, está o mandar elaborar o estudo, ...

Deputado João Costa (PSD): Vai ser apresentado pelo deputado!

O Orador: ... mas não está só o mandar elaborar o estudo. Também está outra questão que vem em parte (e espero bem que venha) dar resposta a uma questão colocada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, que é a questão dos custos dos transportes entre as duas ilhas que é, também para além do estudo, relativamente ao porto, mandar proceder ao lançamento de um concurso público destinado à ligação entre as duas ilhas, que me parece que o que tem faltado é alguma concorrência naquela ligação. Penso que é fundamental que isso aconteça.

Portanto, desse ponto de vista o processo seguiu com toda a coerência.

O que se passou antes disso e o chumbo de algumas propostas do Sr. Deputado Paulo Estêvão obviamente tem a ver com decisões de quem governa e com definição de prioridades. O senhor nunca vai ter esse problema, mas quem governa tem esse problema,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ... tem que decidir e tem que tomar prioridades e, portanto, não há nada a fazer relativamente a isso.

Quanto ao parecer que os deputados do PS têm conhecimento do estudo. Não é verdade!

Eu fui muito claro na minha primeira intervenção. Eu disse que não conheço o estudo, apenas conheço a parte em que foi pedida a minha colaboração.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado disse que conhece algumas partes.

O Orador: Julgo que fui claro na minha primeira intervenção, relativamente a isso.

Os deputados do PS não conhecem o estudo. Não têm que o conhecer antes dos outros deputados, como é evidente e, portanto, eu apenas conheço a parte em que foi pedida a minha colaboração, porque fui eu que a fiz e, portanto, é natural que a conheça e que a remeti por mail.

Portanto, o senhor está a faltar à verdade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não estou, não!

O Orador: Eu disse que não conheço o estudo, apenas conheço a parte que diz respeito àquilo que me foi solicitado em termos da minha colaboração.

Desculpe, mas faltar à verdade é coisa que eu não faço. Eu disse rigorosamente isto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado disse que conhece algumas partes. Foi exatamente isso que disse!

Deputado José Rego (PS): Não, não!

O Orador: Quanto à outra questão colocada pelo Sr. Deputado Artur Lima de que já havia um estudo quando foi feito, é verdade que já havia um estudo. É verdade. Desse estudo a única coisa que é possível aproveitar para este novo estudo é o levantamento batimétrico. Não é possível aproveitar mais nada.

Do ponto de vista técnico desse estudo é possível aproveitar para este novo estudo o levantamento batimétrico. Isso era um trabalho que estava feito, foi feito nessa altura e esse trabalho, como o senhor disse, não mudou de latitude e as quotas, o nível da água do mar também não mudaram. Portanto, diz-se que vai mudar ao longo do século, mas não vai ser ao longo de 2 ou 3 anos e, portanto, essa parte é uma parte que é aproveitável e onde já se poupa algum dinheiro. Essa parte é, efetivamente, aproveitada.

Quanto ao Sr. Deputado Jorge Macedo afirmar que quem não quer fazer as coisas, manda fazer estudos, mas então há algum governante responsável que manda ampliar um porto ou manda reordenar um porto sem fazer um estudo, sem o discutir convenientemente, atirando dinheiro borda fora de qualquer maneira?

É evidente que não!

Esse estudo tem que ser feito...

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor há de ir à Vila das Velas fazer essa pergunta!

O Orador: ... e está feito, como a Sra. Secretária já confirmou. Está feito dentro dos prazos que foram assumidos pela Secretaria da Economia e pelo Governo e vai ser apresentado.

Quanto à discussão daquilo que o PSD tem trazido para os transportes, trazido à discussão na agenda política relativamente aos transportes, eu não me vou pronunciar sobre isso Sr. Deputado, porque sinceramente desde miúdo sempre fui avesso a filmes de terror.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O estudo prevê a ampliação!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Fiz uma pergunta direta e a Sra. Secretária Regional da Economia respondeu diretamente. Agradeço.

Existe um estudo, está feito, vai ser divulgado no dia 25 (penso?)...

Secretária Regional da Economia (Luísa Schanderl): 21.

A Oradora: 21.

...deste mês. Muito bem.

Agora, duas questões sobre esse aspeto.

Primeiro, eu também assumo que entendi erradamente, porque faço fé naquilo que o Sr. Deputado Lizuarte Machado está a dizer, pareceu-me ouvir dizer que na realidade conhecia algumas partes do estudo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi isso que disse!

A Oradora: Sendo esse o caso, mas aceito que o tenha entendido mal, é evidente que neste momento só poderia fazer uma coisa, que era solicitar à Sra. Secretária Regional da Economia que disponibilizasse o estudo a todos os deputados e deputadas desta casa, independentemente de ele estar apresentado publicamente ou não.

Não sendo esse o caso, não o vou solicitar e esperarei bonitinha, sentadinha, pelo dia 21 deste mês para conhecer o estudo.

Deputado José Rego (PS): Mas no Corvo! Tem que ir lá!

A Oradora: Mas ainda quanto ao estudo há uma coisa que não posso deixar de dizer. Se o Partido Socialista dissesse assim: “Nós não podemos aprovar o projeto de resolução do PPM, porque ainda não temos as conclusões do estudo e não sabemos se é ampliar, se não é ampliar, se é acrescentar, se é cortar, o que é que é. Portanto, aprovar o projeto de resolução do PPM com a recomendação textual que ele tem seria contraditório ou poderia vir a ser contraditório com os resultados do estudo.”

Eu e o meu Grupo Parlamentar compreenderíamos isso. Mas, Sras. e Srs. Deputados, o que acontece é exatamente o contrário.

Existe um projeto de resolução que diz, que “recomenda ao Governo a ampliação, modernização e diversificação das valências do Porto da Casa, no Corvo,” que é exatamente aquilo que tanto quanto entendi, o estudo, ou uma das alternativas do estudo (talvez a mais viável do ponto de vista técnico e até económico, se bem entendi as palavras da Sra. Secretária) vai ao encontro da recomendação deste projeto de resolução. É isto que é ridículo, Sras. e Srs. Deputados, e eu não posso deixar de vos dizer isto.

Se recomendasse uma coisa ao contrário, ou o estudo ainda não existisse, compreenderia, com esforço, o chumbo do Partido Socialista; agora, o estudo já existe, é conhecido pelo menos por quem neste momento deverá conhecê-lo, não é contraditório com aquilo que é recomendado e que foi entregue nesta casa há um ano atrás, mais uma vez: o Partido Socialista vai reprovar?

Sras. e Srs. Deputados, peço imensa desculpa mas isto não é tática política, isto é o ridículo mais profundo que pode existir em termos de lógica. Façam-me o favor de compreender e aceitar isto.

Isto já não tem nada a ver com estudo, com a recomendação, com o projeto de resolução, tem a ver como é que se trabalha nesta casa.

Um projeto de resolução recomenda ao Governo que faça o que afinal o Governo está a fazer e vai ao encontro daquilo que é recomendado e os senhores chumbam?

Quer dizer, ninguém entende. Eu, pelo menos, e o meu Grupo Parlamentar, não entendemos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado José Cascalho (BE): É muito estranho!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tinha pedido a palavra na sequência de uma intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão para fazer um protesto, mas depois em nome de manter o debate neste tom tranquilo que se tem tentado privilegiar, achei que podia transformar esse protesto numa intervenção dita corrente e fi-lo porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão, logo a seguir à primeira intervenção do Governo no debate, classificava esta Assembleia, ou dizia que isto ainda não era o Botswana e que, presumo eu, porque achou que a intervenção do Governo no debate teria criado a ideia de que isto seria o Botswana.

Sr. Deputado, foi feita uma pergunta ao Governo, foi dada uma resposta pelo Governo. Nada de mais normal no funcionamento desta Assembleia.

Depois, este debate já serviu para dizer do Governo tudo e o seu contrário. Já serviu para tudo.

O Sr. Deputado já disse primeiro que não havia estudo; depois que havia, mas que estava atrasado;...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem é que disse que não havia estudo?

O Orador: Presumia que não havia estudo.

... depois disse que o Governo não queria era fazer o porto, mas que queria assumir a paternidade da obra, a tal que não iria fazer; depois disse que não interessava para nada a paternidade, o que interessava eram os interesses e as legítimas aspirações dos corvinos e que, portanto, para que é que interessaria

saber de quem era a paternidade; mas logo a seguir diz que o que se vai passar aqui é a mesma coisa que já se passou sobre o ensino secundário,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: ... “porque o que os senhores querem é assumir a paternidade das minhas ideias,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não disse isso! Está a faltar à verdade!

O Orador: ...eu, Deputado do PPM”.

Isto tanto serve para uma coisa, como serve para a outra.

Cada vez que o Sr. Deputado se levanta diz uma coisa diferente do que disse na intervenção anterior.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não lhe admito isso! Está a faltar à verdade!

O Orador: O que interessa (presumo que percebi pela maneira como o debate decorreu) é que, se o Sr. Deputado Paulo Estêvão fosse poder, provavelmente bastar-lhe-ia a sua vontade, este seu ímpeto, que nós reconhecemos e que é até salutar em alguma medida, um lápis, uma caneta, um papel e o *Google Maps* e o senhor fazia o Porto da casa, mas este Governo não atua dessa forma, Sr. Deputado.

Deputado José Rego (PS): Muito bem!

O Orador: Este Governo atua de uma forma ponderada, procurando fundamentar-se tecnicamente, procurando fazer a melhor opção e faz uma coisa que não é nada típica do Botswana, Sr. Deputado, que é quando tem uma solução ou um conjunto de soluções para apresentar aos corvinos, ou aos açorianos, seja em que ilha for, procura que essas soluções se adequem aos interesses e às especificidades de cada grupo de utilizadores daquela infraestrutura.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Isso tem alguma coisa de fantástico pretender que os utilizadores, profissionais do Porto da Casa possam pronunciar-se sobre hipóteses de resolução do problema?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Em que é que isso inviabiliza o projeto de resolução? O que é que isso tem a ver?

Deputado José Lima (PS): Tem muito!

O Orador: Não tem, Sr. Deputado.

Por isso, é que nós fizemos um estudo.

Há aqui um outro elemento que é fundamental para se perceber o seu posicionamento neste debate, Sr. Deputado, que é o facto do senhor já saber qual é o calendário do estudo há muito tempo, porque o anterior titular da pasta da economia foi à comissão a propósito desta iniciativa e já tinha explicado qual era o *deadline* para a realização do estudo (e pasme-se!) nós estamos ainda dentro do prazo que na altura tinha sido avançado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas o que é que isso tem a ver?

O Orador: Portanto, o Sr. Deputado sabia perfeitamente que havia um estudo em preparação, quais eram os objetivos do estudo, qual era o cronograma do estudo, sabe que ainda estamos dentro do prazo, mas mesmo assim decidiu encenar esta manifestação...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Encenar?!

O Orador: ... por um lado suspeita e por outro lado alguma preocupação político-partidária para se fazer este debate com o tom que o senhor gostaria que ele tivesse, mas que não se justifica, do nosso ponto de vista.

Digo-lhe mais, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado, neste plenário, no agendamento de matérias para este plenário, transformou uma matéria, um diploma que diz respeito a um posto de turismo no Corvo, que já tinha baixado até à comissão, numa urgência para que ele fosse tratado neste plenário.

Poderia tê-lo feito exatamente da mesma maneira com o Porto da Casa anteriormente para que então fizesse toda essa argumentação da urgência, da importância da obra, da demora...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Oiça bem: qual é o problema? Em que é que o senhor discorda do projeto?

O Orador: ... dos problemas que estavam associados. O Sr. Deputado não fez e fê-lo agora na altura que sabe que há um estudo, na altura que sabe que está a

chegar ao fim o calendário que o Governo tinha anunciado que havia um estudo, para levantar a questão da paternidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, um protesto!

O Orador: No fundo, a única coisa que preocupa o Sr. Deputado é a paternidade da ideia, é o poder chegar aos corvinos e dizer: “A ideia foi minha e aqueles senhores maus roubaram-me a ideia.”

Estes senhores maus estão a trabalhar em nome do interesse dos corvinos, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... a preparar um estudo para que a eventual obra de ampliação seja feita de forma mais correta, para que sirva da melhor forma os interesses dos profissionais, utilizadores do Porto da Casa e isso, do nosso ponto de vista, chama-se governar bem.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Presidência fez aqui mais uma daquelas intervenções que só desprestigiam o Governo Regional dos Açores, porque inventa uma cabala, coloca (como aqui foi já muitas vezes dito) palavras que os outros não disseram, confunde intenções. Ou seja, acho que o senhor dá um péssimo secretário, mas dava um ótimo romancista.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ah! O senhor já se juntou ao clube!

O Orador: Portanto, inventou aqui um romance, quando a questão é muito simples.

Os senhores têm um estudo que aponta para várias possibilidades técnicas em relação à ampliação.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Estudo que o senhor não fez!

O Orador: Este projeto de resolução foi apresentado há um ano, mas outras iniciativas no âmbito do orçamento foram apresentadas em 2009, 2010, 2011.

Dizer que um representante, um deputado é oportunista, quando insiste numa proposta desde 2009, 2010, 2011 e apresenta aqui um projeto de resolução que tem um ano,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Então diga qual é a urgência?

O Orador: ... o Sr. Secretário Regional da Presidência não só falta à verdade, como fica demonstrada a sua má-fé em todo este processo, porque a questão fundamental é esta: qual é a parte da decisão política que é recomendada a esta Assembleia que os senhores não concordam?

Os senhores não concordam com esta recomendação: “amplie, modernize, diversifique as valências do Porto da Casa na ilha do Corvo”? Não concordam?

Ou têm um estudo que demonstre o contrário do que aqui é proposto? Não.

Dizem: “Nós vamos ter um estudo até junho.”

“Até” não quer dizer que esteja até ao final do mês de junho. Já está pronto.

Esse estudo diz o quê?

Diz que é possível ampliar o Porto da Casa, que têm várias soluções técnicas.

Este projeto de resolução não escolhe nenhuma delas. Portanto, os senhores chumbam esta proposta porquê?

Já está o estudo feito. Se já está o estudo feito e um estudo que viabiliza a decisão política que aqui é proposta, os senhores expliquem-me porque é que chumbam este projeto de resolução?

Portanto, o que o Sr. Secretário da Presidência aqui fez foi tentar criar uma historieta.

“Bom, vamos lá ver se pega. O estudo antes, depois daquele...”

A verdade é que há uma consistência política por parte do PPM. Nós apresentámos esta proposta ao longo de toda a legislatura. Os senhores dispuseram-se para fazer um estudo no dia 14 de julho de 2011. A proposta

do PPM entrou no dia 10 de junho de 2011. Os senhores têm esse estudo que fundamenta a decisão política.

Que razão vos leva a chumbar uma proposta que propõe exatamente aquilo que o estudo viabiliza?

Qual é a razão?

Tenho direito a demonstrar uma compreensão total perante a vossa atitude e é esta a questão que eu tenho vindo aqui a referenciar e a insistir, porque, como disse, eu não tenho nenhuma paternidade.

Agora, também não tenho nenhuma paternidade em relação a ser parvo, portanto, os senhores não esperem que os senhores tomem este tipo de atitude e que depois os agentes políticos que estão a propor uma determinada proposta fiquem calados e que não demonstrem que a vossa posição é absolutamente incompreensível, que não é racional, que não é política e institucionalmente uma posição sustentável. Não é sustentável, porque os senhores não apresentam um único argumento.

Se os senhores me dissessem: “Os estudos apontam para uma decisão política. Sr. Deputado, nós temos estudos que demonstram que isto não pode ser feito, ou nós não queremos fazer, ou não queremos tomar essa decisão política.”

Não! A única coisa que os senhores aqui nos disseram...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Tomaremos esta decisão com os corvinos.

O Orador: ... é: “Queremos chumbar esta proposta.”

Porquê?

“Porque queremos chumbar.”

Deputado Berto Messias (*PS*): Não, não!

O Orador: Estamos à espera do estudo? Não.

O estudo decide alguma coisa diferente? Também não.

Deputado José Rego (*PS*): Não sabe! Espere pelo estudo!

O Orador: Então porque é que chumbam esta proposta?

Chumbam esta proposta porque esta é uma proposta do PPM e os senhores querem chumbar e querem daqui a uns tempos vir dizer: “Nós propusemos”.

Como fizeram em relação ao ensino secundário, chumbaram a proposta e um ano depois – deve ter sido com estudos muito fundamentados – o Sr. Secretário da Presidência foi à ilha do Corvo...

Deputado João Costa (PS): Os chamados estudos eleitorais!

O Orador: ... e ali, meia hora depois, decide tomar aquela decisão: o que é que se modificou para o Governo, que o senhor integrava, ter dito que não, que não queria, e um ano depois o senhor já está de acordo? Qual foi a mudança de atitude?

Ora, Srs. Deputados, para já, em relação a esta intervenção, vou terminar e dizer-vos o seguinte.

Este tipo de práticas têm que ser condenadas, porque isto não é a sério.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso digo eu das suas!

O Orador: É evidente que qualquer deputado que apresenta um projeto de resolução e que verifica que não existe nenhuma consistência para a vossa posição, nenhuma consistência política, nenhuma consistência técnica, tem de demonstrar o seu direito à indignação e é o que eu estou aqui a demonstrar, porque isto é incompreensível. Apresentem-me uma razão, uma razão racional, pelo amor de Deus.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mais! Até mais!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não considero ainda que a questão que coloquei tenha sido respondida...

Deputado José Lima (PS): Faça um desenho!

O Orador: Agradecia, porque às vezes tenho algumas dificuldades de compreensão.

O que é incompreensível é de facto esta atitude do Partido Socialista e do Governo Regional.

Aliás, Sr. Secretário Regional da Presidência, até posso considerar que no caso que estamos a discutir e que tem a ver com a questão do Porto da Casa o Governo está a governar bem. Até posso concordar com isso.

Sim senhor o estudo, tudo bem! Até posso considerar e considero. Certamente não se podem fazer as coisas principalmente conhecendo aquela realidade e sabendo as dificuldades da complexidade da obra.

Não é isso que está em questão, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É, é!

O Orador: Não, não. Não é isso que está em questão, Sr. Secretário. O que está em questão é uma outra coisa.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É sim!

O Orador: Julgo que há unanimidade nesta câmara, designadamente no que diz respeito à bancada do Partido Socialista, relativamente à necessidade de ampliar, requalificar e abrir mais valências ao Porto da Casa. Há essa unanimidade.

Mais!

Da discussão e da informação que já aqui foi fornecida, o estudo aponta exatamente para isso.

Agora, a pergunta é esta que ainda não foi respondida: em que é que o projeto de resolução, a recomendação do PPM fere a boa governança, relativamente à questão do Porto da Casa?

É isso que V. Exas. ainda não explicaram. Isso só pode ser entendido da forma como já aqui foi colocada quer pelo Deputado Paulo Estêvão, quer por outras bancadas. É que V. Exas. estão a fazer isto apenas para retirarem, não é dividendos político-eleitorais, quando me parece que nesta altura teriam então mais a ganhar aprovando a proposta de resolução do PPM.

Não tenho dúvidas absolutamente nenhuma acerca disso, mas V. Exas. é que avaliam isso e isso compete a vocês.

Na minha perspetiva, julgo que teriam então mais a ganhar política e eleitoralmente se tivessem aprovado ou se fossem aprovar a proposta do Deputado Paulo Estêvão, porque de facto ela é compaginável com a boa governança, com as decisões que o Governo tem tomado relativamente a esta questão.

Portanto, ela é compaginável. O que não se percebe e por muito esforço que tenha sido feito quer pelo Deputado do Partido Socialista eleito pelo povo, quer pelo Deputado Lizuarte, quer pelo Sr. Secretário Regional da Presidência, a verdade é que ninguém aqui ainda percebeu, ou melhor, se calhar já todos percebemos, em que é que se sustenta a posição do Partido Socialista e, enfim, quer os jornalistas, quer eventualmente algum açoriano ou açoriana que nos esteja a ver em vez de estar a ver o jogo da seleção, tenha percebido. Ninguém percebeu a vossa posição, porque isto é perfeitamente compaginável. Aquilo que o PPM está a recomendar não é mais do aquilo que vai ser feito.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E dura, e dura!

O Orador: Sou um lutador.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ah, é um lutador! Quer à força ter razão e leva a tarde toda a dizer a mesma coisa!

O Orador: Exatamente.

A questão é a seguinte.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não tenho pressa nenhuma.

O Orador: Sei que este debate tem sido um tormento para V. Exas. Estão aqui com uma posição insustentável...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Só porque o senhor já falou 4 vezes!

O Orador: ... perante todas as outras bancadas.

Portanto, o Sr. Secretário da Presidência ficou assustado porque vou falar outra vez.

Vou falar agora, vou falar amanhã, depois, enquanto esta posição, enquanto esta medida...

Deputado José Rego (PS): Até que a voz lhe doa!

O Orador: ... não for aplicada. E sabem porquê?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E eu gostei tanto da sua declaração política!

O Orador: Porque é justa para a ilha do Corvo, é justa para toda a população dos Açores, porque é uma medida contra o centralismo e a vossa posição política tem que ser denunciada, porque o vosso chumbo desta proposta não tem nenhuma sustentação técnica, porque os vossos estudos apontam na conclusão deste projeto de resolução.

Quais são os vossos argumentos para chumbar esta proposta? Quais são?

Os senhores acham que vou desistir de vos perguntar isto. Vou perguntar-vos constantemente e vou fazer aquilo para o qual estou mandatado pelo povo dos Açores, que é defender as ideias e os projetos que considero justos para o desenvolvimento económico da Região Autónoma dos Açores e para servir os interesses do povo dos Açores, neste caso particular, para servir também...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ... aquelas que são as justas aspirações das populações da ilha do Corvo.

Entretanto, como terminou o meu tempo, o vosso suplício em relação a esta questão está terminado, porque não tenho mais tempo regimental, portanto, só me calo porque o Regimento me obriga a este posicionamento...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mas ainda não se calou!

O Orador: ... mas fica aqui este registo e termino, Sr. Presidente, que é absolutamente incompreensível, irracional e só vos desprestigia esta partidarite aguda e esta forma de fazer política que não é uma forma institucional e digo-vos que a nova geração, os jovens turcos do Partido Socialista que aí vêm, não estão preparados para governar os Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma última declaração...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Para dizer o que a Dra. Berta Cabral vai fazer.

O Orador: ... porque o PSD ainda não entendeu...

Deputado Francisco César (*PS*): Já vens tarde!

O Orador: ... porque razão o Partido Socialista teima nas mesmas práticas dos últimos anos.

A norma é chumbarem tudo o que surge das oposições. Raras são as exceções.

Deputado Francisco César (*PS*): Mentira!

Deputado José Lima (*PS*): Seja sério!

Deputada Catarina Frutado (*PS*): Ainda agora acabámos de aprovar um projeto da oposição!

O Orador: Exceções que confirmam a regra. A norma é chumbarem aquilo que vem das oposições.

Ainda neste debate foi referido o ridículo que o Partido Socialista passou com o ensino secundário na ilha do Corvo, ainda neste debate isso foi referido. Chumbaram aquilo que (falando da mesma ilha, a ilha do Corvo) uma das oposições aqui apresentou.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É lamentável!

O Orador: Depois fazem a técnica de meterem no temporizador. Deixam passar de modo a que os açorianos, ou alguns açorianos se esqueçam. A seguir voltam a embrulhar bem embrulhadinho num papel cor-de-rosa e metem um lacinho.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Cor-de-rosa, desbotado!

O Orador: Só que, Srs. Deputados do Partido Socialista, os açorianos já vos tiraram as medidas, já perceberam que V. Exas. gostam muito de correr atrás do prejuízo. Se existe uma boa ideia das oposições, essa ideia não pode ser das oposições, essa ideia tem que ser do Partido Socialista. Então, vai para dentro do temporizador até que nós possamos (Partido Socialista) “reembrulhá-la” e servi-la aos açorianos como sendo suas.

Isso é plágio!

São muitos os casos, não vou agora aqui referi-los...

Deputado Berto Messias (PS): Mas pode referir! Vamos a isso!

O Orador: ... porque estaria a desviar-me do debate.

Sr. Deputado Lizuarte Machado, estudos evidentemente que sim. Todos aqueles que estão dentro desta casa, uns mais sensibilizados para isso do que outros, naturalmente sabem que não se fazem infraestruturas portuárias ou aeroportuárias sem estudos, sem projetos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas o senhor disse que se podia fazer!

O Orador: Naturalmente que sim.

Mas, Sr. Deputado Lizuarte Machado, novamente a correr atrás do prejuízo, porque, como sabe, a proposta e o projeto de resolução do PPM que foi apresentado no ano de 2011 levou a que quer o Partido Socialista e o Governo encomendassem um estudo.

Pois, isso foi em 2011, mas esse Governo já governou em 2010, mas também já governou em 2009, mas também já governou em 2008, ...

Deputado Francisco César (PS): E os senhores estiveram em 1996, 1995, 1994...

O Orador: ... ou seja, correm atrás do prejuízo. Os senhores tentam fazer esquecer que governam há 16 anos,...

Deputado Francisco César (PS): E com orgulho!

O Orador: ... mas governam há 16 anos e tudo aquilo que fazem à pressa e à última da hora mais não é do que tentar ludibriar, iludir os açorianos.

Estamos a 4 meses das eleições e V. Exas. vêm falar de um estudo e a Sra. Secretária diz que ainda lhe falta falar com os interessados do porto que o estudo versa.

Antes da Sra. Secretária estava lá o Sr. Ex-Secretário Vasco Cordeiro e também podia ter falado com as pessoas.

Deputado Francisco César (PS): O senhor tinha de meter Vasco Cordeiro na sua conversa!

O Orador: Mas pronto, vamos todos empurrando alegremente...

Deputado Francisco César (PS): Isto é guerrilha eleitoral! Os senhores não estão preocupados com os corvinos nem com o Porto da Casa! Guerrilha eleitoral, é isso que fazem!

O Orador: ... com a barriga para a frente, porque é claramente verdade que V. Exas. não querem fazer aquela infraestrutura, ou não querem melhorar as valências daquela infraestrutura.

Não podia deixar passar a referência aos filmes de terror que V. Exa., o Sr. Deputado Lizuarte Machado, referiu, mas filmes de terror são mais ou menos aqueles que os açorianos vão encontrando, vão vendo numa Região bem próxima dos açorianos e sabe qual é o elenco desse filme de terror?

O elenco desse filme de terror são duas bancadas bem próximas de nós.

Obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio não haver mais inscrições. Vamos passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O projeto de resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor o CDS/PP, 2 votos a favor o Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo habitual. São exatamente cinco e meia, retomamos às seis horas.

Até já.

(Eram 17 horas e 30 minutos)

(Após o intervalo, o Deputado António Pedro Costa foi substituído na Mesa pelo Deputado Mark Marques)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeçia que reocupassem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos, continuando com a agenda.

(Eram 18 horas e 06 minutos)

Vamos passar para o **Projeto de Resolução n.º 7/2012 – “Fundo de Reestruturação Empresarial dos Açores (FREA)”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Dou a palavra ao Sr. Deputado António Marinho para a apresentação do diploma.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD desde há muito que vem apresentando e demonstrando a sua preocupação relativamente à situação económica que se vive hoje em dia na Região.

É uma situação que de alguma forma se deve ao facto dos Açores não serem imunes à conjuntura internacional, designadamente aquela que se vive desde 2008, imunidade que chegou a ser então sugerida em pleno período de campanha eleitoral por parte do Partido Socialista, designadamente por parte do Sr. Presidente do Governo, mas não é só essa razão que leva à situação que se vive atualmente.

Naturalmente que há opções por parte deste Governo que também explicam e que também são razão para os males que se vivem hoje em dia. Um Governo que, naturalmente, nem sempre se mostrou tão generoso quanto aquilo que seria necessário na afetação dos recursos financeiros públicos que teve à sua disposição e, portanto, na afetação designadamente ao tecido empresarial.

Efetivamente a economia foi deixada para trás em muitos momentos; foi secada a capacidade de crédito do setor bancário e tivemos inclusivamente um Governo que, sempre que pode, se substituiu às empresas e muitas vezes até com elas concorreu.

Mas independentemente das causas, o que temos que ter bem vivo nas nossas cabeças é que a realidade a que assistimos hoje é demasiado preocupante para que a possamos minimizar ou fazer por esquecer. As insolvências surgem, surgem no dia-a-dia, e designadamente a variável do desemprego tem vindo a ter incrementos muito substanciais que naturalmente devem preocupar, designadamente a classe política.

Nunca os Açores tiveram as taxas de desemprego elevadas que se vivem hoje em dia e por isso há necessidade de criar soluções para resolver esse problema.

Esta preocupação que deve estar presente em nós todos é uma preocupação que naturalmente não é suscetível de aguentar até outubro. Estamos num período eleitoral, mas há um conjunto de entidades, há um conjunto de empresas e, conseqüentemente, ao nível das famílias, há um conjunto de conseqüências muito graves que obrigam a uma intervenção imediata. Portanto, não pode esperar por aquilo que vai acontecer no próximo mês de outubro.

Há situações, efetivamente, dramáticas e as empresas e as famílias com as dificuldades que vivem hoje em dia não podem efetivamente esperar por um novo governo. Há que tomar medidas e medidas de emergência, foi isso, para atacar essa situação grave, que levou o PSD a apresentar este projeto de resolução relativamente à criação de um Fundo de Restruturação Empresarial dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Os lobbies!*

O Orador: Infelizmente apresentámos em fevereiro passado, no dia 6 de fevereiro passado, com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão. Perdemos alguns meses porque efetivamente a urgência não foi aprovada. Mas é a situação que temos e é essa com que temos de nos confrontar.

Quem ainda vai assumir responsabilidades governativas nos próximos meses, nos próximos 4, 5 meses, não pode deixar...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O CDS!

Deputada Zuraida Soares (BE): Já toda a gente sabe que estamos em campanha!

Deputada Nélia Amaral (PS): Presunção e água benta...

O Orador: Não. Estou a dizer nos próximos 4, 5 meses.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

O Orador: ... de pensar em encontrar soluções, designadamente aquelas soluções melhor acolhidas por parte do setor empresarial.

É necessário dar uma lufada de ar fresco no universo empresarial e é este Governo que tem de procurar soluções, porque efetivamente é ao universo empresarial que cabe o papel de atenuador, digamos assim, do crescimento desenfreado que tem conhecido a variável do desemprego na Região.

Não é ao Governo, é a este setor empresarial e por isso é para ele que devem ser dirigidas as medidas.

É necessário reforçar a liquidez da economia açoriana e é por isso necessário conceber, criar um programa que apoie empresas que sendo saudáveis do ponto de vista económico, tendo capacidade de regeneração em termos económicos, estejam a passar por uma situação financeira de alguma gravidade, como acontece com grande parte das empresas açorianas.

É urgente, portanto, reanimar a economia dos Açores e travar o processo de crescimento desenfreado do desemprego a que temos vindo a assistir.

Sabe-se que as empresas dos Açores têm hoje dificuldades de tesouraria muito significativas e há uma dificuldade substancial no acesso ao crédito bancário. É importante que empresas que manifestamente demonstrem ou que comprovem que têm, em termos económicos, viabilidade assegurada, não fiquem dependuradas porque, do ponto de vista financeiro, não têm capacidades de financiar e desenvolver a sua atividade da forma que seria desejada.

É urgente, portanto, que uma iniciativa (esta ou uma semelhante) seja empreendida desde já e que não aguarde pelo mês de outubro.

O PSD estudou diversos exemplos.

Deputado José San-Bento (PS): É para isso que tem um gabinete de estudos!

O Orador: Estudou exemplos a nível nacional, estudou exemplos a nível internacional em que existem novas dinâmicas no apoio às empresas, abordagens diferentes daquelas que tradicionalmente têm sido utilizadas e,

designadamente, com amplitudes que comportam a utilização de fundos comunitários para combater a situação de crise que está a viver.

Deputado José San-Bento (PS): Já sabíamos! Têm um gabinete de estudo!

O Orador: O senhor já está a brincar, Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Não estou!

O Orador: Vou dizer-lhe uma coisa. Os empresários certamente vão ver como é que o senhor está a reagir e vão tirar as suas conclusões.

É necessário, no fundo, a revitalização de empresas que tenham um potencial económico a longo prazo, mas que tenham estruturas de dívida desajustadas.

É por isso que o PSD propõe a criação de um fundo que tenha por objetivo (e cito aquilo que dissemos no nosso projeto de resolução) a “recuperação de empresas que, enfrentando dificuldades financeiras, apresentem modelos de negócio sustentáveis.”

Neste momento, sabemos que a banca regional (porque se vê neste momento incapaz de exercer o seu papel ou o papel principal que tem no financiamento da economia das empresas) tem alguma dificuldade em empreender por si só situações e instrumentos desta natureza. Por isso, para permitir que a própria banca se sinta impelida a ajustar o seu funcionamento às necessidades reais das empresas só com soluções de parceria, em que naturalmente o parceiro deverá ser designadamente um ente público, o que vai obrigar à injeção de meios financeiros públicos.

Sabe-se que em termos orçamentais, nos Açores ou na República, há dificuldades orçamentais substanciais, ou seja, no financiamento deste tipo de instrumentos, recorrendo exclusivamente aos meios orçamentais, aos orçamentos públicos. Não estamos propriamente a passar pela situação mais favorável e assumível.

Por isso, existe a possibilidade de afetar fundos estruturais europeus que surjam, no fundo, como uma única forma de financiamento, uma única via de financiamento que está efetivamente disponível.

Continua em curso a reprogramação dos fundos estruturais e relativamente à reprogramação dos fundos estruturais nós sabemos, por exemplo, que no

próximo dia 21 vai haver uma reunião do Governo Regional relativamente a esta reprogramação e sabemos o que é que se tem feito a nível nacional (e depois poderemos falar um pouco mais nisto). Nesta reprogramação dos fundos estruturais é importante que se detete desde já ou que seja deixada desde já essa porta aberta para que seja permitido criar instrumentos dessa natureza com configurações que serão naturalmente ajustadas. É preciso é que o Governo empreenda, designadamente, junto do Governo da República, a promoção junto das instituições, das instâncias europeias, para capacitar regulamentar e financeiramente esta injeção dos fundos comunitários que se torna efetivamente necessário aplicar, reafectando verbas comunitárias a situações que não eram naturalmente as situações que se viviam no início deste Quadro Comunitário de Apoio. Estamos numa situação completamente diferente hoje em dia.

Por isso, o PSD propôs ou faz a recomendação neste projeto de resolução, num quadro de entendimento com a banca e com as associações de natureza empresarial, para criar um Fundo de Reestruturação Empresarial dos Açores, redirecionando para esse instrumento verbas do atual Quadro Comunitário de Apoio.

Esta parte é muito importante. De acordo com o que concretizamos no projeto de resolução, este Fundo de Reestruturação Empresarial dos Açores deve estar associado a um programa de revitalização, de reestruturação empresarial, relativamente a empresas que têm a sua atividade comprometida por desajustamento da sua estrutura de dívida, mas que possuam comprovada viabilidade económica.

Pretende que este fundo regional promova a reestruturação financeira de empresas viáveis através de operações imobiliárias e também de capital de risco orientadas, naturalmente, para processos de consolidação em termos económicos e em termos financeiros.

Poderá, eventualmente, (reforço) este fundo assumir a aquisição definitiva de ativos para revenda ou para exploração imobiliária ou ainda envolver a dinamização da atividade empresarial através de uma postura de capital de risco.

Entendemos que no momento como este que estamos a viver, mais do que a preocupação com a autoria das propostas, é necessário apresentar soluções que permitam que a sociedade açoriana se liberte do estado regressivo em que se encontra neste momento.

Estamos, por isso, e dissemos no momento da apresentação, dissemo-lo de uma forma clara, que estaríamos abertos a ajustamentos e a melhorias relativamente a este instrumento.

O que é necessário é travar o aumento galopante do desemprego, que é seguramente, no momento atual, o maior flagelo que caracteriza a situação económica e social dos Açores.

Esperamos, portanto, que esta proposta seja acolhida. Achamos que, mesmo estando em período eleitoral, ou não é por estarmos em período eleitoral, que devemos sacrificar aquilo que consideramos que seria o chumbo desta proposta, o sacrifício (digamos assim) dos interesses dos Açores.

Da nossa parte, dissemo-lo na altura aquando da apresentação da proposta, cuja urgência não foi entretanto aprovada, que viessem de onde viessem, todas as propostas que fossem apresentadas mereceriam acolhimento positivo. É isso que temos feito.

Desde aí, entendemos que este não é o momento seguramente para lutas partidárias. É um tempo de união, é um tempo de conjugação de esforços em favor dos Açores,...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: ... em favor dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, julgamos que, nestes casos em concreto, a generalidade das forças políticas representadas neste parlamento devem entender que é tempo de esquecer divergências...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ó senhor!

O Orador: ... e definir pontos de identidade comuns para ultrapassar esta verdadeira situação de emergência social que estamos a viver hoje em dia e

esperamos designadamente que não existam as tentativas como já estamos a ver por parte da primeira fila do Governo...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Eu não abri a boca!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso é o que o senhor diz!

O Orador: ... de tentar desmerecer a proposta, que pensem definitivamente em ter bom senso e que todos tenhamos bom senso para acolher propostas que são favoráveis aos Açores e aos açorianos.

Esperamos muito sinceramente que, designadamente, o Governo e o partido que o suporta não abandone os açorianos nesta hora difícil por que estão a passar.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Os problemas dos açorianos exigem uma verdadeira responsabilidade de todos os intervenientes políticos.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Da parte do PSD, como sempre, os Açores estão em primeiro lugar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Para já tenho inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para uma primeira intervenção e até porque com o debate surgiram algumas dúvidas que a Representação Parlamentar do PCP tem relativamente à eficácia desta recomendação que o PSD aqui nos traz. De qualquer forma gostaria de fazer aqui uma consideração ou duas para depois fazer um apelo para que esclareçam principalmente uma questão.

Dizer desde já que, relativamente à preocupação quanto à economia regional e às empresas regionais o PCP tem essa preocupação. Julgamos que a economia

regional necessita de ser apoiada e necessita, sobretudo, que sejam criadas condições na sociedade açoriana para que as empresas possam cumprir aquele que é o seu objeto, isto é, transacionar produtos, bens e serviços de modo a que realizem esse objeto e tenham negócio que lhes permita manter uma atividade com regularidade.

Pensamos isso e pensamos também que há soluções para que isso aconteça e temo-las vindo a apresentar neste parlamento.

Julgamos que é fundamental que os cidadãos, os trabalhadores, as famílias tenham rendimento disponível para que os níveis de consumo se mantenham e que a economia funcione, funcione de uma forma não artificial. Aliás, como penso que V. Exas. defendem, que é exatamente que a economia funcione sem artificialismos.

Mas se nós não temos nenhum tipo de preconceito (antes pelo contrário, queremos é que a economia regional seja forte, dinâmica, que as empresas passem a situação de crise que estão a atravessar), a verdade é que, enfim, por parte do PSD, quer agora na intervenção do Deputado António Marinho, quer no conjunto das intervenções que têm sido feitas e até relativamente a algumas propostas que têm sido aqui trazidas, não há de facto (e penso que aqui será um preconceito) uma palavra relativamente aos trabalhadores.

Há uma preocupação relativamente ao desemprego, mas não há nenhuma preocupação relativamente aos trabalhadores.

Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Deputado, o combate ao desemprego o que é?

O Orador: Oh Sr. Deputado, é só para que se note. O PCP não tem nenhum dogma, ao contrário daquilo que V. Exas. por vezes acusam o PCP relativamente à questão da atividade empresarial privada.

Não temos nenhum dogma e por isso mesmo temos apoiado as medidas que o Governo Regional aqui tem trazido de apoio às empresas. Só estou a constatar o facto de que V. Exas. não têm e não demonstram essa preocupação relativamente aos trabalhadores que fazem parte também das empresas...

Qual é o seu problema, Sr. Deputado?

Deputado Rui Ramos (PSD): Nenhum!

O Orador: Qual é o seu problema?

Deputado Rui Ramos (PSD): O combate ao desemprego é das empresas ou é dos trabalhadores?!

O Orador: Estou a constatar um facto. O Deputado Rui Ramos abriu os braços penso que para Deus, mas não lhe posso fazer nada.

Oh Sr. Deputado, não lhe posso fazer nada! Peça lá a Deus, mas eu de facto não tenho esse poder.

Há ainda uma questão que tem a ver com o seguinte e trata-se aqui de estarmos a afetar recursos financeiros públicos para a recuperação de empresas.

Oferece-se me logo aqui alguma dúvida pelo seguinte.

Nós temos, e aliás, o PSD tem trazido aqui com muita acuidade, com toda a legitimidade o problema, por exemplo, da dívida da saúde, o problema dos atrasos do pagamento aos fornecedores do setor da saúde, portanto, há aqui, com certeza, alguma escassez de recursos financeiros públicos. Alguma coisa não está bem.

Mas julgo que V. Exas. concordarão comigo que a situação ideal era que não houvesse atrasos no pagamento a fornecedores. Eventualmente, os contratos de fornecimento com o Serviço Regional de Saúde seriam mais vantajosos para a Região e as empresas funcionariam normalmente.

Portanto, num quadro de escassez de recursos financeiros públicos V. Exas. vêm aqui trazer uma proposta que encaminha esses recursos financeiros públicos para as empresas.

Mas mais!

Fazem-no por via da banca, sabendo nós que a banca...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Não é assim.

Oh Sr. Deputado, comecei a minha intervenção exatamente a dizer que tinha algumas dúvidas sobre isto, portanto, só estou aqui a colocar as minhas dúvidas. Estou aqui a colocar as minhas dúvidas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor chama isso de dúvidas?!

O Orador: Não me parece que seja a melhor maneira de apoiar as empresas, isto numa primeira abordagem, ainda não disse qual é o meu sentido de voto, porque quero efetivamente ser esclarecido.

Portanto, estarmos a afetar, a alocar mais recursos públicos às empresas, estarmos a alocar mais recursos públicos que no fundo vão parar à banca, sabendo que a banca tem sido um grande garrote do funcionamento da economia porque não a financia, portanto, tenho aqui algumas dúvidas se de facto se devem afetar desta maneira recursos financeiros públicos.

Mas V. Exa. há de explicar-me (e eu já agora gostaria também, porque há com certeza, e julgo que é compreensível, que alguns aspetos de ordem mais técnica me escapem) porque estive a ler o relatório da comissão (e o pedido é exatamente dirigido ao Deputado José do Rego) o que é que quer dizer esta questão. “O Deputado José do Rego referiu não haver necessidade de alterar a reestruturação dos fundos comunitários e quanto à questão de ser possível ou não, esta foi levantada pelo Banco de Portugal, que desde 2009 não há a criação de fundos deste tipo, isto porque o Banco de Portugal não permite o mesmo.”

Há qualquer coisa aqui que eu não percebo.

Então, se isto é verdade, se o que V. Exa. aqui diz é verdade e se os fundos, se o Banco de Portugal não os permite, então como é que nós vamos criar o fundo?

Eu não decidi o meu sentido de voto e gostava, quer por parte do PSD, quer por parte do Partido Socialista, que me pudessem clarificar, até porque eu não tive oportunidade de estar na Comissão de Economia, não porque não tenha vontade de participar na Comissão de Economia, mas porque não tenho o tal dom da ubiquidade que tanto se falou aqui ontem. Gostaria de ser esclarecido até para poder sustentar a minha posição de voto, relativamente a esta iniciativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Medina** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já foi aqui referido que de facto o Setor Empresarial Regional enfrenta grandes dificuldades em virtude da grave crise financeira que restringiu o acesso ao crédito bancário.

Problemas de liquidez e de reestruturação das dívidas das empresas perante terceiros colocam desafios e a necessidade de novas soluções de forma a adequar as empresas a essa realidade.

Por isso, surgiram medidas de carácter conjuntural e medidas de carácter estrutural e refiro-me a medidas aqui na Região como na República.

Das de carácter conjuntural nós podemos referir aquelas que estão diretamente relacionadas com as operações de financiamento para liquidar dívidas, nomeadamente reestruturações de dívida bancária e apoio à liquidez.

Na parte estrutural ou na componente estrutural estão inseridas medidas que permitam proceder a alterações da composição do capital alheio, capital próprio e alterações da titularidade dos ativos fixos das empresas.

Aqui, a questão das linhas de crédito atuam exatamente como medidas conjunturais e os fundos atuam como medidas estruturais.

O projeto que o PSD aqui apresenta, o Fundo de Reestruturação Empresarial dos Açores, é do nosso ponto de vista (aliás, na comissão tive a oportunidade de fazer referência) um bocado confuso. Um bocado confuso no objetivo e na execução deste mesmo fundo ou da atuação futura deste fundo.

Aliás, nas palavras do Sr. Deputado António Marinho há ali duas frases que retiro e que acho que dizem tudo em relação àquilo que o PSD propõe aqui a esta câmara: fala em programas de apoio a empresas e fala em configurações ajustadas.

Pois é isso que nós pensamos também.

Aliás, esse projeto de resolução fazia mais sentido se fosse apresentado como um programa de reestruturação às empresas e não como um fundo específico às empresas, porque aqui a questão é que um fundo, tendo as valências e essas

variáveis que o PSD aqui apresenta, penso que, em termos de execução, ele depois na prática não vai ter qualquer tipo de aplicabilidade.

Aliás, nós temos aqui, posso fazer referência a duas ou três situações do vosso projeto de resolução, nomeadamente uma que fala que deve estar associado a um programa que deve ser um instrumento. Portanto, tem que ser isto tudo e não deve ser isto tudo, porque um fundo é um instrumento para se atingir os objetivos dos programas.

Este projeto de resolução do PSD faz lembrar uma casa. Quando se constrói uma casa temos os alicerces, temos a estrutura das portas e das janelas e temos o telhado. Depois quando se vai construir esta mesma casa, nós reparamos que o teto está fixado ao solo, os alicerces para cima e a porta e as janelas estão invertidas.

É difícil entrar numa casa destas. Supostamente, vamos ter que andar com muito esforço, vamos ter que andar pelos tetos da casa em vez de andar nos sítios corretos desta mesma casa.

Deputado António Marinho (PSD): Devia ter estudado melhor a proposta!

O Orador: Sr. Deputado António Marinho, quando fala que este é um fundo que vai gerir situações de correção de dívida das empresas, ou um fundo que vai gerir situações de reestruturação da própria composição do capital das empresas e é o fundo que também vai gerir ativos dessas mesmas empresas, ora, da nossa parte, isto não se coaduna depois com a atuação dos mercados e com a especificidade e especialização que cada interveniente deve ter nos mercados. Por isso, a nível nacional existem vários fundos,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem! Aí é que está!

O Orador: ... fundos específicos da parte imobiliária, da parte mobiliária e fundos diretamente relacionados com reestruturação da própria dívida e das participações sociais das empresas.

Portanto, fazia todo o sentido que este projeto de resolução fosse direcionado a um programa, a um verdadeiro programa de Reestruturação Empresarial dos Açores, e não a um fundo, porque um fundo é a aplicação, a execução deste

mesmo programa. Um fundo só não resolve os problemas das empresas açorianas e vai criar vários entraves à execução do mesmo.

Quero relembrar, porque o PSD faz aqui referência ao fundo de recuperação que foi feito em 2009 pela República, faz referência aqui no preâmbulo do seu projeto de resolução e faz um grande elogio a esse fundo de recuperação. Pois eu quero dizer que esse fundo de recuperação é um fundo de capital de risco que é regulado exatamente pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários e, portanto, é um fundo de facto específico e penso que não vai abarcar todas as situações.

Aliás, o sucesso deste fundo teve a ver com a aquisição de participações sociais de várias empresas a nível nacional que depois gerou alguma concentração e diversificação da componente acionista dessas mesmas empresas e, portanto, não tem nada a ver com aquilo que depois o PSD apresenta aqui no seu projeto de resolução.

Por agora terminava, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP) e Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, aguardo inscrições.

Sr. Vice-Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Digo “muito bem” a diversas intervenções de diversas bancadas parlamentares, quando têm razão e conforme terá oportunidade de recordar.

Foi referido aqui pelo Sr. Deputado António Marinho que esta casa devia debater esta matéria com responsabilidade.

Reforço exatamente esse conceito e essa preocupação. Mas não é responsabilidade criar falsas expectativas, não é responsabilidade criar ilusões, não é responsabilidade propor soluções não exequíveis, não é também responsabilidade iludir empresas e empresários.

Neste contexto, pergunto: sendo essa a solução, a solução que apontam, por que é que o Governo da República, que com certeza tem a mesma vontade de implementar fundos com essas características, ainda não os fez?

E segundo, já agora, por que é que sendo essa uma solução tão importante o PSD/Açores já há alguns meses deixou de falar deste mesmo fundo...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... quando, até há meses atrás era a solução para os problemas das empresas dos Açores?

Deputado Francisco César (PS): É verdade?

O Orador: Deverão haver algumas razões para isso e a razão resume-se a uma coisa: (todos, pelos vistos pensava que também o PSD/Açores, mas pelos vistos apenas o PSD/Açores não percebeu) o desenvolvimento de fundos de reestruturação é um assunto que morreu à partida.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou primeiro responder ali às questões do Sr. Deputado Aníbal Pires, muito rapidamente,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado!

O Orador: ... até porque foi o primeiro.

Não há uma palavra sobre os trabalhadores!?

Oh Sr. Deputado Aníbal Pires, não sei o que lhe hei de dizer quando nós dissemos que o *main motiv*, o motivo principal e a principal direção, em termos da utilização deste instrumento, é resolver em última instância o problema de desemprego na Região.

Se isso não é preocupação com os trabalhadores, muito sinceramente, então não sei o que é a preocupação com os trabalhadores. Provavelmente terá uma filosofia diferente da minha. Admito que sim, mas não percebo o que é que se pode fazer mais senão termos interesse em que não exista desemprego na Região.

Quanto ao alocar recursos e mandarmos o dinheiro para a banca.

Sabe o que é o papel de financiamento da economia? O senhor sabe de certeza.

E sabe o que é financiar?

Financiar é pôr nas mãos de alguns que necessitam de financiamento e depois ir lá buscar aquilo que se financiou numa determinada altura. Portanto, não é atirar dinheiro para as empresas, para as empresas ficarem com ele.

Não! Empréstimo dinheiro às empresas viáveis economicamente, que geram postos de trabalho e que resolvem o problema de desemprego e quando elas estiverem sãs em termos financeiros, com um plano estudado à partida, voltam-me a devolver o dinheiro que eu lá pus. Portanto, é um papel financiador, não é atirar dinheiro para as empresas.

Relativamente à questão do Sr. Deputado Pedro Medina e à questão também do Sr. Vice-Presidente.

Tenho pena que os senhores estejam desatualizados.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Oh!

O Orador: Tenho pena, porque há 3 fundos.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): 3 fundos?

O Orador: Já agora respondo à questão que o Sr. Deputado Aníbal Pires estava a colocar ao Sr. Deputado José do Rego: desde 2009.

Para além de um que foi criado há cerca de 3 meses, estão, neste momento com a configuração exata deste Fundo de Reestruturação Empresarial dos Açores associado a um programa de revitalização de empresas, que é o “Revitalizar” (se não estão já neste momento em execução), 3 fundos a nível nacional: um para o Norte, outro para o Centro e outro para o Sul, com 3 programas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é verdade! Caiu como um patinho!

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): 3 fundos!

O Orador: Estão exatamente iguais, com esta configuração e por isso nós dizíamos (respondendo ao Sr. Deputado Pedro Medina) que isto deve estar associado a um programa de reestruturação de empresas com desajustamento à sua estrutura de dívida.

Esta solução é uma solução que ocorre em dois momentos.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Baseia-se em 2009!

O Orador: Com a expectativa de haver um programa de revitalização ao qual estão associados fundos estruturais, há naturalmente um primeiro momento em que banca e empresas acordem num programa de reestruturação e depois está associado a um programa de revitalização que é dirigido a empresas viáveis economicamente, mas que têm problemas financeiros.

Estão em jogo 3 fundos, Sr. Vice-Presidente.

A sua desatualização, neste momento! Ao menos devia ter-se preparado...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tem razão!

O Orador: ... e podia ter visto o que é que se está a passar por lá.

Estão 3 com esta configuração exata e por isso nós dizíamos aqui que,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tem toda a razão!

O Orador: ... em primeiro lugar, deve estar associado a um programa de revitalização e dizíamos que o Governo Regional deve promover a necessária articulação com o Governo da República.

Os senhores é que governam!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Felizmente!

O Orador: Portanto, os senhores é que devem promover essa articulação e não tentar arranjar problemas de “lana-caprina” para tentar não aprovar a iniciativa que o PSD apresentou.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: As empresas, como aliás demonstraram e muito bem, gostam deste programa.

Temos a AICOPA: “O Fundo de Reestruturação Empresarial [vou só ler a parte] corresponde ao que de alguma forma a AICOPA tem vindo a defender como instrumento fundamental para a reestruturação das empresas suas associadas.” Número um.

Número dois, Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo: “Pronuncia-se favoravelmente quanto a esta proposta de criação do Fundo de Reestruturação Empresarial dos Açores” e lembra que, aliás, quer as conclusões do Meeting

Empresarial 2011, realizado em setembro, quer as conclusões do fórum da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores 2011, realizado em outubro, apresentaram como proposta a criação de um Fundo de Apoio à Reestruturação e Recuperação de Empresas.

Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada: “Manifesta-se favoravelmente à criação de um instrumento que tenha como objetivo apoiar a reestruturação de empresas regionais.

Esta é, aliás, uma proposta que esta Câmara tem vindo reiteradamente a defender face às já dificuldades que muitas empresas estão a atravessar, fruto da atual conjuntura muito negativa.”

Depois tece-se aqui algumas considerações sobre as linhas de crédito. Diz-se que são positivas, mas carecem de ser complementadas com instrumentos de caráter estruturante como é o caso dos fundos.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): A gente não esperava outra coisa!

O Orador: E propõem a criação de um programa de reestruturação e redimensionamento das empresas, compreendendo o apoio à realização de planos e à reestruturação. “Deve estar associado à criação de um programa de apoio à reestruturação de empresas”, é o que consta no número 3 da proposta do PSD.

E tem aqui outras coisas que depois ainda poderemos falar. Podemos falar, por uma eventualidade, daqui a pouco.

Portanto, o que é que os senhores têm?

O PSD propôs uma coisa; essa coisa...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Ah! É verdade! Uma coisa!

O Orador: O CDS diz que não sabe muito bem, deve estar associado a um programa... Está cá contido o programa.

Deputado Pedro Medina (*CDS/PP*): Qual é o programa?

O Orador: Há 3 fundos, há 3 instrumentos exatamente iguais que neste momento estão a ser aplicados na República e a desatualização do responsável

pela área das finanças do Governo dos Açores é uma coisa que sinceramente deve aterrar os açorianos.

Deputados Duarte Freitas e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Era, Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 10 minutos, por favor.

Presidente: Com certeza, Sra. Deputada.

Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas e 55 minutos.

(Eram 18 horas e 43 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 19 horas)

Tem a palavra, para participar no debate, o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de resolução do Partido Social Democrata nós compreendemos o seu âmbito e a sua vontade.

Aliás, o próprio Governo Regional tem tido um papel e tem feito um esforço no sentido de apoiar as famílias e as empresas naquilo que são as suas maiores dificuldades.

Nós, inclusive, alocámos cerca de um terço do nosso Quadro Comunitário de Apoio ao investimento que apoia essas empresas, aos sistemas de incentivos e até a programas de reestruturação destas mesmas empresas.

Qualquer empresário e qualquer deputado que ande neste meio reconhece o trabalho que o Partido Socialista e o seu Governo têm realizado no sentido de minimizar os efeitos das medidas de austeridade nacional e de minimizar os efeitos da restrição de crédito que existe às empresas.

Todos nós sabemos que muitas boas empresas estão a passar por enormes dificuldades e estão a levar muitas e muitas pessoas ao desemprego.

Deputada Zuraída Soares (BE): Porquê?!

Deputado João Costa (PSD): O Sr. Deputado está onde?

O Orador: Tem sido este o objetivo do Partido Socialista de contrariar esta tendência e é isso que nós temos realizado e é isto que nós reconhecemos que o Governo tem conseguido na medida daquilo que são as nossas dificuldades.

Esta peça legislativa que o PSD nos traz é um projeto de resolução que a meu ver, infelizmente, é pouco esclarecedora e, pelo menos, algo confusa.

Deputado João Costa (PSD): Uns trazem peças legislativas, outros trazem peças de teatro!

Deputado António Marinho (PSD): Não tem mais nada para se agarrar? A falta de argumentos é uma coisa!

O Orador: O PSD optou e tem essa legitimidade para fazer um projeto de resolução e não optar por ser ele próprio a fazer um decreto legislativo regional que concretize e consubstancie aquilo que pretende, portanto, cabe aos deputados que estão presentes tentarem perceber aquilo que o PSD nos quer propor.

Após a leitura de um enorme preâmbulo da parte do Partido Socialista, aquilo que nós percebemos é que a vontade do Partido Social Democrata é, portanto, adotar uma solução semelhante de um fundo que o PSD, a meu ver, refere mal que já desde 2009 existe a nível nacional um instrumento financeiro destinado à reestruturação de empresas, um fundo de recuperação em que o Estado Português (é a isso que o PSD diz que quer fazer algo semelhante) tem como objeto (e abre aspas) “reestruturação de empresas com potencial económico a longo prazo, mas com estruturas de dívidas desajustadas.”

Este é, digamos, o sumo e aquilo que nós conseguimos perceber daquilo que o PSD propõe.

Aquilo que nós fomos fazer logicamente foi realizar o nosso trabalho de casa e tentar perceber que instrumento e que fundo desde 2009 é que o PSD estava a falar.

E aquilo que conseguimos perceber é que estamos a falar de um tipo de fundo, um fundo de reestruturação, que permite aos bancos passarem para estas entidades estes fundos de créditos concedidos a empresas sem capacidade para pagar as suas dívidas ao banco, em troca de unidade de participação.

Mas o facto é que a passagem destes mesmos créditos de má qualidade acabam por não libertar a banca de obrigações, nem de imparidades...

Deputado António Marinho (PSD): Isso é um erro enorme!

O senhor só está a dizer asneiras! Peço desculpa, mas só posso classificar como asneiras.

O Orador: ... apesar de permitirem aos bancos limparem os seus balanços da presença de uma espécie (daquilo a que poderemos chamar em linguagem vulgar) de ativos tóxicos, crédito que tinha a possibilidade de não ser pago.

Neste sentido, o que aconteceu (e o Sr. Deputado sabe disso perfeitamente) é que...

Deputado António Marinho (PSD): Isso é uma asneira que o senhor está a dizer! O senhor não sabe o que é uma sociedade!

Tem que se atualizar!

O Orador: Sr. Deputado, tenho todo o gosto em ouvi-lo.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César.

O Orador: O Sr. Deputado poderá até corrigir-me em alguma matéria que eu esteja enganado, mas o senhor terá oportunidade de falar.

Gostaria de dar a posição do Partido Socialista e até...

Deputado António Marinho (PSD): Está a dizer asneiras! Trabalhe!

O Orador: Oh Sr. Deputado, é o que estou a fazer. Eu estou a tentar, o senhor é que não deixa.

O que aconteceu é que o Banco de Portugal criou um conjunto de regulamentação que inviabiliza a operacionalização deste fundo com estas características.

Deputado António Marinho (PSD): Trabalhe!

O Orador: É isto que aconteceu.

O Banco de Portugal decidiu que os balanços do banco devem assumir o risco destas unidades de participação destes fundos a 150%.

Deputados Pedro Gomes e António Marinho (PSD): Está desatualizado, Sr. Deputado!

O Orador: Neste sentido, o que aconteceu é que estes fundos deixaram de ser atrativos para os bancos. E neste sentido, eu pergunto ao Partido Social Democrata, como é que é possível ultrapassar estas dificuldades?

Deputado João Costa (PSD): O senhor já é banqueiro!

O Orador: Porque eu percebo o objeto do Partido Social Democrata.

O que se passa e aquilo que me parece (aliás, nós verificamos pela forma como foi apresentado o projeto de resolução) é que o Partido Social Democrata não demonstrou a preparação necessária na execução deste fundo. Aliás, acaba-se por perceber que (e eu fiz alguma investigação)...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Deficiente!

O Orador: ... durante 2 meses nós tivemos mais de 50 referências de notícias da candidata a presidente do Governo do PSD/Açores a falar sobre este assunto e de um momento para o outro o vazio e o silêncio. Parece que este fundo não tem lugar na região económica que a sua líder defende.

Deputado Berto Messias (PS): Porque será?

O Orador: Portanto, eu gostaria de perguntar ao Sr. Deputado como é que nós podemos ultrapassar esta dificuldade,...

Deputado António Marinho (PSD): É estudando e trabalhando!

O Orador: ... que me parece quase inultrapassável?

Muito obrigado.

Deputado António Marinho (PSD): Estudando e trabalhando é que se ultrapassa isso!

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria, em primeiro lugar, esclarecer o Sr. Deputado António Marinho que com atualização ou sem atualização nós temos razão naquilo que estamos a afirmar, que não é possível, através de um único fundo, executar aquilo que o PSD pressupõe, o que propôs aqui através do seu projeto de resolução.

Teve a preocupação de ir buscar o “Revitalizar” e tem razão, aliás não tem razão em relação ao “Revitalizar”, porque o “Revitalizar” não é um fundo, Sr. Deputado António Marinho.

O “Revitalizar” é um programa...

Deputado António Marinho (PSD): Associado ao Fundo!

Deputado José San-Bento (PS): Ó Duarte, vais ter que falar pelo gabinete de estudos!

O Orador: ... e é um programa que faz referência, nos seus vários considerandos, quando refere que “reforça os instrumentos financeiros através de uma capitalização das empresas com particular enfoque no capital de risco e em fundos de revitalização de cariz regional”. Está tudo dito.

Portanto, têm de ser vários fundos. Esse Fundo de Reestruturação Empresarial Regional que o PSD aqui nos traz não tem aplicabilidade, pois não tem execução. Têm de ser fundos específicos atendendo à carteira,...

Deputado António Marinho (PSD): O senhor tem que estudar as soluções!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... aos objetivos que as empresas querem atingir.

Depois a preocupação do PSD, num dos pontos que faz referência aqui no FREA, no ponto n.º 5 do vosso projeto de resolução, diz que o “FREA deverá assumir a aquisição definitiva de ativos para revenda ou para exploração imobiliária ou envolver-se na dinamização da atividade empresarial através de uma postura de capital de risco.”

A nossa preocupação (e penso que deveria vir aqui plasmado neste projeto de resolução) tem a ver é com a situação da empresa, é arranjar aqui um meio de defesa da própria empresa. A empresa quando cede o seu bem,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... nesse caso o imóvel, deve ter algum meio de defesa se quiser reaver este imóvel. Existe até legislação nacional que prevê essa situação dos fundos imobiliários, como bem sabe.

Faço referência só a um dos pontos, porque mete aqui uma baliza e salvaguarda o interesse das próprias empresas e diz que o fundo, neste caso o Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas, tem aqui um dos objetivos em que diz que é “especialmente vocacionado para a aquisição de imóveis integrados no património de empresas, como forma de dotação destas mesmas empresas de recursos financeiros imediatos, acompanhada [e aqui é que acho que é importante e fundamental] da reserva da utilização e direito ou obrigação de recompra desses mesmos imóveis pelas empresas transmitentes.”

Portanto, isso é que era fundamental preservar neste projeto de resolução e não permitir logo assim à partida que entrega-se o imóvel ao fundo e depois o fundo se quiser revendê-lo ...

Deputado António Marinho (PSD): Dessa verba.

O Orador: ... faz com que a empresa no dia a seguir, dependente do imóvel que disponibilizou exatamente este mesmo fundo, possa correr o risco de querer meter chave à porta e já não ter sequer autorização para entrar nesta mesma empresa.

Para já, é só Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, até porque não tenho tempo.

Sr. Deputado Pedro Medina, tenho que dizer a mesma coisa que vou dizer ao Sr. Deputado Francisco César: devia ter-se preparado melhor e saber o que existe atualmente.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, mas nós é que estamos enganados?

O Orador: Não, não é!

Estou a dizer-lhe, e já disse há bocado, há 3 fundos neste momento associados ao programa “Revitalizar”,...

Deputado José Lima (PS): Diga quais são os fundos? Onde é que foram publicados?

O Orador: ... que neste momento estão a entrar em funcionamento. É a verdade.

Aquilo que o senhor disse e que eu classifiquei como asneira (obviamente sabe que tenho consideração pessoal por si, portanto quando digo que disse uma asneira não é para o insultar, não é para vir daí uma defesa da honra), e que eu tenho de lhe dizer por que é que é uma asneira, é sobre aquilo que o senhor disse relativamente ao fundo criado em 2009, o ECS Capital, que é tudo menos para maus ativos. Um princípio básico: é para empresas que têm reconhecida viabilidade económica e que estão a atravessar problemas financeiros.

Deputado Francisco César (PS): Sim, sim!

O Orador: Logo à partida isso é exatamente o contrário dos maus ativos.

Deputado Francisco César (PS): Uma até faliu!

O Orador: É por isso que o senhor acabou de dizer uma asneira. É isso que eu acho. Os senhores estão com uma falta de argumentos terrível.

O senhor disse que não percebia muito bem.

Olhe, vou dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado: a Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, a AICOPA perceberam muito bem o que é e aprovaram.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores estão do outro lado da barricada,...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... nós estamos com aquilo que as associações empresariais querem e, portanto, os senhores querem isolar-se e querem mais uma vez, irresponsavelmente, chumbar um instrumento que pode ser importante para a

resolução dos problemas de muitas empresas açorianas para travar o desemprego que os senhores criaram ao longo destes 16 anos.

Deputados João Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Marinho, vamos falar de responsabilidade e de atualização de informação.

Como disse, Sr. Deputado António Marinho, (e repito) ser responsável é não criar falsas expectativas, ser responsável é não criar ilusões aos empresários e às empresas, ser responsável é não propor soluções que não são exequíveis,...

Deputado João Costa (PSD): Mas que paternalismo!

O Orador: ... ser responsável é não iludir nem as empresas, nem os empresários e essencialmente, em termos de informação atualizada, repito aquilo que disse há pouco.

O desenvolvimento de fundos de reestruturação é uma ideia que morreu à partida e o senhor referiu aqui 3 fundos, mas o Sr. Deputado António Marinho está desatualizado. Vamos a factos e datas.

A 16 de fevereiro, na Horta, o Governo referiu e passo a citar: “que existem condicionalismos regulamentares...

Deputado António Marinho (PSD): 27!

O Orador: ... que desincentivam e não tornam atrativos à banca colocar os ativos nesses fundos, impossibilitando assim, em termos práticos, o desenvolvimento deste mecanismo de recapitalização e refinanciamento das empresas.” Foi isso que assumimos no dia 16 de fevereiro e dissemos por isso (e repetimos hoje) que “a criação de um Fundo de Reestruturação [e continuo a citar] para as empresas dos Açores não está dependente de uma resolução nem

do seu conteúdo apresentado pelo PSD, mas sim pela alteração das regras de contabilização dessas operações no sistema financeiro nacional.”

Isso dissemos com conhecimento profundo de causa, porque curiosamente no dia 3 de abril o Banco de Portugal emitiu uma carta circular a todas as instituições financeiras dizendo o seguinte: “A partir deste momento qualquer ativo das empresas garantidas pela banca ou da banca que seja colocado no fundo será automaticamente contabilizado como custo de 150% do valor real do ativo.”

Isto é, só para dar um exemplo, a partir do dia 3 de abril se uma empresa não pagasse ao banco, o banco tinha um custo de 100%, agora se o banco colocar esse ativo ou esse empréstimo no fundo a penalização é maior do que a empresa não pagar absolutamente nada,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... ou seja, por outras palavras, inviabilizou totalmente a constituição de fundos de reestruturação das empresas por parte das instituições financeiras.

É esta a verdade dos factos.

E mais!

Nessa mesma altura eram anunciados antes dessa comunicação do Banco de Portugal um conjunto que o senhor referiu de vários fundos e cito apenas, por exemplo, o Diário Económico do dia 17 de abril: “Há vários fundos de reestruturação na calha e as sociedades que geram nascem como cogumelos.”

Antes dessa informação, de fundos constituídos exatamente por todos aqueles que aqui citou, depois do conhecimento desta diretiva do Banco de Portugal, cito uma pessoa insuspeita. Não é o Sr. Professor António Borges, não!

(Risos do Deputado Artur Lima)

Mas é outra pessoa insuspeita que com certeza o Sr. Deputado irá reconhecer. A mim não reconhece nem capacidade, nem atualização de informação, nem seriedade para abordar esta questão, mas ao presidente da empresa onde

trabalhou o Sr. Primeiro-Ministro, até ser Primeiro-Ministro, e uma das principais figuras do PSD, o Sr. Ex-Deputado Dr. Ângelo Correia,...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Por acaso é mesmo engenheiro!

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas é mesmo!

O Orador: ... deve reconhecer-lhe alguma credibilidade e atualização de informação, porque no dia 2 de junho (há pouco tempo) o Sr. Dr. Eng. Ângelo Correia disse e passo a citar: “Esta decisão do Banco de Portugal limita fortemente a capacidade dos bancos recorrerem a estes fundos de reestruturação, comprometendo assim a sua viabilidade.” 2 de junho deste ano. Não foi o PP que disse, não foi o PS/Açores, não foi o Governo, foi o Sr. Eng. Ângelo Correia, presidente da empresa que queria criar um fundo e na qual trabalhava o atual Primeiro-Ministro.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: E mais!

Na sua opinião, do Eng. Ângelo Correia (não na minha, não na do PS, não na do PP) e volto a citar: “A decisão do Banco de Portugal irá limitar drasticamente a eficácia destes fundos pelo [e agora reforço] que a hipótese de desenvolvimento de projetos nesta área morreu.”

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Ou seja, morreu. Quem disse que morreu a resolução do PSD foi um alto dirigente do PSD e presidente de uma empresa onde trabalhou o Primeiro-Ministro.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência)

Por isso, sobre responsabilidade e atualização de informação estamos conversados.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O fundo foi ao fundo!

Presidente: Sr. Deputado José Cascalho, tem a palavra.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós ouvimos com muita atenção o que foi dito relativamente a este documento apresentado pelo PSD e queremos também dar o nosso pequeno contributo.

Começávamos por questionar a casa, aqui o hemiciclo, por que razão é que as empresas têm tantas dificuldades? Por que é que nós estamos a discutir este problema aqui concretamente neste momento?

E a razão para esta dificuldade acrescida das empresas é sem dúvida nenhuma a recessão que é imposta por um Governo que segue a Troika. Essa é a principal razão pela qual as empresas estão em recessão, não só aqui nos Açores, como também no país.

Portanto, nós podemos tentar resolver o problema desta maneira, mas parece que o PSD está a tirar com uma mão e está a querer dar com outra, nem consegue dar com a outra, pelos vistos, com esta proposta.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O PS não deixa!

O Orador: Portanto, esta recessão irá sempre criar sucessivamente dificuldades às empresas. Aliás, se nós virmos e lermos com atenção os documentos que temos em cima da mesa, verificamos que as empresas, que as associações empresariais dizem que há um fundo, que há este fundo e nós agora a seguir vamos precisar ainda de outro fundo, etc., etc., sem nunca acabar.

O que nós precisamos é que invistam na economia. É preciso investir na economia, é preciso retirar a economia da recessão para acabar com este ciclo vicioso.

Portanto, as empresas precisam de escoar os produtos que produzem. Só assim é que nós conseguimos sair deste imbróglio que nós estamos...

Deputada Zuraida Soares (BE): E que nos metemos!

O Orador: ... e que nós nos metemos.

Portanto, o problema que eu coloco aqui é: por que razão é que nós, por exemplo, não pedimos à Caixa Geral de Depósitos, que é o banco do Estado, que invista nas empresas? Por que é que ela não faz isto? Por que é que ela não

faz isto a uma taxa de juro reduzida para que as empresas tenham de facto investimento e tenham viabilidade?

Portanto, são questões que têm de ser respondidas e têm a ver com o facto da Troika impor regras que impedem que a nossa economia cresça.

Muito obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para dizer uma coisa.

Estava aqui a olhar para o telemóvel. Isto não é um campeonato de atualizações.

A informação que eu tenho é das 16 horas e 18 desta tarde.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Argumento do bota abaixo do fundo!

O Orador: E o interesse do Governo Regional na criação de um mecanismo destes é evidente também. Os senhores tinham essa informação, tanto que se viram na necessidade (agora digo no dia 27 de fevereiro, a nossa iniciativa foi apresentada no dia 6 de fevereiro), na intervenção do Presidente do Governo (o Sr. Presidente do Governo que aqui está connosco): “Este contexto orçamental e programação dos fundos europeus [Engraçado! Onde é que eu já ouvi isto?! Tinha falado no dia 6.] permitirá criar também um fundo financeiro de apoio às empresas no valor global de 70 milhões de euros...

Deputado Francisco César (PS): Leia tudo, Sr. Deputado!

O Orador: ... na sequência do trabalho que temos desenvolvido em articulação com o Governo da República e algumas instituições financeiras, que será implementado logo que os constrangimentos e limitações regulamentares e operacionais à sua execução, que não são da competência do Governo Regional, sejam ultrapassados.”

Trabalhem!

Trabalhem, não se resignem e saberiam exatamente a informação que eu soube às 16 horas e 18 desta tarde.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores desistiram. Não governam. Estão em completa resignação. Quem acaba por ser prejudicado são os Açores e açorianos.

Os senhores, neste momento, são prejudiciais aos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou continuar a atualizar a informação.

Deputada Zuraida Soares (BE): São 19 horas e 25!

O Orador: O Sr. Deputado António Marinho citou uma parte de um parecer da AICOPA, então eu vou atualizar-lhe a informação.

Na passada segunda-feira (portanto, há dois dias atrás) reuniu a direção da AICOPA com os responsáveis financeiros de todas as instituições financeiras da Região, que funcionam na Região, todos os bancos que funcionam na Região, para abordar precisamente o âmbito de viabilidade dos fundos que o senhor propõe. Foi dito por todos os bancos, por todas as instituições financeiras à direção da AICOPA que face à atual regulamentação do Banco de Portugal é inviável a participação dos bancos, logo, como disse o Sr. Eng. Ângelo Correia, na criação de fundos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Deem-nos o benefício da dúvida e aprovelem isto!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Deputado, isso de dar o benefício da dúvida!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Pois se têm dúvidas aprovelem e deem-nos o benefício da dúvida!

O Orador: Foi uma informação clara dos bancos à entidade que referiu e à sua direção.

Segunda informação essencial. Como referi todos os fundos que iam ser preparados para ser criados por privados deixaram de fazer sentido.

Aliás, do ponto de vista racional é óbvio perceber que se uma instituição financeira emprestou o financiamento a uma empresa, se a empresa não pagar perde 100 e se a empresa pegar nesse bem como contrapartida do empréstimo e colocar nesse fundo perde 150. Não haverá, enquanto essa regra existir...

Percebe-se porque é que existe: para evitar a deturpação contabilística das instituições financeiras e para que não seja um instrumento de limpar os balanços das instituições financeiras.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Claro!

O Orador: Portanto, isso é uma matéria regulamentar, por isso é que existe. Automaticamente, por essa via, inviabiliza a criação de qualquer instrumento financeiro no âmbito do fundo de reestruturação que passe pela banca.

Isto é tão claro, qualquer pessoa percebe isto e percebe o objetivo desta medida.

Deputada Zuraída Soares (BE): Até eu!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Até a Zuraída percebe!

O Orador: O que nós referimos, o que nós dissemos e fez bem em citar o Sr. Presidente do Governo, o que foi referido e continua a ser referido é que se houver alteração da regulamentação em termos de supervisão do Banco de Portugal, ao contrário do Governo da República que precisa de fazer uma reprogramação estratégica em termos regulamentares, em termos financeiros dos seus programas operacionais para poderem contemplar o financiamento da criação destes fundos, a Região já tinha isto previsto no PROCONVERGENCIA e por isso não carece desse mecanismo. Está disponível desde que esses fundos sejam viáveis em termos de matéria regulamentar a criá-los e a intenção dos 3 que referiu, que são os 3 fundos Norte, Centro e Alentejo, que estão previstos nesse enquadramento, dependem exatamente da mesma situação que depende a intenção do Governo Regional de criar um fundo, que é a alteração regulamentar em termos de contabilização da afetação de ativos pelo Banco de Portugal a esse fundo.

Portanto, estamos todos na mesma situação e isso mesmo demonstra que trabalhámos conjuntamente e estamos a trabalhar com o Governo da República nesta matéria.

Agora há uma coisa que nos distingue claramente: nós não vendemos ilusões, nós não prometemos situações que não são reais...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... e avançaremos para a criação do fundo quando o fundo for possível, quando for real e quando corresponder efetivamente à satisfação das empresas, dos empresários açorianos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Não andamos aqui a anunciar coisas que sabemos que na prática não podem ainda ser feitas, iludindo as empresas, iludindo os empresários.

É esta a nossa diferença.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência)

Presidente: Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra, 1 minuto e meio.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Que mais hei de eu dizer se não que tenho uma informação atualizada desde as 16 horas e 18 desta tarde?

Deputado Francisco César (PS): O que é que isso quer dizer, Sr. Deputado?

O Orador: O que quer dizer é que é possível e que há 3 fundos com configuração idêntica que vão ser levados a cabo, que vão ser empreendidos a nível nacional. É só para dizer isso.

E por isso eu apelo ao Governo Regional, porque os empresários assim o querem conforme demonstraram nos seus pareceres, que não tenha o preconceito de aprovar uma proposta apresentada pelo PSD no dia 6...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que os senhores no dia 27 dão uma solução em tudo semelhante àquela que tinha ficado do dia 6, provavelmente por ciúme. Apelo a que se deixem dos ciúmes, trabalhem a favor dos Açores e dos açorianos; não trabalhem em função dos vossos próprios interesses.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Quais nossos?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado João Costa (PSD): Podem sempre por o áudio do Ângelo Correia!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O projeto de resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 16 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho, para uma declaração de voto.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É uma declaração de voto que praticamente já foi dita na minha última intervenção.

Aquilo que nós temos neste momento e perante esta iniciativa é um Governo Regional resignado, de braços caídos, que não quer partir à luta. Mesmo que existissem limitações regulamentares, que não existem neste momento, o que o Governo Regional deveria fazer não era colocar-se na situação em que se colocou e dizer: “Não se pode fazer.”

Não!

Eu partia para a luta e ia junto do Governo da República para tentar que os entraves eventualmente existentes desaparecessem.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Ah! Já há entraves!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Os entraves existentes!

O Orador: Os senhores, neste momento, não querem defender os interesses das empresas, não querem efetivamente reduzir o desemprego de forma consistente e de forma estrutural.

Aquilo que os senhores estão a fazer é apresentar-se de uma forma perfeitamente resignada, de braços caídos. Os senhores estão, neste momento, a evidenciar que desistiram dos Açores e desistiram dos açorianos. Pura e simplesmente!

As provas estão à vista e as empresas representadas pelas suas associações empresariais, que consideraram positiva esta iniciativa, naturalmente vão retirar as conclusões que podem retirar desta atitude, designadamente da parte do Governo e do Partido Socialista de estarem de braços caídos no final da legislatura.

Deputado Berto Messias (*PS*): Isso é mentira!

O Orador: É nitidamente o vosso ciclo que está acabar e já não conseguem, pura e simplesmente, ter forças para governar. **Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*): Está desatualizado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Só têm força para protestar!

Deputado José San-Bento (*PS*): Por isso o senhor já não fala! É fino!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): O Sr. Deputado Pedro Gomes bateu as palmas com uma convicção!

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista, esta bancada, e este Governo não vendem, como já foi dito, ilusões aos açorianos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não, não! Acabar com o desemprego para os jovens em 50 dias!

Deputado Luís Garcia (PSD): Baixar as passagens aéreas. Isso não são ilusões!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: O Partido Socialista não vende ilusões.

O Partido Socialista sabe que o caminho que estamos a atravessar é um caminho difícil.

O Partido Socialista sabe que este caminho só pode ser ultrapassado com esforço e com verdade.

Deputado Luís Garcia (PSD): Tem uma via verde aí?

O Orador: O trabalho que temos realizado no apoio às famílias e às empresas, sabemos que é reconhecido pelas famílias e pelas empresas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Mas nós também sabemos que este nunca será suficiente perante as dificuldades que estamos a ultrapassar.

Neste sentido, aquilo que nós nos comprometemos é seguir um caminho de verdade, de esforço e de trabalho, na concretização de apoios sociais, na concretização de apoios às empresas, na reconversão e na reestruturação dos seus créditos, no apoio à criação de emprego e à sustentação do emprego criado, até quando houver possibilidade de criar um fundo ou um mecanismo que ajude as empresas na sua reestruturação.

Aquilo que nós verificamos é que a proposta que foi apresentada pelo PSD não é de momento viável e poderia criar falsas expectativas junto dos açorianos.

Aquilo que nós nos comprometemos a fazer é aquilo que sempre fizemos: é nunca descurar nenhum mecanismo para ajudar as empresas e para ajudar as famílias.

É isso que nós fizemos e é isso que nós vamos continuar a fazer.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez o Partido Socialista e o Governo Regional demonstraram que não estão com predisposição...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): E os outros partidos?

O Orador: ... e com capacidade para enfrentar os problemas pelos quais estão a passar...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não falou uma vez que fosse no debate!

O Orador: ... as nossas empresas.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Isso é discriminação! E o CDS, o BE e o PCP?

O Orador: O que considero absolutamente fundamental é agir com determinação e o que sucedeu no âmbito do debate desta proposta é a resistência à mudança, a resistência à apresentação e da aceitação das ideias dos outros partidos políticos.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Isso é arrogância!

O Orador: O Partido Socialista, nesta como em muitas outras matérias, como sucedeu em relação à votação do diploma anterior,...

Deputado Francisco César (PS): O senhor não se terá enganado no diploma?

O Orador: ... não está a conseguir resolver o problema das empresas açorianas. Não resolve problema nenhum em relação ao nosso tecido empresarial...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não sabe o que é que está a dizer!

O Orador: ... e o que está a fazer nos Açores é deixar as empresas, o nosso tecido económico ao completo abandono porque não tem qualquer tipo de capacidade para agir neste momento e também não tem ideias próprias em relação ao futuro. As poucas ideias que surgem nas diferentes áreas que têm sido apresentadas...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): São suas?!

O Orador: ... por parte do senhor candidato do Partido Socialista é exclusivamente uma cópia das ideias apresentadas pelos outros partidos.

Deputado Rogério Veiros (*PS*): Nomeadamente o PPM!

O Orador: É isso que o Partido Socialista tem feito.

O que o Partido Socialista e o Governo Regional estão a fazer é a demonstrar uma total incapacidade para governar esta Região, demonstrar uma total incapacidade para agir e ainda pior do que isso é que quando não se tem ideias, quando não se tem capacidade, aproveitam a maioria absoluta que têm, de que dispõem, para cortar as iniciativas, para bloquear as iniciativas que os outros partidos políticos apresentam.

É neste estado que se encontra a governação. É neste estado que se encontra a Região Autónoma dos Açores. É assim que os senhores agem em relação aos interesses da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP votou...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Eleita!

O Orador: Eleita! Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Representação Parlamentar do PCP, eleita na candidatura da CDU, votou contra esta iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, porque ficou claramente esclarecido e demonstrado (aliás, tinha colocado esta condição do esclarecimento) que a viabilidade da proposta do PSD não era

possível. Não é possível levar esta proposta do PSD à sua execução. Desde logo, resultava numa completa inutilidade esta iniciativa do PSD.

Deputado António Marinho (PSD): O Sr. Deputado também está a dizer asneiras.

O Orador: Também tenho o direito de dizer asneiras, não é só V. Exa., não é? Eu também tenho o direito a dizer asneiras não é só V. Exa.!

Apesar dos apartes do Sr. Deputado António Marinho, ficou perfeitamente claro que esta iniciativa do PSD era uma perfeita inutilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Creio não haver mais declarações de voto.

Passamos para o ponto seguinte da nossa agenda.

Sr. Deputado Duarte Freitas, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação apenas para pedir um intervalo regimental de 30 minutos, por favor.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado.

Assim sendo, na prática terminamos os nossos trabalhos de hoje por agora.

Voltamos amanhã pelas 10 horas da manhã com PTAP.

A todos muito obrigado. Bom jantar. Boa noite e até amanhã.

(Eram 19 horas e 38 minutos)

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Correspondência

1 – Projeto de Resolução:

Assunto: Prestação de Serviços de Proximidade – n.º 33/2012

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Entrada: 2012 – 06 – 12

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

2 – Petições:

Assunto: Empreendimento turístico junto à praia de Santa Bárbara - Ribeira Grande - n.º 16/2012

Autor: Paulo Borges

Entrada: 2012 – 06 – 11

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 09 – 01;

Assunto: Alteração ao artigo 84.º - Decreto-Lei n.º 202/2004 - Regulamento da Lei de Bases Gerais da Caça - n.º 17/2012

Autor: Clube de Caçadores de Vila Franca do Campo

Entrada: 2012 – 06 – 11

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012– 09 – 01.

3 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: Abastecimento de água à agricultura

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.06.12

Referencia: 54.03.00 – N.º 623/IX;

Assunto: Que destino terá o lixo produzido na Ilha das Flores?

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.06.12

Referencia: 54.03.08 – N.º 631/IX;

Assunto: Consultas de Pediatria com recurso à Telemedicina na ilha das Flores

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.06.12

Referencia: 54.01.08 – N.º 632/IX;

Assunto: Casa de aprestos e local para preparação dos utensílios de Pesca

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.06.12

Referencia: 54.03.02 – N.º 633/IX.

4 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 33/2012 – “Prestação de Serviços de Proximidade”

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Entrada: 2012 – 06– 12.

5 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 06– 12;

Assunto: Proposta de Resolução n.º 2/2012 – “1º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2012”.

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 06– 12.

Pela Redatora, Ana Sofia Pereira da Silva Machado